

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 12 – Nº 36
Setembro/Dezembro – 2006**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 12, Nº 36, (set./dez..2006) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 160 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho

Maria Lúcia Mexias Simon

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Nataniel dos Santos Gomes

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

Patricia Teresita Festini

Claudio Cezar Henriques

Ruy Magalhães de Araujo

José Pereira da Silva

Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i>	5
1. A ENTREVISTA NA TV: UMA REFLEXÃO SOBRE A CO-CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS - <i>Eliana Vianna Brito</i>	7
2. A LÍNGUA LATINA: SUA ORIGEM, VARIEDADES E DESDOBRAMENTOS - <i>Maria Cristina Martins</i>	18
3. A REPETIÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA - <i>Carlos Alberto Gonçalves Lopes</i>	33
4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ADJETIVO PLEONÁSTICO - <i>José Antônio Senna</i>	54
5. ITALIANO VERSUS LATIM: IL CANNOCCHIALE ARISTOTÈLICO, CAPÍTULO VI – <i>Carlos Eduardo Mendes de Moraes</i>	68
6. JOÃO RIBEIRO ENTRE HISTÓRIA, GRAMÁTICA E FILOGIA – <i>Roosevelt Araújo da Rocha Júnior</i>	77
7. LATIM NO ENSINO FUNDAMENTAL - <i>Amós Coêlho da Silva</i>	89
8. LÍNGUA PORTUGUESA DA GENERALIDADE À ESPECIFICIDADE – <i>Célia Maria Paula de Barros, Fernanda de Oliveira Marconi da Costa, Maria Antonia da Costa Lobo e Washington da Silva Reis</i>	107
9. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL – LEITURA E ESCRITA PARA TECNOLÓGICAS – O CASO DA UEZO – <i>Carmem Lúcia Pereira Praxedes</i>	118
10. POLISSEMIA E/OU HOMONÍMIA – <i>Rosana de Vilhena Lima</i>	126
11. TOPOI ARGUMENTATIVOS NOS PROVÉRBIOS E DITOS POPULARES - <i>Tatiana Souza Magioli</i>	134

RESENHAS

12. ESTUDOS FILOLÓGICOS DE ANTENOR NASCENTES - <i>José Pereira da Silva</i>	150
13. INVESTIGAÇÕES FILOLÓGICAS DE MANUEL SAID ALI - <i>José Pereira da Silva</i>	154
14. LEXICOGRAFIA LATINA: UMA NOVA PERSPECTIVA - <i>Mariza Mencalha de Souza</i>	157

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 35 de sua Revista *Philologus*, com onze artigos e três resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Amós Coêlho da Silva (89-106), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (33-53), Carlos Eduardo Mendes de Moraes (68-76), Carmem Lúcia Pereira Praxedes (118-126), Célia Maria Paula de Barros (107-117), Eliana Vianna Brito (7-17), Fernanda de Oliveira Marconi da Costa (107-117), José Antônio Senna (54-67), José Pereira da Silva (150-153 e 154-156), Maria Antonia da Costa Lobo (107-117), Maria Cristina Martins (18-32), Mariza Mencialha de Souza (157-160), Roosevelt Araújo da Rocha Júnior (77-88), Rosana de Vilhena Lima (126-133), Tatiana Souza Magioli (134-149) e o graduando Washington da Silva Reis (107-117),

Neste número, alguns artigos (como são os de número 1, 8 e 9) correspondem a trabalhos apresentados na I JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, realizada para comemorar o DIA NACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, no dia 05 de novembro de 2006, tendo sido os demais submetidos ao Conselho Editorial desta revista especificamente para serem publicados neste número.

Este número 36 publica três artigos referentes à língua latina (os de número 2, 5 e 7), além de uma resenha do *Dicionário latino-português.*, do Professor Amós Coêlho da Silva e de Airto Ceolin Montagner, dando-lhe um valor especial para as Letras Clássicas.

Além dos artigos relacionados acima, vão aqui publicados artigos teóricos, em sua maioria, e artigos que apresentam uma proposta de aplicação, como são o artigo do Professor Amós, sobre o latim no ensino fundamental e o artigo da Professora Carmem sobre o ensino da língua portuguesa.

A Direção da *Revista Philologus* e do Círculo Fluminense

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Estudos Filológicos e Linguísticos pede que os colegas que puderem contribuam com as suas críticas e sugestões para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível, apesar dos poucos recursos de que dispõem.

Além disso, lembra que todos os artigos aqui publicados são disponibilizados na Internet (www.filologia.org.br/revista) para que o maior número possível de usuários possa usufruir dos excelentes trabalhos aqui publicados.

Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

José Pereira da Silva

**A ENTREVISTA NA TV
UMA REFLEXÃO SOBRE A CO-CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS**

Eliana Vianna Brito (UNITAU e UBC/SP)

RESUMO

O ser humano revela-se como tal porque se utiliza da linguagem. Tudo aquilo em que acredita, seus valores, suas crenças, em síntese, sua visão de mundo, só adquire existência a partir do momento em que, por intermédio da linguagem, o indivíduo se desvenda para o outro, envolvendo-se, assim, num processo contínuo de interação.

Inegavelmente, a linguagem é a condição primordial para que os indivíduos possam interagir. A interação pressupõe, portanto, o uso de linguagens em suas mais diferentes formas de manifestação. Nesse sentido, pode-se dizer que os saberes construídos e difundidos pela humanidade só o foram em razão da natureza sócio-cultural do ser humano que, ao atuar lingüísticamente, envolve-se num processo de interação, por meio do qual ocorre a co-construção dos saberes, o que o diferencia dos animais irracionais.

A partir dessas afirmações, o objetivo deste trabalho é o de apresentar a análise de uma situação de interação face a face, mais especificamente uma entrevista televisionada, a fim de observarmos o modo pelo qual se dá a co-construção dos sentidos, conforme os pressupostos teóricos da Análise do Discurso sob a ótica psicossocial, preconizada por Charaudeau (1991).

Palavras-chave: linguagem; entrevista, análise do discurso

ENTREVISTA: DIFERENTES CONCEPÇÕES

A entrevista, enquanto técnica de interação social, de interpretação informativa, quebra isolamentos grupais, individuais, sociais, e pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática de informações (Medina, 1990).

No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Holanda, 1975), encontramos no verbete entrevista a seguinte definição: *vista e conferência entre duas ou mais pessoas em local predeterminado; encontro combinado [sinônimo (pouco usado) nessa acepção: entrefala]; comentário ou opinião fornecida a entrevistadores para ser divulgado em jornal, revista, ou por meio de rádio ou televisão.*

Já no *Dicionário de Língua Portuguesa* de Antenor Nascentes (1967), entrevista é o encontro ajustado, a conferência entre duas

peçoas em lugar determinado.

Definição semelhante à anterior é fornecida no *Mini Dicionário* de Celso Pedro Luft (1991): *encontro combinado; conferência com duas ou mais peçoas em local previamente marcado; conferência em que uma ou mais peçoas expressam suas opiniões para divulgação na imprensa.*

Percebe-se, então, um ponto comum nas definições dadas nesses três dicionários: o de que a entrevista envolve necessariamente um acordo prévio entre as peçoas envolvidas nessa situação conversacional.

Por outro lado, como os lingüistas definem a entrevista? Quais são suas características básicas sob o ponto de vista organizacional?

Para respondermos a essas questões, apoiamo-nos em trabalhos que têm a entrevista como foco central.

Guespin (1984), por exemplo, considera a entrevista um tipo particular de conversação na qual muitas convenções que reinam em outras situações conversacionais, são abolidas. O ato de agradecer uma informação dada no decorrer de uma entrevista, por exemplo, não é comum nesse tipo de interação. Por outro lado, outras convenções se estabelecem tais como: a insistência sob a forma de repetição de uma questão, marcas de insatisfação ilocucionária, ou ainda o fato de o tema estar previamente definido - o que vai garantir a pertinência das questões. Mais do que esses aspectos, o autor salienta outra especificidade, qual seja: a desigualdade dos lugares ilocucionais do entrevistador e do entrevistado, visto que os parâmetros sociais são mais claramente pertinentes no decorrer de uma entrevista do que em outras situações conversacionais.

Para Moirand (1989), as entrevistas são reveladoras da cultura, na qual são produzidas, e da mídia que as difunde. Elas veiculam diversas representações, tais como:

- a) as que são atribuídas ao destinatário;
- b) as que se quer suscitar ou criar nos ouvintes/leitores;
- c) as que entrevistador e entrevistado querem dar de si mesmos.

Procurando caracterizar a entrevista como um "genre" especí-

fico de uma situação interacional face a face, Charaudeau (1984) compara a entrevista a um jogo de questionamentos cujo objetivo é o de captar a atenção dos ouvintes para a "mise en scène" de uma revelação. O entrevistador é, então, o condutor desse jogo, "o questionador em busca da revelação, aquele que é instituído como o dono absoluto do desenrolar dos questionamentos" (p. 112).

Urbano *et alii* (1993) definem entrevista como um evento conversacional tipicamente desenvolvido por intermédio de Perguntas e Respostas, o que a difere das conversas espontâneas que não só as incluem como também se realizam por movimentos de fala de outros tipos. Entretanto, as Respostas que ocorrem numa entrevista revelam uma complexidade que normalmente as conversações espontâneas desconhecem.

Sintetizando as idéias expostas anteriormente, vamos encontrar os seguintes conceitos de entrevista:

- a) interação entre dois indivíduos que são tidos, ao mesmo tempo, como uma representação mútua e como uma identidade singular e coletiva;
- b) tipo particular de conversação, cujas convenções são diferentes daquelas utilizadas em situações conversacionais cotidianas;
- c) mensagem co-construída endereçada a um destinatário fisicamente ausente do quadro dialógico natural;
- d) diálogo construído de modo que um dos interlocutores tem o poder e o dever de interrogar o outro;
- e) jogo de questionamentos com o objetivo de captar a atenção dos ouvintes para a "mise en scène" de uma revelação.

Embora tais conceitos não se esgotem, na medida em que cada situação de linguagem apresenta suas peculiaridades, não se pode negar que existe na entrevista um diálogo democrático, do plurólogo e, para que isso aconteça, é fundamental que o entrevistador apresente uma personalidade dialógica, e não monológica (Medina, 1990). Desenvolver o encadeamento das perguntas, interferências, interrupções, re-orientações no discurso do entrevistado é, sem dúvida, a demonstração de um desempenho eficiente e maduro do entrevistador.

A DINÂMICA DAS TROCAS VERBAIS

Para entendermos o modo pelo qual se desenvolvem os movimentos internacionais que constituem a dinâmica interna da interação face a face na TV, em um programa de entrevistas, primeiramente faz-se necessário explicitar o seu conceito. Entende-se por **movimento interacional** a contribuição de um locutor em relação à construção de um espaço interacional e semântico de troca verbal (Charadeau, 1991: 250).

Se o ritual de emissão dos dois programas selecionados para este trabalho - *Cara a Cara* e *Jô Soares Onze e Meia* - determina, a priori, as possibilidades de fala dos participantes, a dinâmica interna das trocas verbais não segue rigorosamente um esquema pré-estabelecido. Ela depende da improvisação dos interlocutores e do modo pelo qual eles conduzem a interação em função do contrato situacional e das condições de fala impostas pelo próprio ritual.

De acordo com o tipo de atividade verbal, a natureza dos movimentos internacionais poderá variar. Assim, em um programa de entrevistas, cuja finalidade é o confronto de idéias e a expressão de individualidades, distinguem-se três movimentos: os de construção, os de co-construção e os de contestação.

O locutor pode também construir os objetos de discurso que permitem ou não a produção de intervenções coordenadas no interior de certo objetivo comunicacional.

Através dos **movimentos de construção** define-se o espaço de troca verbal pela seleção de um tema e de interlocutores ratificados. São efetuados freqüentemente pelo entrevistador que estabelece, junto a sua equipe de produção, um quadro de natureza temática (o assunto a ser desenvolvido) e de natureza interlocutiva (escolha dos entrevistados):

(1) - *M - paulista do ABC... 34 anos um filho mignon estrela falante ativista religiosíssima talentosíssima internacional ela é uma das caras do Brasil desses últimos quinze anos(...)o CARA A CARA de hoje é com essa atriz que representa toda uma geração que estourou na televisão LUCÉLIA SANTOS... nós voltamos logo depois do intervalo*

(2) - *J - ela quer botar a Amazônia no palco durante a ECO 92... vou chamar a atriz Lucélia Santos...((aplausos))*

Já os **movimentos de co-construção** apresentam-se de duas formas:

a) Concordantes: ocorre uma colaboração discursiva no interior de um espaço de co-construção semântica (tema), havendo um acordo de propósitos:

(3) - L - (...) *por que eu chamei o Werner para dirigir isso? porque eu precisava de alguém que quando eu dissesse assim "você quer montar a floresta amazônica no palco de um teatro" a pessoa encarasse isso com naturalidade...*

J - enfim um maluco... você precisava de um maluco ((risos)) no melhor sentido da palavra

L - [no melhor sentido...

(4) - M - *e você gosta de fazer novela?*

L - eu adoro fazer novela... eu não tenho paciência pra ver novela... não vejo...

M - [mas fazer...

L - eu gosto de fazer novela eu gosto muito... sobretudo quando você tem um personagem fantástico aí realmente fazer televisão é um barato porque o retorno de público é instantâneo né? é bárbaro.

(5) - L - (...) *outro dia eu tava conversando com a Tônia até... acho que tem uma geração de meninos de vinte anos que são os homens mais maravilhosos que eu conheci... porque eles não têm o problema da geração dos 30 nem dos 40 nem dos 50 nem dos 60 sabe por quê? eu acho que as mães já foram mulheres de cabeça feita...*

M - eu também acho isso...

L - e eles são maravilhosos sabe? eles são maravilhosos porque eles não competem com as mulheres

No segmento (3), temos a entrevistada corroborando o dizer do entrevistador; este, por sua vez, ao fazer uso do adjetivo **maluco**, procura suavizar seu julgamento, modalizando-o através da expressão **no melhor sentido da palavra**.

Já nos exemplos (4) e (5), percebe-se que a convergência de opiniões ocorre de imediato, fato esse que não é uma constante no programa Cara a Cara.

b) Discordantes: ocorre uma confrontação discursiva no interior de um espaço de co-construção semântica (tema), levando a um desacordo de propósitos:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(6) - J - você fez 30 anos?

L - não... 34

J - *mentira que você tem 34*

L - *é... mas eu também acho que agora eu tô mais interessante do que eu era alguns anos atrás...*

J - *hum... nós todos achamos... nós todos... ((risos))*

(7) - J - (...) *eu vi uma montagem... eu vi uma montagem há muito tempo em que o Ezequiel Neves fazia o Pucki... não sei se você sabe disso...*

L - não

J - *é... o Zeca fazia o Pucki...era uma montagem...uma uma:: um grupo de Belo Horizonte se eu não me engano... e depois teve a montagem agora do...*

L- [Cacá Rossetti]

J - do Cacá Rossetti... quer dizer a peça está... muito em evidência é uma comédia deliciosa além de ser um texto...

(8) - L - *o Daimi é uma religião uma opção de vida é uma bebida que se ingere feita de um cipó e de uma folha que existem na floresta amazônica é uma tradição que vem dos incas peruanos da floresta... você... aquela bebida como um sacramento de um ritual pro trabalho espiritual o Daimi é isso*

M - *é uma droga?*

L - *é uma comunidade*

M - *é uma droga? é uma droga?*

L - *eu não sei... eu não considero uma droga porque uma droga é uma coisa que é ruim ruim que afeta... eu sou contra as drogas*

M - *mas não é um alucinógeno? a mescalina por exemplo que era tirada do do:: de um determinado tipo de cogumelos ah... e que que foi da mescalina que veio o LSD etc e tal*

L - *eu tomei mescalina*

M - *é uma droga?*

L - *é... com ela o Aldous Huxley escreveu As Portas da Percepção né? foi o estudo que ele fez...*

Enquanto em JO-Lucélia, os movimentos de construção discordante apresentam-se de forma jocosa, bem informal, conforme demonstram os segmentos (6) e (7), já em MG-Lucélia (segmento 8), há uma insistência, por parte da entrevistadora, em levar a entrevis-

tada a efetuar uma resposta afirmativa sobre o consumo do Santo Daimi. Nesse caso, temos um subtipo de papel discursivo assumido pelo entrevistador: o de questionador que procura validação (Charaudeau, 1989). Essa demanda de validação é lingüisticamente marcada pela repetição da expressão **é uma droga?**. Sob o ponto de vista discursivo, esse subtipo de papel discursivo exerce uma coerção sobre o interlocutor, uma vez que a expectativa é a de que a resposta seja uma validação, isto é, um acordo de idéias.

No segmento a seguir, temos outro movimento de construção discordante no qual a entrevistada diverge da entrevistadora utilizando-se da negação e de recursos não verbais:

(09) - *M - ah... Lucélia... imagina você andando na praia na segunda-feira e vem a criancinha "Lucélia Lucélia um autógrafo"... você faz assim ((movimento o dedo indicando negação))*

L - não...não... eu faço assim ((acena com a mão dando adeus))

M - e você não fala... devem te achar uma maluca de coleira mesmo

L - não não... mas não importa porque não é maluquice é uma coisa muito séria pode parecer ainda agora porque os tempos são muito tumultuados e isso é uma prática vamos dizer assim extravagante mas não é uma prática extravagante é uma prática necessária eu até proponho que as pessoas um dia experimentem você você fala mais baixo depois você revê tua vida você reequilibra tua energia pessoal é... também na terça-feira eu falo que nem uma matraca

(10) - *J - e:: vem cá... esse outro papelzinho aqui que você trouxe...*

LS - é...isso aqui... é é um negócio que eu...

J - [é um bilhete pra mim? não?

LS - é um bilhete... é um bilhete de amor... não... é...sabe o que é isso? todo mundo fica pensando assim... como é que eu tô conseguindo fazer este projeto.. aí eu encontrei um texto do Goethe que eu vou botar no programa que é lindo e que explica como é que este projeto saiu...se você quiser eu leio... se não...não

J - pode ler por favor

Temos, em (10), uma contestação quando Lucélia nega que o bilhete seja endereçado exclusivamente ao entrevistador. Há, na verdade, um movimento de construção concordante quando, a princípio, a entrevistada afirma ser um bilhete para Jô Soares. No entanto, esse movimento é realizado no intuito de "camuflar" o real objetivo do

mesmo. Em seguida, ocorre uma negativa e uma solicitação para que o texto de Goethe seja lido. Percebe-se, pois, que o movimento de contestação aqui delineado não provoca um clima de tensão; antes, realiza uma encenação geradora de um suspense através da qual a entrevistada obtém autorização para realizar a leitura do texto.

Finalmente, nos **movimentos de contestação** a discussão de idéias não tem lugar, visto que o locutor se recusa a colaborar com a atividade de fala proposta:

(11) - *M - você tá sozinha atualmente?*

LS - ah ...ah.... eu posso não responder essa pergunta?

M - não... não pode...você tá fazendo uma uma entrevista até agora tão corajosa tão aberta

LS - eu tenho vários namorados mas...

M - ah é?

LS - [só pra divertir

Em (11), a entrevistada se nega a responder à questão que lhe fora efetuada. Essa não obediência ao contrato de fala - que determina ao entrevistado responder às perguntas efetuadas pelo entrevistador - é plenamente justificável, uma vez que a entrevistadora procurou adentrar na vida particular da entrevistada, invadindo-lhe a territorialidade e ameaçando-lhe a face. Se, por um lado, Lucélia desobedeceu ao seu papel discursivo, podemos considerar que Marília Gabriela também o fez, visto que sua pergunta de ordem pessoal coloca o interlocutor em uma situação desconfortável perante seu público.

Os movimentos de contestação não são exclusivos de uma comunicação mediatizada em forma de debates, conforme preconiza Croll (1991). A entrevista televisionada também pode apresentar, ainda que raramente, tais movimentos, uma vez que ela também é regida pelo princípio da espetacularização.

De qualquer forma, se por um lado o conceito de movimento permite definir o ritmo da troca verbal (lenta ou rápida, monótona ou variada), por outro, possibilita a identificação de seu valor dramático.

Por esse motivo, cabe-nos salientar a correlação existente entre a natureza dos movimentos internacionais e o fenômeno de dramatização (Croll, 1991).

Os movimentos de contestação equivalem a "nódulos internacionais" que cristalizam os conflitos e bloqueiam a comunicação. Eles constituem um ápice dramático visto que ameaçam a existência mesma do diálogo.

Mas esses nódulos internacionais não são os únicos elementos criadores de tensão. Existe uma dramatização de segunda ordem relativa ao ajustamento dos propósitos concordantes e discordantes dos movimentos de co-construção. Assim, a polêmica e a disputa têm um valor dinâmico que permite a manutenção de certa tensão dramática. Uma entrevista cujos interlocutores apresentem idéias sempre concordantes estará ameaçada de empobrecimento. Logo, a existência de momentos de consenso e de contestação é necessária a fim de que seja criado um clima de espetacularização no programa de entrevistas.

Há que se salientar ainda que os efeitos de dramatização estão intimamente relacionados à noção de face, proposta por Goffman (1967), que a define como a auto-imagem pública delineada em termos de atributos sociais aprovados. Ora, todo ser humano, em toda e qualquer interação, tende a agir de acordo com uma determinada linha de conduta, por intermédio de um padrão de comportamento verbal e não verbal. Dessa forma, o indivíduo pode expressar sua visão de mundo e, através dessa, seu julgamento dos outros participantes e, especialmente, de si mesmo.

Logo, a preservação da face é uma condição inerente à interação, na medida em que há um constante esforço por parte dos interlocutores em não perder a face, isto é, em não fazer "má figura". A manutenção da face é obtida quando os interlocutores procuram controlar sua conduta, fazendo-a condizente com a imagem reivindicada, evitando-se, então, as implicações simbólicas decorrentes da ameaça à face.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos comparativamente os movimentos internacionais nas entrevistas com Lucélia Santos nos programas Cara a Cara e Jô Soares Onze e Meia, verificamos que em JO-Lucélia ocorreram três momentos de co-construção discordante, ao passo que em MG-Lucélia foram seis os momentos de divergência, ou seja, em ambos os programas houve momentos de confrontação discursiva resultando em um desacordo de propósitos. Pode-se dizer que, comparativamente, através do princípio de espetacularização, os dois programas produziram predominantemente efeitos de dramatização de segunda ordem. Em MG-Lucélia houve apenas um movimento de contestação do papel discursivo, visto que a entrevistada, a princípio, recusou-se a responder a uma questão. No entanto, diante da demanda efetuada pela entrevistadora, Lucélia assumiu o papel discursivo que lhe cabia e atendeu à solicitação de Marília Gabriela.

Um outro dado que distingue os dois programas é a prevalência de intervenções com função interdiscursiva (administra o desenrolar da interação de maneira mais pontual) em Jô Soares Onze e Meia, o que faz com que a interação se assemelhe a um bate papo informal, enquanto que, em Cara a Cara, o predomínio de intervenções com função metadiscursiva (com um caráter mais global de administração da temática desenvolvida ao longo da interação) caracteriza a entrevista sob um aspecto mais contratual, coercitivo.

Em vista do exposto, conclui-se que, apesar do caráter normalmente incisivo das entrevistas conduzidas por Marília Gabriela, não houve, sob o ponto de vista interacional, predomínio de contestações. Portanto, o fator determinante para o surgimento de efeitos de dramatização nem sempre está ligado à obediência ou desobediência ao contrato de fala, uma vez que temos que levar em conta a capacidade de improvisação dos interlocutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFFMAN, E. *Interaccional Ritual: essays on face to face behavior*. New York: Panteon, 1967.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GUESPIN, L. Interaction verbale et categorisation dans l'entretien: sur une enquête sociologique à Louviers. **In:** *Langages*, 74: 47-91, 1984.

MEDINA, C. A. *Entrevista - O Diálogo Possível*. São Paulo: Ática, 1990.

MOIRAND, S. *Les interviews dans la presse - ou comment mettre en texte les dires des autres*. Mimeo, 1989.

URBANO, H. *et alii*. Perguntas e respostas na conversação. **In:** CASTILHO, A.T. (Org.). *Gramática do Português Falado*, vol. III. Campinas: UNICAMP, 75-98, 1993.

**A LÍNGUA LATINA: SUA ORIGEM, VARIEDADES
E DESDOBRAMENTOS**

Maria Cristina Martins (UFRGS)

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar uma síntese da história da língua latina, o que inclui discorrer sobre suas variedades e seus desdobramentos.

Palavras-chave: História da língua latina, latim clássico, latim vulgar.

INTRODUÇÃO

Muitos podem questionar se ainda há lugar para um texto sobre a história da língua latina, visto que, aparentemente, tudo já foi dito. Acreditamos que sim, pois, infelizmente, é comum encontramos afirmações equivocadas a respeito das variedades da língua latina – seus diversos *sermones* – em autores atuais, sobretudo em livros de iniciação ao estudo de latim.

O latim, língua dos romanos, do pensamento de Roma e de sua brilhante civilização, pertence à família das línguas indo-européias. O indo-europeu representa uma vasta família de grupos de línguas faladas no oeste da Ásia (Irã, Paquistão, Índia, Ceilão) e na Europa toda (e Américas depois das grandes navegações) com exceção do basco, húngaro e finlandês. Ainda é muito incerto o período em que seria falada essa língua, que segundo os autores, pode ser de entre 5000 a 2000 a.C. O período mais aceito é o 3º milênio a.C.

A língua latina é descendente do grupo itálico do indo-europeu. Antes disso, conforme nos ensina Meillet, em *Les dialectes indo-européens* (Paris, 1922: 38), havia uma unidade anterior, o ítalo-céltico, porque há particularidades comuns às línguas itálicas (latim, osco, umbro etc.) e às línguas célticas (bretão, irlandês, galês, etc.), em contraposição com as demais línguas indo-européias. Mas, sem sombra de dúvida, o grupo das línguas itálicas (ou itálico comum) apresenta ligações mais estreitas entre si do que qualquer outro grupo indo-europeu, tais como o germânico, o grego, o balcânico-eslavo e o indo-iraniano.

Não existem documentos em indo-europeu, pois esta é uma língua proveniente de reconstituição, feita através do método histórico-comparativo (século XIX). Este método foi inaugurado por Franz Bopp, no estudo das línguas indo-européias, ao comparar o sistema de conjugação do sânscrito, latim, grego, persa e germânico.

A LÍNGUA LATINA E SUA RELAÇÃO
COM A HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA ETC.,
EM TERMOS GERAIS

Quando se fala em língua latina, de um modo amplo, sem especificação de um período determinado, deparamo-nos com a imprecisão do termo. O latim foi, por um longo período, a língua oficial e representante do poder de Roma. Na tentativa de resolver as ambigüidades que concernem o termo latim, a língua latina foi dividida em períodos, os quais se ligam, de certo modo, à história política de Roma. Nesse sentido, são muito expressivas as palavras de Meillet (1933: 121-2), que afirma que durante seis a oito séculos de Império Romano, do século III a.C. ao século II d.C., ou até mesmo ao século V d.C., a língua latina conservou uma aparente fixidez, mas que não correspondia à sua situação lingüística real. A imobilidade aparente da forma visível, escondia uma mudança radical que existia na estrutura interna da língua, resultado da evolução do latim que continuava prosseguindo. Assim que se deu a ruína do Império Romano e de sua civilização, os resultados dessa mudança se manifestaram rapidamente.

Na fase das origens, período que se costuma situar entre os séculos VI e IV, crê-se que o latim era relativamente uniforme, sendo foco irradiador dessa unidade o *sermo urbanus* de Roma. Nesse período o latim era arcaico, uma língua de camponeses, com forte influência do indo-europeu.

Um dos principais fatores de divulgação (extensão ou implantação) do latim no vasto Império Romano foi o exército. O soldado romano ensinava a sua língua e a sua pronúncia, mas ao mesmo tempo aprendia a prosódia e a língua de seus companheiros. Formava-se assim um latim um pouco mestiçado, pois se casava com os dialetos afins e por isto mesmo apresentava arcaísmos condenados em Roma.

Quando os romanos começaram a se projetar, o latim era um mosaico de raças. O latim é na verdade a língua dos dominadores da região. Por volta do ano 500 a.C., Roma conseguiu expulsar os etruscos, originários do norte de Roma, que tinham estendido seus domínios a Roma e a Cápua, no sul. A posição estratégica da cidade e a capacidade dos romanos de fazer alianças, fizeram com que vencessem os etruscos ao norte e os samnitas, ao sul. Sucederam-se várias guerras na expansão de Roma, desde 500 a.C. a 117 d.C. Nesta data, o Império Romano atingiu sua extensão máxima, com 301 províncias. Destacam-se por ordem cronológica algumas datas importantes:

Em 494 a.C. uma tropa armada de plebeus – que falava o *sermo plebeius* - ocupou o monte Aventino, reivindicando igualdade de direitos, principalmente a de ocuparem cargos públicos: trata-se da 1ª greve de que se tem notícia. Somente em 287 os plebeus conseguem ocupar todas as magistraturas.

Em 272, todo o território da Itália faz parte da confederação romana e praticamente todos os povos se submetem ao direito romano, pagando impostos e obrigando-se ao serviço militar.

As guerras contra Cartago, potência naval no séc. III a.C., ocorreram depois de subjugados os povos da Itália. Como consequência da 1ª guerra púnica (269-241 a.C.), anexaram-se a Sicília, em 241, a Sardenha e a Córsega, em 238. Depois da 2ª guerra púnica (218-201), vencida por Cipião, o africano (antes também por Aníbal), os romanos passaram a chamar o Mediterrâneo de *Mare Nostrum*. Com a 3ª guerra púnica (149-146), os romanos destruíram Cartago e apoderaram-se do norte da África, que se tornou província romana. Expandindo-se em várias frentes, Roma incorpora a Hispânia em 197, o Illyricum em 167, a Grécia (Achaia), em 146, a Ásia Menor em 129, a Gália Narbonensis, em 120. A Gália Cisalpina, conquistada em 191, tornou-se província em 81, junto com a região dos Vênetos, submetidos em 215. A Gália Transalpina foi a grande conquista de César em 51-50. Outras conquistas: Egito (30 a.C.); Récia e Nórico (15 a.C.); Panônia (10 d.C.) Capadócia (17 d.C.), Britânia (43 d.C.), Dácia (107 d.C.), com o Imperador Trajano, que fez as últimas conquistas, entre 114 e 117 d.C., incorporando a Arábia do Norte, a Assíria, a Armênia e a Mesopotâmia. Essas datas indi-

cam o início da latinização, que não teve a mesma profundidade em todas as províncias. No Oriente a latinização foi bastante superficial; a Hispânia e a Sardenha exigiram dois séculos para uma romanização efetiva; outros territórios como o *Agri Decumates* e a Britânia nunca foram romanizados, mas há marcas do latim por toda a parte.

Fala-se, portanto, em fases da língua latina, que vão desde as suas primeiras manifestações, ou seja, desde a fundação de Roma (753 a.C.), representada por algumas inscrições, até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) ou, mais ou menos, até a invasão dos longobardos na Itália (568 d.C.).

LATIM ARCAICO

A mais antiga inscrição latina, data de aproximadamente 600 a.C., e é, na verdade, um latim dialetal, o prenestino: “MANIOS MED FHEFHAKED NVMASIOI” = “Manius me fecit Numerio” “Manios me fez para Numério”.

Trata-se de uma inscrição em uma fivela de ouro, encontrada em Preneste (hoje em dia Palestrina), por isso o nome “fíbula prenestina”.

As características dialetais e arcaicas que estão presentes nessa frase são: a conservação do ditongo *oi*, observada em *numasioi*, um dativo (depois, o *i* final cai, e a desinência de dativo passa a *o*), a conservação do *s* intervocálico, que no latim muitas vezes sofre rotacismo (como no caso de *flos, floris; honos, honoris*), e a reduplicação do pretérito perfeito *fhefhaked*, além da desinência secundária em *d*. No latim arcaico era *feced*, forma atestada em uma inscrição, chamada de “vaso de Duenos”. Depois esta forma evoluiu para *fecit*. *Fhefhaked*, como se disse, é uma forma dialetal do pretérito perfeito com redobramento. É interessante notar ainda, nesta inscrição, a posição medial do verbo, que contrasta com a posição mais normal de ser encontrada no latim clássico, que é no fim da frase. Uma parte notável das tendências do latim vulgar, além de já estarem presentes no latim arcaico, resultam da estrutura do indo-europeu e se verificam em quase todas as línguas européias. São exemplos comprovados pela epigrafia latina que o *ē* e *ō* eram pronunciados como *e* fechado e *o* fechado, respectivamente, pois o *ō* longo aparece frequen-

temente representado por *u* e o *ē* longo por *i*. O umbro apresenta apócope do *-m* final e o osco-umbro apresenta a partícula de reforço dos demonstrativos *-ce*, idêntica ao latim.¹

Havia, pois, na origem, “falares latinos”, sendo o latim de Roma um deles. Além do prenestino, outro importante é o falisco, falado em Falérios (*Falerii*). Estes dois dialetos apresentam características mais arcaicas ainda do que se aponta para o chamado latim arcaico². Como documentação do latim arcaico, há pouquíssimos textos, apenas alguns outros escritos epigráficos, como os epitáfios dos Cipiões, do Vº ou IVº séc. a.C.

LATIM CLÁSSICO OU LITERÁRIO E LATIM CULTO FALADO

A língua latina, tal como a conhecemos, polida e burilada pelos grandes escritores do período “áureo”, não saiu assim do indo-europeu. O latim que chamamos de “clássico” ou “literário” é fruto de prolongado amadurecimento e elaboração, e representa o momento de seu maior esplendor. Este momento foi precedido de vários estágios perfeitamente demarcados, e a ele se seguiriam outros estágios subsequentes, que iriam culminar na formação das línguas românicas modernas.

Com o advento da literatura latina, a partir do século III a.C, o latim escrito vai paulatinamente ganhando maior rigor formal até atingir o máximo de sua estética, na época de Cícero e César³. Nesse

¹ Para mais exemplos ver Faria, *Fonética Histórica do Latim*, p.11.

² Para mais informações ver Väänänen (1981) e Emout (1916) *Recueil de textes latins archaïques*, Paris.

³ Os únicos prosadores verdadeiramente clássicos são Cícero e César, embora haja diferenças entre a prosa dos discursos de Cícero e aquela das obras filosóficas e dos tratados de retórica, excluindo-se as cartas, que apresentam alguns aspectos da língua familiar, mas não que haja um fosso profundo que as separe. Todavia, é recorrente na literatura a afirmação que, em seus últimos discursos, Cícero parece ter “aperfeiçoado” ainda mais seu estilo. Considerando-se todo o chamado “Período Clássico”, poder-se-ia introduzir aí Salústio e Tito Lívio, assim como Cornélio Népos. Mas os próprios latinistas, quando incluem estes três últimos escritores dentro do “Período Clássico” salientam que há diferenças de sintaxe no período entre Cícero e Tito Lívio, e que Salústio, Tito Lívio e Népos são menos severos na escolha das construções que a

"aperfeiçoamento" é evidente a influência helênica, que se faz através dos gramáticos e dos escritores. Iniciava-se, assim, o fenômeno que iria conter a expansão natural da língua falada, pela ação dos gramáticos, da literatura e da classe culta.

LATIM CLÁSSICO

“Latim clássico” é a norma literária, altamente estilizada, que compreende o período que vai de 81 a. C. a 14 d.C. Seus principais representantes são Cícero, César e Salústio, na prosa e, no verso, Virgílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio e Catulo. É uma estilização do *sermo urbanus* ou *usualis*, língua coloquial das classes cultas, com o qual convivia.

Os escritores do período clássico haviam percebido que existiam variantes da língua latina e caracterizaram-nas adjetivando a palavra *sermo* que significa "linguagem", "conversação". Com efeito, há três fatores envolvidos nas variantes que uma língua pode apresentar: a variação social, correspondente à estratificação social, a geográfica, correspondente às diferenças geográficas, e as diferenças relativas ao grau de formalidade da situação de fala.

A língua literária continuou no *sermo ecclesiasticus* (a partir do séc. 5 d.C.) e também no *sermo profanus*, com os tratados de medicina, filosofia, ciência, etc., durante toda a Idade Média e até mesmo já na Idade Moderna. Pode-se dizer que até hoje vive. É a língua do Vaticano e de toda a documentação da Igreja Católica, além de ser empregada na botânica e de ser adstrato permanente das línguas românicas e até de línguas não-românicas, como o inglês. Como vemos, o *sermo classicus* fixou-se como uma língua escrita (o latim clássico que estudamos), porém, o latim culto falado, (*sermo urbanus*) a partir do qual obteve sua origem, extinguiu-se, com a ruína da classe social que o sustentava, como veremos a seguir.

língua de seu tempo permitia. Tito Lívio e Salústio são vistos como escritores de uma prosa cuja sintaxe é mais ou menos poética, característica esta que ainda vai aumentar em Tácito. Para mais informações sobre este assunto, ver Riemann (1927:1-12).

LATIM CULTO FALADO

O *sermo urbanus* era a língua falada pelas classes altas de Roma, certamente correto do ponto de vista gramatical, mas sem os refinamentos estilísticos da norma literária, como os longos períodos de subordinação e de termos disjuntos. Como língua falada desapareceu entre os séculos V e VI, no mais tardar no séc. VI, devido ao aniquilamento das cidades e da vida cultural que elas apresentavam, juntamente, é claro, com a classe social que a mantinha. Este período coincide com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C., séc.V) e a onda de invasões bárbaras (destacando-se os longobardos na Itália, em 568 d.C), na Europa, no séc. VI.

Do ponto de vista gramatical, o *sermo urbanus* é uma língua correta e não apresenta os “erros” do latim vulgar; mas tampouco apresenta o exagero de refinamentos estilísticos da prosa e poesia artísticas. Cícero, ele mesmo, nos fala da diferença de formalidade no emprego do latim em uma carta que escreveu ao seu amigo Paetus (*Ad Fam.*,IX,21): *Quid tibi ego in epistulis uideor? Nonne plebeio sermone agere tecum ... Epistolas uero cotidianis verbis texere soleamus.* “Que pareço eu a ti nas cartas? Não pareço tratar contigo na língua do povo... de fato, costumamos tecer as cartas com as palavras do dia a dia”.

Desde as primeiras manifestações da língua latina, tem-se notícia da coexistência de uma variedade culta falada e de outra variedade também falada, mas pelas classes populares (plebéias). Mais tarde, enquanto a língua literária depurava os elementos alheios ao dialeto de Roma, a língua corrente exprimia o contato de outros dialetos itálicos. A fala rústica e vulgar era um instrumento através do qual se entendiam romanos, faliscos, prenestinos, oscos e umbros.

A língua da sociedade elegante (o *sermo quotidianus* ou *sermo urbanus* ou *usualis* ou *consuetudinarius*, o uso comum da classe culta) e a das classes baixas (*sermo plebeius*) não constituíam compartimentos estanques. A literatura sobre o assunto⁴ é unânime em afirmar que muitas características da língua popular apareciam no

⁴ Väänänen, *Introduction au latin vulgaire*; Lausberg, *Introdução à Linguística Românica*; Bourciez (1963), Maurer Jr. (1959, 1962), Ernout-Thomas (1953), Meillet (1933), Marouzeau (1949).

uso corrente das classes mais altas. Não é apenas Cícero que se refere à diferença no grau de formalidade entre os seus discursos e tratados filosóficos, e suas cartas, Quintiliano, um século depois de Cícero, reflete sobre a diferença que há entre a norma do latim (*grammatice loqui*) e o uso real deste na comunicação (*latine loqui*). Seguindo os passos de Cícero, Quintiliano diz que o bom latim é o da cidade de Roma (*urbanitas*) e não a língua do campo (*rusticitas*)⁵.

LATIM VULGAR

“Latim vulgar” era o latim essencialmente falado pela grande massa popular menos favorecida e quase que inteiramente analfabeta do Império Romano. Foi propositalmente ignorada pelos gramáticos e escritores romanos pois era considerada indigna de consideração. Distingua-se do latim culto falado (e por extensão do latim clássico ou literário) em todos os aspectos gramaticais. Era mais simples em todos os níveis, mais expressivo, mais concreto e mais permeável a elementos estrangeiros. Continuou se transformando ao longo dos séculos até que em mais ou menos 600 d.C. já constituía os primeiros “romances” (ou seja, as primeiras manifestações das línguas românicas, muito próximas ainda do latim vulgar) e depois, a partir do séc. IX, as línguas românicas.

Sabe-se que as características gerais básicas do latim vulgar já se apresentavam desde o fim da época republicana ou desde o começo do período imperial, isto é, desde o século I a.C. ou no máximo desde o século I d.C. Mas é muito comum datarem-se dos séculos III ou IV da era cristã numerosas inovações atestadas pelo conjunto das línguas românicas.

O latim vulgar é, na verdade, um latim popular que existiu em todas as épocas da língua latina. Este latim pertencia a uma população que era muito pouco ou nada escolarizada e que, portanto, não poderia ter sido influenciada pelos modelos literários e pela escola (cf. Herman, 1967: 16). O latim vulgar não sucede ao clássico; teve origem nos meios plebeus de Roma e cercanias, sendo essencialmen-

⁵ *Institutio Oratoriae* (1,6,26) e (9,3,10), *apud* Marouzeau, *Quelques aspects de la formation du latin littéraire*, p. 9.

te, como afirma Maurer Jr. (1959:5), “o latim falado pela plebe romana, embora muito de seus característicos se infiltrassem no seio da classe média e até das classes mais altas, sobretudo na época imperial⁶.” Uma vez que se trata de uma variedade de formas, que se ligam ao latim falado (mas não exclusivamente), não se pode considerar que existam realmente textos em latim vulgar. Quase nenhum texto, que contenha vulgarismos, é intencionalmente vulgar, à exceção da *Cena Trimalchionis*, de Petrónio, e dos comediógrafos, principalmente Plauto, que colocam personagens do povo falando. O mero fato de ser escrito envolve o uso de certas convenções, e mesmo no caso de escritores simples, sem muita pretensão literária, há pelo menos a convenção ortográfica que eles tentam seguir.

Meillet (*Esquisse*, p. 239) fala sobre o latim vulgar como um conjunto de tendências que se manifestavam diferentemente conforme o maior ou menor grau de educação dos que o falavam, e segundo o tempo e os lugares onde era falado. Porém, é surpreendente que apesar da variabilidade cronológica, social e geográfica, o latim vulgar possuía uma homogeneidade suficientemente extensa para que fosse entendido em seu vasto território. Havia uma unidade no latim vulgar, que fazia dele uma espécie de *koiné* latina⁷. Quintiliano (*Inst. Orat.* 1, 5, 29) observou que a norma latina era relativamente simples, porque em latim não havia dialetos, o que não acontecia com o grego (*Apud Väänänen*: 1981, 20). Sintetizando essa posição, que é unânime entre latinistas e romanistas, tomem-se as palavras de Meillet (1948: 229):

Le caractère dominant de tout ce qui est romain est l'unité – une souple unité qui sait échapper à un schématisme rigide. (...) Comme le reste, la langue devait être uniforme, au moins en principe. Et en effet toutes les langues romanes reposent sur un 'latin vulgaire', dont, en gros, la structure est partout la même.

⁶ Dado que os períodos da história de Roma são importantes para os romanistas, lembramos que eles correspondem às três formas de governo: *Realeza* (das origens a 509 a.C.), *República* (de 509 a.C. a 27 a.C.) e *Império* (de 27 a.C. a 476 d.C.).

⁷ Apesar disso, uma vez que o latim vulgar é um conjunto de tendências, é imprudente falar em “gramática do latim vulgar”. É sobretudo pela gramática comparada das línguas românicas que se pode reconhecer as particularidades do latim vulgar, principalmente pelo que nos revelam o sardo e o romeno de um lado, e as outras línguas românicas de outro.

O latim vulgar tinha, desde a época de Plauto, e ainda mais, a partir de Cícero, peculiaridades gerais suficientes para dar-lhe um aspecto mais ou menos definido em oposição ao *sermo urbanus* e ao *sermo litterarius*. Segundo Maurer Jr. (1962), essas diferenças vinham de três fatores principais. O primeiro fator era por que o latim vulgar representava a língua do povo comum, da plebe romana, enquanto o latim clássico era um produto da sociedade aristocrática. A enorme oposição social entre essas duas classes se refletia na língua e que era capaz de explicar as diferenças no vocabulário e na sintaxe. O segundo é que o latim clássico, apesar de ter-se originado em um latim vivo e falado, é, em geral, mais conservador e arcaizante do que o latim vulgar. O terceiro fator deve-se ao fato de o latim vulgar ser fruto de uma população heterogênea, que empregava mal a língua latina, corrompendo-a. Sem esquecer que a criação da literatura é obra de estrangeiros, basta citar Lívio Andronico, Ênio, Plauto, Terêncio. O próprio Cícero (*Apud Maurer Jr.*, 1962: 65, 96) afirma que o falar da cidade, em seu tempo, era diferente do século anterior, no qual ainda se ouvia o bom latim, embora já assinale a existência de uma linguagem corrompida em muitas famílias do século II a.C. Ele atribui a deturpação do latim à invasão de estrangeiros que falavam mal a língua (*Brutus*, 210, 213, 258).

Para tornar a comparação entre o latim vulgar e o latim culto - *sermo urbanus* - ou até mesmo o literário - mais próxima à nossa realidade, podemos pensar no português falado pelas populações de um âmbito social limitado do ponto de vista de escolarização, que apresenta, ao lado de uma simplificação na gramática, restos de uma linguagem arcaica, já abandonados na língua culta. A mesma impressão que temos ao ouvir um português cheio de “erros” em comparação com a norma culta, teria um romano escolarizado ouvindo o latim vulgar, acostumado a uma língua ricamente flexionada e elegante.

Diferenças entre o *sermo plebeius* e o *sermo urbanus* estão presentes na pronúncia, no vocabulário, na sintaxe, e na morfologia. A distância que separava o latim vulgar do latim culto era a princípio pequena, mas já podia ser vista a partir do séc. IV a.C. O vocabulário era, em boa parte o mesmo, sobretudo o que servia para o uso da vida cotidiana: coisas, animais, plantas, etc. O latim vulgar nunca se isolou completamente da língua literária, pois sempre houve um

convívio constante entre todas as classes, através do teatro, às vezes pela escola e, mais tarde, pela Igreja. Portanto, existiu sempre uma contribuição limitada, porém contínua, da língua clássica para a popular. Vestígios fonéticos, morfológicos, sintáticos e ainda de um vocabulário semelhante à língua clássica também ocorrem nas línguas românicas. Trata-se de sobrevivências de uma época em que o latim vulgar ainda conhecia essas formas, perdidas depois na maior parte do território. Por exemplo, o sardo conserva melhor as vogais do latim clássico.

Finalmente, cabe citar o seguinte trecho de Maurer Jr., *O problema do latim vulgar*, p.69, onde a questão da diferença entre as duas formas de língua latina falada está tão bem colocada:

É perfeitamente razoável dizer (...) que a língua falada latina apresenta matizes diversos e uma gradação contínua desde a linguagem inculta dos plebeus proletários dos bairros pobres de Roma até o falar elegante das pessoas mais cultas da alta sociedade. Enquanto, porém, nessa forma elegante a língua falada divergia *relativamente* pouco da língua dos textos literários – pelo menos na época de Cícero –, nas camadas inferiores da sociedade romana e, mais tarde, na população latinizada do Império, esse latim apresentava outro aspecto: admitia inovações revolucionárias (...).

A partir desta exposição, torna-se evidente que entre os séculos I a.C. e I d.C. conviviam três variedades do latim: o *sermo classicus* ou *literarius*, o *sermo urbanus* e o *sermo plebeius*.

Para concluir, vale a pena citarmos as principais características das variedades “clássica” e “vulgar” do latim.

Do ponto de vista gramatical, o latim clássico é:

I - uma língua sintética, isto é, possui terminações próprias (desinências), que, no fim da palavra, indicam a função sintática. Essas palavras que possuem flexão são os nomes (substantivos, adjetivos e pronomes) e os verbos. Em latim, a frase *Intelligenti pauca* (Spalding, [s./d.]) traduz-se em português por ‘Ao que sabe compreender, pouca coisa basta’. Este é um bom exemplo do que significa ser uma língua sintética, por oposição a uma língua analítica como o português.

Outra característica que se soma ao caráter sintético da língua latina é a **concisão**. Diz-se que a língua latina é concisa porque ex-

prime somente as palavras essenciais. Inclui-se no caráter conciso da língua latina o fato de não haver artigos (definido e indefinido) e de poder omitir palavras em contextos sintáticos que línguas como o português e o francês não permitem. Berger (1939: 238) afirma: “*Si la langue latine aime l’abondance et l’ampleur, elle ne recherche pas moins la concision et la sobriété. Dans bien des cas on peut omettre en latin des pronoms, des adverbes, et d’autres parties du discours qui sont nécessaires en français.*” Em Berger, há um capítulo inteiro sobre a “concisão da língua latina” onde entram fenômenos sintáticos e estilísticos, incluindo as tradicionais “figuras de linguagem.”

II - uma língua de ordem livre, em decorrência do sistema de casos morfológicos que permitem recuperar as funções semânticas e gramaticais dos substantivos (nomes). Estas são as características gerais básicas do latim, ou seja, a ordem livre dos elementos na frase, e a riqueza morfológica dos nomes e dos verbos que configuram o caráter sintético da língua.

A maior parte das gramáticas latinas dedica-se à morfologia, apresentando as declinações dos nomes e a conjugação dos verbos (o sistema de concordância nominal e verbal), como sendo a própria gramática latina. Quanto à sintaxe, pouco se encontra nessas gramáticas, mas destacam-se as seguintes peculiaridades (sintáticas) da língua latina: o acusativo com infinitivo, as diversas funções do ablativo, inclusive a oração subordinada em ablativo, o chamado “ablativo absoluto” e o emprego das formas nominais do verbo.

Do ponto de vista gramatical, resumidamente, pode-se dizer que o latim vulgar:

É analítico na construção da sentença, pois, devido à progressiva perda dos casos, começa a exprimir as funções gramaticais por meio de preposições (complementos indiretos e circunstâncias) e pela ordem das palavras (sujeito e objeto).

A frase popular faz um uso mais extensivo dos pronomes pessoais (1ª e 2ª pessoas), possessivos, demonstrativos, e inova com os artigos definido e indefinido, e com o pronome pessoal de 3ª pessoa.

A disposição das palavras se “simplifica” e se fixa, em oposição ao latim literário no qual a ordem obedece em larga escala às

preocupações de estilo. Nas palavras de Maurer Jr. (1959: 193): "a grande liberdade de colocação no uso clássico devia constituir a parte da língua em que a preocupação estilística e o exemplo dos modelos gregos mais profundamente modificaram a sua evolução espontânea."

A língua "vulgar", como um todo, apresenta as seguintes características inovadoras que se distanciam dos textos literários clássicos:

(i) a substituição do *accusativum cum infinitivo* por construções formadas por conjunções e pronomes relativos;

(ii) a inflação no uso dos pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas;

(iii) a inflação no uso dos diminutivos;

(iv) o emprego dos demonstrativos *ille* e *ipse*, às vezes com o sentido próximo ao de artigo definido das línguas românicas;

(v) a confusão no emprego dos casos;

(vi) o aumento de frequência das preposições;

(vii) a confusão nas declinações;

(viii) as mudanças de gênero;

(ix) o emprego da ordem da frase (Suj./Verbo/Compl.).

(x) o uso de expressões tipicamente coloquiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este artigo tenha contribuído para divulgar e esclarecer as diversas variedades da língua latina, que acreditamos ser uma necessidade face ao abandono ou, com otimismo, ao quase abandono dos estudos clássicos e filológicos nos dias de hoje. A partir da comparação de fatos lingüísticos em um nosso trabalho anterior (Martins, 2004) mostramos que existiam duas variedades de língua falada: uma exuberante e rica gramaticalmente, muito semelhante ao latim clássico, mas que não apresenta a estilização deste, e outra pobre em recursos gramaticais, mas rica em concretude e em expressividade, que dará origem às línguas românicas.

A respeito da variedade que se chama *sermo urbanus*, lamentamos que esta seja sempre esquecida e completamente dissociada do latim literário, já que o que se vê, mais comumente, é o ensino do latim clássico como uma língua artificial, oposta à falada na variedade plebéia, porém, sem nenhum vínculo com a língua culta falada. Assim, cremos que este artigo contribuiu também para deixar mais evidente que o latim clássico não foi uma criação de gramáticos e letrados, e nem uma imitação do grego, como tantas vezes se vê afirmando, mas uma língua literária que teve como modelo uma língua culta falada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1967.

ERNOUT, A. *Recueil de textes latins archaïques*. Paris: Klincksieck, 1916.

ERNOUT-THOMAS. *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck, 1953.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

HERMAN, József. *Le latin vulgaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

MAROUZEAU, Jules. *Traité de stylistique latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1946.

———. *Quelques aspects de la formation du latin littéraire*. Paris: Klincksieck, 1949.

MARTINS, Maria Cristina. “Um confronto entre o latim das cartas de Cícero e das do “soldado tiberiano” e de “Rustius Barbarus”: aspectos lingüísticos, filológicos e gramaticais”. Pesquisa de pós-graduação, FFLCH/USP, orientador: prof. Bruno Bassetto, 2004.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. *A unidade da România ocidental*. USP/FFLCH, 1951.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- . *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- . *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.
- . *Linguística histórica*. *Alfa*, nº 11, Faculdade de Filosofia de Marília: Departamento de Letras, 1967.
- MEILLET, Antoine. *Les dialectes indo-européens*. Paris: Klincksieck, 1908.
- . *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1933.
- MEILLET, A. & VENDRYES, J. *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. Paris: Ancienne Edouard Champion, 1928.
- NEIDERMANN, Max. *Précis de phonétique historique du latin*. Paris: Klincksieck, 1959.
- RIEMANN, O. *Syntaxe latine*. Paris: Klincksieck, 1927.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. *Guia prático de tradução latina*. São Paulo: Cultrix, [s./d.].
- VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introduction au latin vulgaire*. Paris: Klincksieck, 1981.

A REPETIÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

RESUMO

Este ensaio consiste numa sistematização e discussão dos mecanismos de repetição encontrados na língua portuguesa a partir da análise do “Sermão da Primeira Sexta-feira da Quaresma” do Padre Antônio Vieira e parte do pressuposto de que a repetição, longe de ser um defeito de expressão, é um recurso linguístico riquíssimo e muito útil para a expressão não só dos nossos pensamentos como também dos nossos sentimentos.

Palavras-chave: língua portuguesa; estilística; semântica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constitui-se num trabalho teórico e prático que tem por propósito examinar o fenômeno da repetição na língua portuguesa, tomando como *corpus* o *Sermão da Primeira Sexta-feira da Quaresma* do Padre Antônio Vieira, além de propor uma sistematização teórica desse importante mecanismo linguístico, seguindo de perto as recentes pesquisas realizadas por eminentes estudiosos da língua portuguesa.

Motivaram-na o estudo que realizamos de Linguística Textual no curso homônimo ministrado pela Profa. Ingedore V. Koch no módulo I, da disciplina SEMINÁRIOS AVANÇADOS II, do Curso de Doutorado em Letras da UFBA, através do qual constatamos que muitos casos de repetição nada mais são do que intensificadores por extensão do tipo construções sintagmáticas enfáticas.

Para a fixação do *corpus* utilizado na aplicação dos pressupostos teóricos desenvolvidos nos três primeiros capítulos deste trabalho monográfico, optamos pelo sermão supracitado inserido no volume dois da coleção *Obras Completas*, do Padre Antônio Vieira, editada pela Lello & Irmão, por considerarmos uma boa edição em termos de fidedignidade textual; e, para uma melhor apreciação, fizemos uma atualização ortográfica dos textos transcritos, de forma que, nas citações, nos limitaremos apenas a informar a página da qual foi extraído o texto citado.

Inicialmente, faremos uma breve exposição teórica sobre os mecanismos repetitivos para, no final, aplicarmos, a teoria exposta, no *corpus*.

É claro que não desejamos, aqui, esgotar o tema, por se tratar de um trabalho de fim de curso. Sendo assim, o que se almeja, *a priori*, é realizar apenas um modesto ensaio e, quem sabe, ensaiando os primeiros passos, projetar para o futuro uma investigação mais arrojada e abrangente acerca desse palpitante tema.

Como se constatará, o mérito desta monografia não está no tema inusitado mas principalmente em ousar oferecer uma modesta contribuição ao estudo da repetição em português.

Finalmente, esclarecemos que, para evitar sobrecarregar a página com notas de rodapé, optamos pela solução prática de indicar a fonte das citações no próprio corpo do ensaio, mediante o recurso da transcrição, entre parênteses, do sobrenome do autor em caixa alta (que remete para a bibliografia) seguido do ano de publicação da obra e da página onde se encontra o trecho transcrito, salvo exceções.

A REPETIÇÃO

Por repetição pode-se entender desde uma simples tautologia até uma reiteração fonológica. Daí a importância da definição desse termo como pré-requisito para os estudos que serão feitos posteriormente.

Marcuschi (1992: 6), tratando deste assunto, define a repetição dizendo ser ela a "produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo", não importando aí o tamanho do segmento repetido ou se o que se repete é o mesmo conteúdo, a mesma forma ou ambos.

Convém, todavia, observar para o fato de que a posição de Marcuschi (1992) sobre a noção de repetição aplica-se à conversação, embora não fique excluída sua validade, *mutatis mutandis*, pare a modalidade escrita da língua. Outrossim, delimitando aquilo que se pode considerar como sendo repetição, ele exclui do rol das repetições a reiteração de elementos funcionais isolados tais como pronomes, preposições, conjunções, artigos ou verbos de ligação, assim

como as hesitações, os marcadores conversacionais frequentes na conservação e alguns casos de paráfrase que seriam, mais propriamente, estratégias de reformulação textual, considerações estas a respeito das quais não partilhamos, porque, dessa forma, teríamos que excluir o polissíndeto da relação das variedades reiterativas, quando se sabe muito bem que a repetição da conjunção aditiva pode resultar em efeito retórico incontestável, como se pode constatar no seguinte exemplo: "E sobe e desce e torna a subir e torna a descer e se estrebucha no chão".

Em síntese, pelo que pudemos aprender a respeito, reconhecemos que a repetição nada mais é do que a recorrência intencional, com ou sem variações, de unidades lingüísticas formais, ou semânticas, num determinado enunciado.

Por conseguinte, podemos dizer, então, que a identidade da repetição está na natureza do elemento repetido e na intencionalidade de quem repete, assuntos estes que serão desenvolvidos nos próximos capítulos.

CLASSIFICAÇÃO DA REPETIÇÃO

Sobre a classificação da repetição há divergências e convergências. Aqui, limitar-nos-emos em dar uma sucinta visão panorâmica da teoria exposta por alguns estudiosos do assunto, para concluir apresentando a nossa proposta.

Começemos com Ramos (1933), que não apresenta uma classificação formal por se limitar a mencionar apenas tipos de funções, já que opta por desenvolver uma tipologia repetitiva centrada na função comunicativa preocupada com a facilitação da compreensão do destinatário.

Bessa Neto (1991) oferece uma classificação formal da repetição semelhante a de Marcuschi (1992), mas o seu trabalho se concentrou na repetição lexical, apenas.

Marcuschi (1992) opta por uma classificação que consideramos ser a melhor dentre as mencionadas neste estudo, apesar de ter restringido um critério que julgamos importante exatamente por ser o responsável por variados efeitos estilísticos, dentre outros, que é o da

distribuição dos elementos repetidos no enunciado.

Distribucionalmente falando, ele se refere apenas à repetição por *contigüidade*, *proximidade* e *distância*, enquanto a Retórica se esmera numa classificação muito detalhada. Outrossim, o mesmo autor inclui no seu quadro classificatório a *auto-repetição* (em que a matriz e a repetição são produzidas pelo mesmo falante) e a *heteror-repetição* (em que a matriz e a repetição são produzidas por falantes diversos), detalhe este peculiar à conversação, ou melhor, à língua falada.

Seguindo de perto a tradição e as experiências recentes de uns e de outros, sem a pretensão de dar a última palavra a respeito deste assunto, apresentamos o seguinte quadro classificatório da repetição, que servirá de base para os estudos subseqüentes.

REPETIÇÃO FONOLÓGICA

Monofonemática

- a) *Sibilância* (consoante /s/ aleatoriamente): *asfaltos vastos*.
- b) *Aliteração* (consoante inicial ou não): *o rato roeu a roupa*.
- c) *Assonância* (vogal em sílaba tônica): *casa de prata*.

Plurifonemática

- a) *Amplificação* (juntos e depois separados): *prata partida*.
- b) *Redução* (separados e depois juntos): *diários dramáticos*.
- c) *Quiasmo* (duas consoantes em X): *retém teu rancor*. (r – t / t – r)
- d) *Acróstico* (várias consoantes invertidas): *d – r – s / s – r – d*.
- e) *Coliteração* (consoantes homorgânicas): *morreu de tristeza*.

REPETIÇÃO MORFOLÓGICA:

- a) *Homeoteuto* (final de palavras próximas): *capitão Salomão*.

- b) *Rima* (final de palavras simetricamente dispostas).
- c) *Parequema* (fim e início de palavras contíguas): roupa parda.

REPETIÇÃO LEXICAL/SINTAGMÁTICA
(literal ou com variação)

Monolexical (ou ***monossintagmática***) ***intra-oracional***:

- a) *Reduplicação* (repetição contígua).
- b) *Derivação* (repetição contígua com variação).
- c) *Diácope* (repetição com intercalação de uma palavra).
- d) *Epanalepse* (repetição da lexia inicial da oração no fim dela).

Monolexical (ou ***monossintagmática***) ***transoracional***:

- a) *Anáfora* (repetição no início de cada oração).
- b) *Epístrofe* (repetição no fim de cada oração).
- c) *Mesodiplose* (repetição no meio de cada oração).
- d) *Anadiplose* (repetição da lexia final de uma oração no início da oração seguinte).
- e) *Epanadiplose* (repetição da lexia inicial de uma oração no fim da oração seguinte).
- f) *Ploce* (repetição da lexia medial de uma oração no início ou fim da oração seguinte).
- g) *Epímone* (repetição aleatória).
- h) *Polissíndeto* (repetição conjuncional).

Plurilexical (ou ***plurissintagmática***) ***transoracional***:

- a) *Símploce* (lexia inicial e final de uma oração, repetida na mesma ordem nas demais orações).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

b) *Antimetábole* (lexia inicial e final de uma oração, repetidas em sentido inverso na oração seguinte).

c) *Concatenação* (lexia final de cada oração, repetida no início da oração seguinte, em cadeia).

d) *Epânodo* (duas lexias contíguas, A e B, de uma oração, repetidas nas seguintes; a A, na 2ª oração e a B, na 3ª oração).

REPETIÇÃO ORACIONAL

(literal ou com variação):

a) *Palilogia* (repetição integral sem intercalação).

b) *Ritornelo* (repetição integral com intercalação).

c) *Epanástrofe* (repetição integral com inversão da ordem das palavras)

REPETIÇÃO ESTRUTURAL

a) *Paralelismo* (repetição de estruturas oracionais preenchidas com itens lexicais diferentes).

REPETIÇÃO SEMÂNTICA

a) *Sinonímia* (repetição do mesmo sentido com palavras formalmente diferentes).

b) *Parassinonímia* (repetição de sentido aproximado com palavras formalmente diferentes).

c) *Paráfrase* (repetição do mesmo sentido com textos formalmente diferentes).

d) *Pleonasmo* (repetição tautológica da significação de vocábulos ou termos oracionais com propósito retórico).

FUNÇÕES DA REPETIÇÃO

Refletindo sobre as funções da repetição, notamos, a princípio, que, muito mais do que o resultado de uma simples hesitação ou uma indesejável disfluência, ela pode funcionar como um notável recurso poético, razão pela qual foi literariamente valorizada.

Por meio da repetição, os vocábulos adquirem um forte efeito sugestivo e são carregados de uma força emocional, estimulativa e semântica bem acentuada, porque ela resulta na multiplicação, ou melhor, na amplificação do signo linguístico.

Na criação da linguagem poética a repetição tem uma importância que não passou despercebida a renomados escritores, dentre os quais destacamos João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Rui Barbosa e o Pe. Antônio Vieira; este último, de forma magistral, a ponto de, apenas no sermão objeto de análise neste ensaio, termos encontrado mais de sessenta repetições e dezessete variações delas. É que, através da repetição, conforme muito bem notou Guerra da Cal (1969: 244), "podemos ver as mais cotidianas e simples palavras da língua ganharem uma intensa carga poética e converterem-se de imediato em focos de irradiação lírica, em agentes de poetização do estilo".

Aristóteles foi, talvez, o primeiro estudioso a tratar da repetição. Para ele, a repetição nada mais era do que um recurso oratório. Por outro lado, consultando Ciceron (1930: 85-86), constatamos que ele reconhece serem as figuras de palavra (dentre as quais inclui a repetição) uma arma útil pela sua ameaça, por seus golpes, e agrada em consequência da maneira particular pela qual é manejada. Para ele,

La répétition d'un mot a parfois de la force, ailleurs du charme; de même rapprocher des mots qui offrent entre eux de légères différences dans les lettres ou dans la flexion; reprendre plusieurs fois à la fin de membres de phrases; user du retour vif et animé mêmes mots; rattacher à un seul mot plusieurs fois le même mot avec ce que j'appellerai des nuances de sens différentes; placer le même mot à la fin d'un membre de phrase et au début du suivant; employer soit des termes qui ont même désinence casuella ou même terminaison, soit des membres de phrases symétriques ou de même longueur".

Na literatura portuguesa, é no Trovadorismo que vamos encontrar a repetição como uma característica peculiar à poesia trovadoresca medieval, mediante o recurso do *paralelismo*, artifício ex-

pressivo caracterizado por um refinado sistema de repetições. A poesia moderna, por sua vez, encontrou na repetição uma força dinamizadora do discurso, assim como um meio para dizer o indizível. Já, nos cânticos cívicos e sacros, a repetição de versos e estrofes é algo muito comum e tem um efeito expressivo muito grande, por imprimir na mente do indivíduo o conteúdo da mensagem que expressa.

Estudando a repetição, pode-se observar facilmente que o seu objetivo é o de ativar a imaginação, sustentar uma idéia ou pensamento por um determinado tempo, imprimir uma imagem na mente mediante o martelar constante de determinadas palavras ou frases e até, conforme o caso, persuadir o receptor da mensagem, envolvendo-o emocionalmente.

É importante observar ainda que a repetição não é inócua, isto é, a palavra que se repete não é exatamente igual à primeira palavra da série reiterativa. Não fosse assim, a repetição num discurso político, por exemplo, não seria uma fórmula patética, não comoveria ninguém. O certo é que a segunda palavra repetida tem uma carga afetiva que contribui inclusive para modificar a prosódia do vocábulo, sendo pronunciada com mais altura e ênfase. Seguindo essa linha de pensamento, Bousoño (1956: 120-121), tomando como exemplo a frase "Antônio é *pobre, pobre, pobre, pobre*", diz que o último enunciado do vocábulo *pobre* não tem o mesmo significado do primeiro, pois, "al repetirse, la significación asciende hasta un grado rigurosamente superlativo, cuya intensidad desdobra a la del propio calificativo *pobríssimo*". E explica que assim se verifica porque o primeiro adjetivo destila, no segundo, boa parte de seu conteúdo; e este, já enriquecido, golpeia, por sua vez, com todo o seu volume aumentado, o terceiro, ao qual insufla mais ainda o seu caudal de qualificação. Assim, "al terminar la serie, el adjetivo postrero se halla denso, pletórico de sustancia heredada". Acrescenta depois que "lo que acabamos de mostrar para el adjetivo vale para toda palabra", pois se alguém diz que, do alto, vê *flores, flores, flores, flores*, o sintagma já não se refere vagamente a *flores*, "sino concretamente a una gran cantidad de ellas, a un inmenso *jardin*. Llegaremos a deducir de este modo, que toda reiteración posee virtudes intensificadoras del significado".

Em outro ponto, Bousoño (1956: 206) volta a tratar da reiteração dizendo que a intensificação obtida ao se repetir a palavra é in-

dividualizadora, isto é, tem a particularidade de modificar a língua, dando-lhe fins poéticos. Para ele, a repetição gera um substituinte, ou seja, o elemento que vai atuar na modificação da língua, pois "sin *sustituición*, no hay poesía, aunque a veces los procedimientos se disimulan de muy variadas formas y parezcan no existir".

Pelo exposto, portanto, não há dúvida de que não são exatamente idênticos os significantes e os significados de uma cadeia repetitiva. Do contrário, a reiteração perderia sua função poética e deixaria de ser expressiva para se tornar num mero vício tautológico. Se digo, por exemplo, "O menino *rola rola rola*", o primeiro vocábulo da série reiterativa comunica normalmente o ato de rolar, isto é, dar voltas em torno de si; o segundo vocábulo, dito noutra entoação e movimento, acrescenta logo ao primeiro uma carga afetiva bem mais intensa; por último, no terceiro vocábulo, tanto a informação linguística quanto o traço afetivo são levados ao máximo na cadeia, quase superlativo, traduzindo intensamente a ação de quem está girando em torno de si num movimento ininterrupto e muito rápido, marcado pela ausência de vírgula entre os elementos da série reiterativa.

Mais recentemente, pesquisando acerca da repetição, Ramos (1983) destaca a função de *auxílio à compreensão* como sendo a principal função repetitiva; Bessa Neto (1991), por sua vez, destaca o *fator de conexão* como o preponderante nas repetições por ela analisadas; e Marcuschi (1992: 113), diz que, no texto, a repetição tem *função coesiva* (por seqüenciação e/ou referenciação) e *formativa* (por reconstrução de estrutura, correção, expansão, parentetização ou retomada, enquadramento ou destaque), enquanto que, no discurso, tem *função de auxílio à compreensão* (por intensificação, reforço, esclarecimento), *de organização do tópico discursivo* (por amarração intermitente, reintrodução de tópico, delimitação de episódios, atualização de cena), *de argumentação* (por reafirmação, contraste, contestação), e *de promoção da interação* (por monitoração da tomada de turno, ratificação do papel de ouvinte, criação de humor/ironia, incorporação e responsividade).

Quanto à classificação de Marcuschi (1992: 113), discordamos de sua proposta de inserção da intensificação e do reforço dentre as funções de auxílio à compreensão, por serem a intensificação e o auxílio à compreensão (esclarecimento) realidades

semânticas distintas, além do fato de, ao se intensificar uma noção, não se visar, necessariamente, esclarecer, como é o caso das intensificações resultantes do estado emotivo do emissor. Portanto, o melhor seria desdobrar a função de auxílio à compreensão nas funções de intensificação (dentro da qual se poderia inserir o reforço) e de elucidação (ou esclarecimento). Por outro lado, preferimos a nomenclatura *função persuasiva* no lugar de *função argumentativa*, uma vez que a argumentação é o meio e não o fim, isto é, argumenta-se para persuadir e não vice-versa.

Por último, Koch (1997) diz que a repetição se destaca por sua natureza retórica, tendo em vista a sua função proeminentemente persuasiva. Outrossim, acrescenta que a repetição serve também para se ganhar tempo no processamento da mensagem falada (quando se gagueja repetindo ou se repete gaguejando).

Enfim, aproveitando contribuições diversas a com base na exposição que acabamos de fazer, podemos afirmar que as funções da repetição, resumidamente, seriam as seguintes:

1 FUNÇÃO TEXTUAL

- a) coesiva.
- b) formulativa.

2 FUNÇÃO DISCURSIVA

- a) intensiva.
- b) elucidativa.
- c) persuasiva.
- d) poética.
- e) interacional.
- f) organizadora do tópico discursivo.

A REPETIÇÃO
NO SERMÃO DA 1ª SEXTA-FEIRA DA QUARESMA.

Vários são os processos linguísticos empregados pelo emissor para expressar a emoção e atuar persuasivamente sobre o receptor. A escolha que se faz de algumas dentre as várias opções cabíveis é o que vai determinar o estilo do autor e até mesmo o estilo de época, em se tratando de uma obra literária.

Importa-nos fazer uma aplicação da teoria, exposta nesta monografia, no *Sermão da 1ª Sexta-feira da Quaresma*, com o objetivo de mostrar como a repetição serve para estabelecer a coesão textual, intensificar o discurso e, principalmente, persuadir.

Não há, no sermão mencionado, todos os casos de repetição vistos na classificação dada anteriormente, de forma que, nesta parte do trabalho, serão analisados e interpretados apenas os tipos de repetição encontrados nele.

Começando pela REPETIÇÃO LEXICAL/SINTAGMÁTICA MONOLEXICAL (ou MONOSSINTAGMÁTICA) INTRARACIONAL, constatamos a existência dos seguintes casos:

- (1) “Mas com estarem tão declaradas, e porventura encarecidas, eu espero **mostrar** e **demonstrar**, que não só não é tão dificultoso como parece, o amor aos inimigos, senão muito fácil e natural ao homem, e tanto mais, quanto for mais homem.” (p. 315)
- (2) “Se o ter inimigos é **tentação**, antes é **tentação** de vaidade, que de vingança.” (p. 315)

No exemplo (1), temos derivação, com função intensiva, ao amplificar a noção semântica expressa no verbo **mostrar**, enquanto que, em (2), temos diácope, com função coesiva do tipo seqüencição, por retomar o termo **tentação** expresso anteriormente, sendo que ambos os casos, embora distintos, não deixam de desempenhar também a função persuasiva.

Prosseguindo, façamos agora uma apreciação das REPETIÇÕES LEXICAIS/ SINTAGMÁTICAS MONOLEXICAIS (ou MONOSSINTAGMÁTICAS) TRANSORACIONAIS encontradas, dentre as quais se destacam as anáforas, por serem, juntamente com o paralelismo, o tipo de repetição mais encontrado no sermão do Pe. Antônio Vieira, a ponto de, sozinhas, responderem por um terço das

repetições fichadas:

- (3) “Negar ou desprezar a dificuldade, **não** é arte, **nem** valor, **nem** razão.” (p. 311)
- (4) “**Difícultoso** preceito! **Difícultoso** motivo! **Difícultoso** exemplo!” (p. 311)
- (5) “Temos posto em campo contra a verdade e a equidade deste famoso preceito, divididos em três esquadrões, porém unidos no mesmo parecer, **debaixo** da bandeira da lei da natureza, os gentios; **debaixo** das Táboas da lei escrita, os judeus; **debaixo** da cruz e lei da graça, os cristãos; em suma, o gênero humano todo.” (p. 313)
- (6) “Acende e provoca esta batalha a trombeta da fama dizendo e bradando, que é honra: põe-se da parte do ódio e da vingança o mundo todo, **que assim o manda, que assim o julga, que assim o aplaude, que assim o tem estabelecido por lei.**” (p. 314)
- (7) “E que faz a mesma natureza toda movida e governada pelo mesmo Deus? **Vingam-se** por instinto natural as feras na terra; **vingam-se** as aves no ar; **vingam-se** os peixes no mar; **vinga-se** a mansidão dos animais domésticos; **vinga-se** e cabe ira em uma formiga, para que **neles** ofendida se doa, **neles** agravada mordida, **neles** tomem satisfação da sua injúria.” (p. 315)
- (8) “O primeiro inimigo que houve neste mundo foi Lúcifer. **Ele o primeiro** traidor que se revestiu da serpente, **ele o primeiro** falsário que enganou a Eva, **ele o primeiro** ladrão e homicida, que não só roubou a Adão quanto possuía, mas até o despojou da mesma imortalidade.” (p. 316)
- (9) “E a insolência de todos estes, armados do ódio que têm ao supremo e eterno Deus, está sempre subindo e fazendo guerra ao céu, à escala vista, **com as suas** ingratidões, **com as suas** injúrias, **com as suas** afrontas, **com as suas** blasfêmias de pensamento, de palavra, de obra.” (p. 339)
- (10) “Os amigos são muito poucos, e os que se conservam sempre em sua amizade e graça, sem cair em seu ódio, raríssimos. Pelo contrário, os inimigos de Deus, e os que vivem perpetuamente em seu ódio, não têm número. **Estes** são os hereges e os cismáticos, **estes** os maometanos e os judeus, **estes** os gentios e os ateus, **estes** os apóstolos e os maus cristãos.” (p. 339)
- (11) “É verdade que Deus tem ódio a seus inimigos, mas **é um ódio que dá** largas vidas, **é um ódio que dá** imensas riquezas, **é um ódio que dá** cetros e coroas aos que não ama.” (p. 342)
- (12) “...Lázaro era aquele pobre coberto de chagas, que jazia à sua porta, morto de fome, a quem o rico avarento tantas vezes ofendia todos os dias, **quantas** se assentava à mesa, sem lhe permitir as migalhas que

dela caíam, **quantas** saía ou entrava pela sua porta, **quantas** via as suas chagas, **quantas** ouvia os seus gemidos, e **quantas** sabia que os seus cães lhe lambiam as feridas.” (p. 345)

O que caracteriza as anáforas transcritas acima é a repetição periódica, no início de cada segmento, de uma palavra ou sintagma geradores de uma isotopia intensiva que contamina o texto todo, de modo a produzir um efeito extraordinário de persuasão e, por que não dizer, de comoção, sobre o receptor da mensagem sermonística, efeito este acentuado em virtude de haver também, simultaneamente, repetição estrutural (paralelismo) reforçadora da intensificação. Outrossim, os elementos repetidos desempenham a função coesiva seqüencial e, no caso dos exemplos (6), (7), (8), (10) e (11), também referencial. De fato; no (6), o pronome **o** nos remete para **o mundo todo**; no (7), **neles** nos remete para **átomos**; no (8), **ele** nos remete para **Lúcifer**; no (10), **estes** nos remete para **inimigos de Deus**; e no (11), **um ódio que dá**, nos remete para **o ódio que Deus tem**. Isso tudo evidencia que, ao promover a coesão, a repetição contribui não só para a amarração do texto como também para clarificá-lo.

Notamos ainda, nos mecanismos anafóricos analisados, o desempenho da função formulativa, na medida em que a repetição favorece a expansão do texto e, dessa forma, não deixa de servir também para a amplificação de uma noção semântica anteriormente expressa, como é o caso do exemplo (3) em que, após dizer que “Negar ou desprezar a dificuldade não é arte”, se acrescenta “**nem** valor, **nem** razão”, num desdobramento que, teoricamente, poderia se expandir indefinidamente.

Prosseguindo a análise, vejamos agora três tipos de repetição lexical monolexical transoracional, encontrados numa frequência muito baixa no sermão do Pe. Antônio Vieira, os quais, seguindo a ordem de transcrição abaixo, seriam a epístrofe, a mesodiplose e a epímone:

- (13) “A vista diz que vê **pão**, o olfato que cheira **pão**, o gosto que gosta **pão**, o tato que apalpa **pão**, e até o ouvido quando se parte a hóstia, que ouve **pão**; e eu rindo-me dos meus próprios sentidos, e do testemunho conteste de todos cinco, creio que ali não há substância de **pão**, (...)” (p. 330)
- (14) “É possível (diz a razão revestida em cada um de nós nela), é possível que haja eu de amar a **quem** me aborrece; desejar bem a **quem**

me faz todo o mal que pode; honrar a **quem** me calunia; interceder por **quem** me persegue; e não me desafrontar de **quem** afronta?" (p. 314)

- (15) "(...) porque para amar basta a vontade, para fazer **bem**, é necessário ter com que o fazer. E se eu acaso for tão pobre e miserável que não tenha **bem** algum; como posso fazer **bem** a meus inimigos? Enganaios. Ninguém tem inimigos, que lhes não possa fazer **bem**; porque quem não tem **bens**, não tem inimigos. Tendes inimigos? Pois algum **bem** tendes vós, porque eles vos querem mal. E porque esta suposição universalmente é certa, por isso Cristo manda a todos os que tiverem inimigos, que não só os amem, senão que lhes façam **bem**: (...). Quem tem **bens**, assim como é certo que há de ter inimigos, assim é certo que pode fazer **bem**." (p. 316)

Nota-se nos exemplos supracitados a recorrência dos itens lexicais (**pão**, **quem**, **bem/bens**) promotores da coesão textual, sendo que, no item (14), além da mesodiplose, temos anáfora de "é possível", que desempenha uma função formulativa (por parentetização).

A diferença entre eles ocorre, sobretudo, no fato de, em (13), termos uma repetição do substantivo **pão**, no fim dos segmentos, com efeito persuasivo de insistência, de reafirmação; em (14) há insistência também, do pronome **quem**, responsável pela coesão referencial, com destaque para o objeto do amor; e, em (15), há repetição aleatória de **bem/bens** que, em virtude de se tratar de um vocábulo polissêmico (podendo significar tanto "caridade" quanto "posses" e de possuir um plural heterossêmico, Vieira consegue, através desse jogo contrastivo/opositivo, não só argumentar com eficácia como também obter um excelente efeito estético.

Voltando-nos agora para a apreciação da repetição LEXICAL/SINTAGMÁTICA PLURILEXICAL (ou PLURISSINTAGMÁTICA) TRANSORACIONAL, vejamos os dois casos encontrados; sendo, o primeiro, uma símploce; e, o segundo, uma antimetábole:

- (16) "**Creio que** o Padre é Deus, **creio que** o Filho é Deus, **creio que** o Espírito Santo é Deus, e crendo juntamente que estas três pessoas são realmente distintas, creio outra vez, e mil vezes, que a Pessoa do Padre Deus, e a Pessoa do Filho Deus, e a Pessoa do Espírito Santo Deus, não são três Deuses, senão um só Deus." (p. 329)
- (17) "**A imitação** há de ser tão parecida ao **exemplo**, e o **exemplo** tão semelhante à **imitação**, como a idéia e o ideado, o original e a cópia, a representação e a coisa representada." (p. 334)

Como se pode notar, aqui a repetição está a serviço da coesão seqüencial reforçada pelo paralelismo sintático, diferindo a símproce da antimetábole pelo fato de que, enquanto na símproce se destaca a insistência do elemento repetido numa mesma ordem (**creio que**, no início, e **é Deus**, no final de cada oração) com objetivos persuasivos; na antimetábole o que chama a atenção é o contraste, também com objetivos persuasivos, pela disposição em X dos elementos repetidos (**a imitação – o exemplo / o exemplo – a imitação**) intensificados pela repetição semântica, já que a segunda oração é uma paráfrase da primeira.

Vejamos a seguir os três tipos de REPETIÇÃO ORACIONAL encontrados no *Sermão da 1ª Quarta-feira da Quaresma*, os quais são por ordem de entrada, a palilogia, o ritornelo e a epanástrofe:

- (18) “Não havia céu; disse Deus: **Faça-se o céu**; e **fez-se o céu**; não havia terra; disse Deus: **Faça-se a terra**; e fez-se a terra; estava tudo às escuras; disse Deus: **Faça-se a luz**; e **fez-se a luz**.” (p. 326)
- (19) “**Ama a teu inimigo**; porque amando a ele, me amas a mim; e se ele te não merece que o ames, mereço-te eu que me ames nele. **Ama a teu inimigo**; porque se ele te ofende com o seu ódio, mais te ofendes tu com o teu; o teu te mete no inferno, e o seu não. **Ama o teu inimigo**; porque amigos já os não há, e se não amares os inimigos, estará ociosa a tua vontade, que é a mais nobre potência, e privarás o teu coração do exercício mais natural, mais doce e mais suave, que é o amor. **Ama a teu inimigo**; porque o não ajudes contra ti, e tenhas dois inimigos, um que te queira mal, e outro que te faça o maior de todos. **Ama a teu inimigo**; porque se ele o faz com razão, deves emendar-te; e se contra razão, emendá-lo. **Ama a teu inimigo**; porque se o seu ódio vil é filho da inveja, mostre o teu amor generoso, que por isso não é digno de vingança, senão de compaixão. **Ama a teu inimigo**; porque ou ele é executor da Divina Justiça para castigar a tua soberba, ou ministro da sua Providência, para exercitar a tua paciência, e coroar a tua constância. **Ama a teu inimigo**; porque Deus perdoa a quem perdoa, e mais nos perdoa ele na menor ofensa, do que nós ao ódio de todo o mundo nos maiores agravos. **Ama a teu inimigo**; porque as setas do seu ódio, se as recebes com outro ódio, são de ferro, e se lhes respondes com amor são de ouro. **Ama a teu inimigo**; porque melhor é a paz que a guerra; e nesta guerra a vitória é fraqueza, e o ficar vencido, triunfo. **Ama a teu inimigo**; porque ele em te querer mal imita o demônio; e tu em lhe querer bem pareces-te com Deus. **Ama a teu inimigo**; porque esse mesmo inimigo, se bem o consideras, é mais verdadeiro amigo teu, que os teus amigos: ele estranha e condena os teus defeitos, e eles os adulam, e lisongeião. **Ama a teu inimigo**; porque se o não queres amar porque é inimigo, deve-lo amar, porque é homem. **Ama a teu inimigo**; porque se ele te

parece mal, amando-o tu, não serás como ele. **Ama a teu inimigo**; porque as maiores inimizades cura-as o tempo, e melhor é que seja o médico a razão, que o esquecimento. **Ama a teu inimigo**; porque os mais empenhados inimigos dão-se as mãos, se o manda o rei; e o que se faz sem descrédito, porque o manda o rei, porque se não fará, porque o manda Deus? Finalmente, sem subir tão alto, **ama a teu inimigo**; porque ou ele é mais poderoso que tu, ou menos: se é menos poderoso, perdoa-lhe a ele, se é mais poderoso, perdoa-te a ti.” (p. 324)

- (20) “Mudou-se Deus? Mudou-se Moisés? Ou **são os mesmos**? **Os mesmos são**, não se mudaram: mas estes são os ódios de Deus, e estes os amores dos homens.” (p. 337)

Em (18) há repetição com variação flexional das orações “Faça-se o céu” e “Faça-se a terra”, com força retórica resultante dessas reafirmações (“e fez-se o céu”, “e fez-se a terra”) acentuada pelo paralelismo sintático com função coesiva seqüencial.

Em (19), algo semelhante ocorre, só que aqui o refrão “**Ama a teu inimigo**”, repetido dezessete vezes, num martelar constante, intercalado pela inserção de orações causais veiculadoras de poderosos recursos persuasivos, resulta num efeito retórico ímpar, além de responder pela coesão seqüencial que amarra os elementos constituintes do texto.

Em (20), todavia, a repetição em X tem função contrastiva, de destaque e de intensificação, por reafirmar a noção expressa na oração “**São os mesmos**”, repetindo-a invertendo os seus termos (“**Os mesmos são**”).

Quanto à REPETIÇÃO ESTRUTURAL manifestada através do paralelismo sintático, este é um recurso reiterativo preponderante no sermão estudado, vindo quase sempre associado com outros tipos de repetição, como pudemos verificar nos casos comentados até aqui, aos quais acrescentamos os seguintes:

- (21) “Salta o coração, bate o peito, murcham-se as cores, chamejam os olhos, desfazem-se os dentes, escuma a boca, morde-se a língua, arde a cólera, ferve o sangue, fumegam os espíritos; os pés, as mãos, os braços, tudo é ira, tudo fogo, tudo veneno.” (p. 314)
- (22) “Nem Saul havia de aborrecer a Davi se não fora mais valente; nem Abimaleque a Isaque, se não fora mais rico; nem os Sátrapas a Daniel, se não fora mais sábio.” (p. 317)
- (23) “Se nasce o seu sol, para todos nasce; se desce a sua chuva, para todos desce.” (p. 338)

Em (21), o paralelismo resultante da recorrência da mesma estrutura sintática das dez orações iniciais (*Salta o coração, bate o peito, murcham-se as cores, chamejam os olhos, desfazem-se os dentes, escuma a boca, morde-se a língua, arde a cólera, ferve o sangue, fumegam os espíritos*) preenchidas com itens lexicais diferentes seguido de outro paralelismo resultante do desdobramento de um termo da última oração da série (*fumegam os espíritos; os pés; as mãos; os braços*) e do paralelismo das três orações finais do período (*tudo é ira, tudo fogo, tudo veneno*), responde pela coesão e pela expansão do texto, *ad infinitum*, teoricamente falando, sem falar na força argumentativa sem igual que tal recurso proporciona. Outrossim, a dinamicidade expressa pelos verbos das orações paralelas, reforçada pelo paralelismo sintático, resulta numa extraordinária construção poética.

Quanto aos outros casos, ressaltamos o efeito contrastivo em (22) e a intensificação pela insistência da mesma noção, além da repetição de itens lexicais (*nasce, desce*), em (23).

Vale observar que o abuso do paralelismo em Vieira pode dar a impressão de certo artificialismo retórico mas, segundo MARTINS (1989: 181), "não se pode negar que ele constitui um processo de ordenação harmonioso, elegante e claro das idéias".

Finalmente, voltando as nossas atenções para a REPETIÇÃO SEMÂNTICA, vejamos como ela acontece, respectivamente, na parassinonímia e na paráfrase:

(24) "Infinitas são as razões e motivos que o Senhor pudera dar para persuadir o que mandava. Ama a teu inimigo (pudera dizer) para que ele também te ame; porque não há **modo**, nem **meio**, nem **diligência**, nem **feito** mais eficaz para ser amado, que amar." (p. 324)

(25) "Que melhor é para os homens, e mais útil, **Deus irado, que o homem propício; Deus com ódio; que o homem com amor.**" (p. 337)

Em (24) há recorrência de sentido mediante itens lexicais distintos (**modo, meio, diligência, feito**) mas veiculadores de conteúdos semânticos análogos com efeito intensivo e persuasivo, resultante da reafirmação de uma mesma noção com o propósito de se fixar, na mente do receptor da mensagem evangélica, um princípio para ser seguido pelos fiéis; enquanto que em (25) algo semelhante acontece, com destaque para o efeito contrastivo da paráfrase (**Deus com ódio;**

que o homem com amor).

CONCLUSÃO

Do exposto, não resta dúvida de que a repetição é um recurso lingüístico riquíssimo e muito útil para a expressão não só dos nossos pensamentos como também dos nossos sentimentos, não se constituindo, portanto, num defeito de expressão oral ou escrita, como pode parecer para alguns desavisados usuários da língua, se devidamente empregada.

Textualmente falando, ficou patente através dos vários mecanismos repetitivos estudados que, além da função formulativa, a repetição tem função coesiva incontestável, em termos de facilitar a decodificação da mensagem implícita num texto ao amarrar os elementos lingüísticos presentes na superfície textual, conforme verificamos no sermão do Pe. Antônio Vieira.

Por outro lado, discursivamente falando, a repetição vai se revelar como um recurso bastante eficaz para, comovendo e emocionando, persuadir, mediante efeitos variadíssimos conseguidos com o emprego de inúmeros processos repetitivos, alguns deles bastante eficazes na configuração de isotopias intensivas. É nesse ponto que a repetição se conflui com a intensificação, se considerarmos que em muitos casos a repetição funciona como recurso amplificador, reforçador, intensificador e modulador da linguagem, que vai variar a depender do estado emotivo do emissor, da sua intenção, e, até mesmo, do seu estilo, o que nos leva a concluir que a repetição tem mais a ver com o estilo ou com a subjetividade dos falantes do que com a gramática, com a Lógica e com a língua como uma realidade abstrata, independente dos seus usuários.

Também não podemos deixar de reconhecer que Vieira, ao usar a repetição, soube colocá-la a serviço de um gênio literário para o qual a argumentação é de fundamental importância, e saiu-se muito bem, não só por ter sido original, ao realizar construções de notável beleza artística; mas, principalmente, por ter descoberto na repetição uma estratégia lingüística poderosíssima para a fixação da mensagem salvífica do Evangelho no coração dos seus ouvintes, uma vez que o martelar constante de uma idéia, conceito ou noção, tem o efeito de

penetrar fundo em nossas almas a ponto de, mesmo após ter ouvido a mensagem sermônística, as palavras do pregador continuarem ecoando em nossas consciências.

Em razão do que acabamos de afirmar é que se pode entender a preferência de Vieira pela anáfora (e pelo paralelismo como recurso reforçador da repetição anafórica) em que primeiro se lança um conceito e depois repete-o, cadenciadamente, após intervalos regulares, de forma a que esse conceito cale fundo na alma dos ouvintes, reverberando como um eco.

Finalmente, a pesquisa realizada nos conduziu ainda à certeza de que a repetição é muito mais abrangente do que se possa imaginar em termos de não se limitar apenas à reiteração de itens lexicais, por haver também repetições semânticas e estruturais, dentre outras modalidades de repetição, além de nos ter levado a reconhecer a existência de uma variada gama de funções repetitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1964.

BARANOW, Ulf Gregor (Coord.). *Bibliografia indexada de dissertações e teses em Letras e Linguística defendidas em universidades brasileiras*. Recife: ANPOLL, 1990, v. 1.

BESSA NETO, Regina. *A repetição lexical em textos narrativos orais e escritos*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

BOUSOÑO, Carlos. *Teoría de la expresión poética*. Madrid: Gredos, 1956.

CASADO VELARDE, Manuel. *Introducción a la gramática del texto del español*. 2ª ed. Madrid: Arco Libros, 1995.

CICERON. *De L'orateur*, livre troisième. Paris: Les Belles Lettres, 1930.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- . *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Docente da USP. *Curso de Lingüística Textual*. (Anotações de Aula). 1990.
- . *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- . Docente do Departamento de Lingüística do IEL/UNICAMP. *Curso de Lingüística Textual*. Anotações de Aula, 1997.
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A Intensificação no português; o itensificador e sua expressão*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. "A repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo." Recife: UFPe, 1990 (Mimeo).
- . *A repetição na língua falada; formas e funções*. Tese para concurso de Professor Titular. Recife, UFPe, 1992.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística; a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1989.
- PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- RAMOS, Jânia Martins. *Hipótese para uma taxonomia das repetições no estilo falado*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1983.
- REHFELDT, Gládis Knak. *Monografia e tese: guia prático*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau: um brevíário para os estudantes de pós-graduação*. São Paulo: Ática, 1984.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria literária*. 4ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1969.

VIEIRA, Pe. Antônio. Sermão da primeira sexta-feira da Quaresma. *Sermões*. In: *Obras completas do Pe. Antônio Vieira*. Lello & Irmão, eds. Lisboa: Ailaud & Lellos, 1951, v. 2, p. 311-346.

CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO ADJETIVO PLEONÁSTICO

José Antônio Senna (ENCE e IBGE)

RESUMO

Este artigo se volta para o emprego do adjetivo redundante, que constitui um caso particular de pleonismo. Como se verá, ao longo da exemplificação, analisam-se fragmentos de textos poéticos, onde é possível perceber que a utilização de semelhante adjetivo está a serviço de uma maior expressividade. Desde as primeiras realizações poéticas de nossa língua, sentiu-se necessidade de chamar a atenção para certas propriedades inerentes a determinados nomes, tais como *o brilho do sol, a dureza da pedra, a frialdade da neve*, etc. Isto explica por que, em textos de diferentes épocas, utilizam-se expressões do tipo *sol brilhante, pedra dura, neve fria* e outras análogas. Tem-se a impressão de que o nome, por si só, não seria suficientemente capaz de exprimir, de forma plena e cabal, o que se pretende dizer. Assim, o adjetivo a ele se associa para, a partir de então, ambos passam a constituir um só corpo, uma só unidade, algo, enfim, que não se pode dividir ou separar, sob pena de a expressividade vir a sofrer grave prejuízo.

Palavras-chave: Adjetivo, Redundância, Pleonismo, Estilística.

Sabe-se que *pleonismo* é todo emprego redundante de palavras ou expressões, o que estilisticamente pode ser explicado pela indisfarçável intenção, por parte de quem dele se serve, de enfatizar determinada idéia. A própria etimologia do referido termo torna evidente esse conceito, uma vez que o elemento *pleo-*, segundo a lição de nossos melhores dicionários, exprime a noção de *abundância, excesso, plenitude*.

Na análise estilística que se vai desenvolver, nosso interesse se atém a um tipo específico de pleonismo, aquele em que o adjetivo realça certa propriedade inerente ao substantivo, razão pela qual parece pertinente classificá-lo como *epíteto de natureza*, tal como faz Celso Cunha em sua *Gramática da língua portuguesa*. Repare-se que, em condições normais, é escusado atrair a atenção para *a negrura da noite*, para *a quentura do fogo*, para *a umidade da água*, etc. Todavia, tal fato não impede que ocorram expressões redundantes, de que são exemplos, entre outras, *noite escura, fogo quente, água úmida*, cujo emprego admite a seguinte interpretação: além da qualidade mais evidente, que constitui parte inseparável de sua essência,

os substantivos vêm unidos a outros atributos que também os qualificam. Desta forma, o *mar* é necessariamente *salgado*, embora diferentes adjetivos possam ainda qualificá-lo, como as variantes cromáticas *azul* e *verde*, e aqueles de uso mais subjetivo, entre os quais se incluem, por exemplo, *estranho*, *misterioso*, *traçoeiro*, etc. Portanto, a adjetivação pleonástica encontra justificativa no intuito de salientar a qualidade mais intrinsecamente própria deste ou daquele substantivo, como se passasse a existir entre o nome e seu atributo uma relação, um vínculo, um parentesco a um só tempo natural e obrigatório. Cumpre lembrar, ainda, que tal adjetivação é usada, com significativa frequência, em fragmentos poéticos, uma vez que o texto em prosa, até mesmo quando se reveste de traços mais acentuadamente literários, não tem por objetivo privilegiar o emprego dessa modalidade pleonástica. Isto posto, analisemos os casos mais relevantes em que a linguagem poética se aproveita do chamado *epíteto de natureza*:

- diante de termos relacionados à idéia de **água**:

Como corres, *arroyo fugitivo*?
Adverte, pára, pois precipitado
Corres soberbo, como o meu cuidado,
Que sempre a despenhar se corre altivo.

(G. de Matos, *Poesia lírica*.)

Vês, Ninfa, em alva espuma o pego irado
Que as penhas bate com furor medonho?

(S. Alvarenga, *Glaura*, II, 26.)

Oceano terrível, mar imenso
De vagas procelosas que se enrolam
Floridas rebentando em *branca espuma*. (G. Dias, *O mar*.)

Arroios que ao longe nascem
de *cascatas escumosas*,
correndo à sombra de acácias,
por entre alfazema e rosas.

(Castilho, *O barquinho do lago encantado*.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Vão as sombras das árvores crescendo,
Corre enlutado o *líquido ribeiro*. (F. Elísio, *Sonetos*.)

Já se afastou de nós o Inverno agreste,
Envolto nos seus *úmidos vapores*. (Bocage, *Sonetos*.)

Poder tamanho junto não se viu,
Depois que o *salso mar* a terra banha. (Camões, *Os lus.*, III, 103.)

Aqui se enxerga, lá do *mar undoso*,
Um monte alto, que corre longamente. (Id., *ibid.*, VII, 21.)

Vê que do *grosso mar* na travessia
Se sorve o lenho pelo *pego undoso*. (S. R. Durão, *Caram.*, I, 11.)

Verás ao Deus Netuno sossegado,
Aplinar c'o tridente as *crespas ondas*,
Ficar como dormindo o *mar salgado*.

(Gonzaga, *M. de Dirceu*, III, 7.)

Os exemplos transcritos revelam que a redundância se manifesta em diferentes áreas sensoriais que, de acordo com as circunstâncias, podem ser apreendidas simultaneamente. Sirva de exemplo o sintagma *arroio fugitivo*, em que a impressão visual se associa à percepção auditiva, já que o fluxo das águas é um fenômeno que se identifica não apenas pelos olhos, mas também pelos ouvidos. Note-se que o epíteto *fugitivo* traduz uma idéia de movimento, de dinamismo, de algo que se desloca de um ponto a outro, o que comprova que também a natureza acompanha a inexorável mutabilidade da vida.

Quando se estabelece um confronto entre as expressões *alva escuma* e *branca espuma*, salta aos olhos a proximidade semântica entre ambas, uma vez que tanto os atributos quanto as substâncias guardam entre si semelhanças de sentido. Do ponto de vista sintático, ambas também se avizinham, pois os adjetivos precedem os correspondentes substantivos. Neste caso, parece justo afirmar que, para tal colocação, contribuem razões ditadas ora pelo ritmo, ora pela eufonia. Cumpre acrescentar que, quando se revestem de conteúdo retóri-

co, como se observa nos referidos sintagmas, os epítetos em pauta não conservam posição fixa, uma vez que variam de acordo com as preferências de cada poeta e as circunstâncias de cada contexto. Situação bem diversa já apresentam os chamados atributos de valor descritivo, entre os quais se incluem aqueles que denotam noções de cor. Estes, segundo os preceitos gramaticais, devem vir pospostos aos substantivos que qualificam. Assim, é natural que a linguagem do vestuário, por exemplo, se sirva de expressões do tipo *calça branca, camisa verde, sapato preto*, etc., onde a colocação posposta do adjetivo é, a um só tempo, de emprego corrente e obrigatório.

Em *cascatas escumosas*, a redundância se justifica pela necessidade de enfatizar a beleza de determinado espetáculo, que somente a natureza é capaz de proporcionar. Desta forma, faz-se uso de um reforço expressivo, que empresta uma nota pictórica ao substantivo *cascatas*. Repare-se que a simples menção deste nome não daria a medida exata da verdadeira intenção do autor. Chame-se a atenção, ainda, para a submissão tanto à rima quanto à métrica, fator muitas vezes preponderante quando se trata de um texto poético.

Em *líquido ribeiro*, assim como em *úmidos vapores*, além de serem destacadas as qualidades mais intrinsecamente próprias de ambos os nomes, o emprego de adjetivos proparoxítonos, em posição anteposta, confere um vigor expressivo a tais substantivos. Estes, amplificados pelo acréscimo de atributos que lhes são inerentes, passam a dividir, com seus respectivos parceiros, o lugar de destaque, a primazia estilística, por assim dizer, nos diferentes contextos a que pertencem. Não fique sem registro a isonomia silábica que aproxima os dois sintagmas, o que sobremodo contribui para a simétrica distribuição de seus acentos tônicos.

Em *salso mar e mar undoso*, Camões alterna não apenas o atributo, mas também sua colocação. No primeiro sintagma, a redundância é obtida através de um epíteto que alude à constituição salina do mencionado nome, fato este que privilegia, portanto, a percepção de teor gustativo. No segundo par, o emprego de *undoso* deixa claro que o mar está continuamente apto a produzir ondas, a se mostrar abundante e caudaloso. Como se nota, valorizam-se duas formas distintas de obter o pleonasma, de chamar a atenção para certos fenômenos que já são sabidos de todos, que fazem parte do conhecimento

geral a respeito do mundo e das coisas que o cercam. Isto não impede, todavia, que essas expressões redundantes ainda mantenham viva sua força poética, ainda despertem o espírito do leitor para o que se poderia classificar como *a poetização do trivial*.

Os dois últimos fragmentos se diferenciam dos demais pela circunstância de explorarem, duplamente, o uso de expressões pleonásticas. Mais uma vez, observam-se as amplas possibilidades de variação dos sintagmas até aqui estudados, ao mesmo tempo em que fica patente a influência da poesia clássica sobre aquela que posteriormente a revitalizou, a ponto de ser chamada de neoclássica, fazendo com que os ideais de perfeição e equilíbrio, o culto da vida campestre, o gosto por determinados clichês, entre outras características, voltassem a figurar como padrões estéticos. Tem-se a impressão de que, geração após geração, século após século, certas tendências linguísticas são retomadas, certos modismos idiomáticos são reintroduzidos, como se, no caso em questão, ressaltadas as inevitáveis flutuações de uso, os mesmos substantivos estivessem à espera dos mesmos adjetivos, para, assim juntos, virem a compor as mesmas e costumeiras alianças, que se mostrariam imunes à ação do tempo.

- diante de termos relacionados à idéia de **escuridão**:

Sonho que sou um cavaleiro andante,
Por desertos, por sóis, por *noite escura*,
Paladino do amor, busco anelante
O palácio encantado da Ventura!

(A. de Quental, *O palácio da Ventura*.)

– Espécie de cão sem dono
Desprezado na agonia,
Larva da *noite sombria*,
Mescla de trevas e horror. (C. Alves, *Antítese*.)

Tu és a luz crepitante
Que em *noite trevosa* ondeia,
Eu mariposa ofegante
Que em torno à chama trêmula volteia. (F. Varela, *Juvenilíia*.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Noite umbrosa envolve a terra;
sucede o repouso à lida,
grato repouso que os homens
para os prazeres convida. (Castilho, *A visita imaginária*.)

Os seus compridos cabelos,
Que sobre as costas ondeiam,
São que os de Apolo mais belos;
Mas de loura cor não são.
Têm a cor da *negra noite*. (Gonzaga, *M. de Dirceu*, I, 2.)

Nenhuma ave sequer sobre a macia alfombra
Pousa. Tudo deserto. Aos poucos escurece
A campina, a rechã sob a *noturna sombra*. (F. Júlia, *Paisagem*.)

Resvala num declive; e logo, como em fuga
Precipite, através da *escuridão noturna*,
Despenha-se de chofre ao vácuo de uma furma.

(V. de Carv., *Fug. ao cativ.*)

Ah! tu bem sabes que não tarda o outono...
Perder-nos-emos pela *escura brenha*,
Para ínvios sertões do eterno sono. (A. de Guimaraens, *Sonetos*.)

Sombrio bosque, sítio destinado
à habitação de um infeliz amante,
Onde chorando a mágoa penetrante
Possa desafogar o seu cuidado. (C. M. da Costa, *Sonetos*.)

Calam-se os cantos
Na *umbrosa selva*;
Da úmida relva
Cresce o verdor. (J. Dinis, *A andorinha ferida*.)

A leitura dos cinco primeiros excertos mostra que o substantivo *noite* é qualificado por diferentes atributos, cuja identidade semântica pode ser facilmente percebida. Observe-se que o referido substantivo, que já traz em sua própria essência a idéia de *escuridão*, é realçado por adjetivos que não cumprem outro papel senão o de en-

fatizar tal propriedade, uma vez que também eles exprimem o mesmo conceito. Todavia, há certas circunstâncias que acabam por justificar o emprego de semelhantes pleonasmos. Em *noite escura*, por exemplo, a presença do adjetivo redundante, além de atender às habituais exigências da arte versificatória, prende-se ao fato de o termo *noite* vir antecedido da preposição *por*, que não está encarregada, naturalmente, de determinar o nome que a acompanha. Daí, a necessidade do epíteto, que a um só tempo se mostra banal e imprescindível. Observação similar pode ser feita em relação ao par *noite trevo-sa*, já que este também vem precedido de uma preposição, cuja incapacidade de especificar o nome seguinte acaba por exigir o uso do atributo adicional. Por sua vez, no contexto linguístico de *noite som-bria*, o substantivo se apresenta duplamente determinado. Repare-se que o mencionado termo, anteriormente definido pelo artigo *a*, recebe, ainda, o reforço pleonástico de *sombria*, fato este que claramente demonstra a intenção de particularizar certa noite, entre tantas outras possíveis. No que respeita aos pares *noite umbrosa* e *negra noite*, há peculiaridades expressivas que os distinguem. O primeiro, além de não vir precedido de qualquer termo determinante, inicia o verso onde se acha inserido, o que sobremodo contribui para a adjetivação pleonástica. Observe-se que a mera referência ao substantivo *noite* não seria capaz de traduzir tudo o que se contém em *noite umbrosa*. Aqui, a presença do epíteto dá bem a medida de quão necessária para o descanso dos homens é *a noite povoada de sombras*. No segundo sintagma, é possível depreender a presença de uma analogia, já que o verso *têm a cor da negra noite*, com o qual o poeta qualifica os cabelos de sua amada, equivale à comparação *são negros como a noite*. Todavia, enquanto esta pareceria assaz corriqueira, por nada apresentar de original, aquela possui a vantagem de realçar, estilisticamente, a noção de negrume, além de corroborar a idéia de fatura capilar, expressa no início do fragmento.

A análise dos passos seguintes possibilita o cotejo com algumas combinações já utilizadas. Note-se, a propósito, que *noturna sombra* se contrapõe à *noite sombria*, o que se torna possível mediantes a exploração do uso de termos cognatos, artifício responsável pela variação de suas classes gramaticais, uma vez que os vocábulos em questão ora exercem a função de substantivos, ora desempenham o papel de adjetivos. Ocorre fenômeno análogo quando se comparam

os sintagmas *escuridão noturna* e *noite escura*, visto que ambos vêm compostos por elementos cognatos que também assumem, alternadamente, os valores de nomes e atributos. Acrescente-se, ainda, a possibilidade de *noturna* ter sido usado, segundo o contexto em que se encontra, com o intuito adicional de especificar o termo *escuridão*, uma vez que este nem sempre diz respeito à noite. Neste caso, parece evidente que semelhante acréscimo adquire contornos de algo indispensável, sem o qual a compreensão daquele substantivo se daria de forma incompleta.

Ao se examinarem os três últimos pares, percebe-se que certas coincidências são responsáveis pela similaridade que os aproxima. Além de possuírem o mesmo número de sílabas, sem que se leve em conta a natural escansão dos versos, os sintagmas *escura brenha*, *sombrio bosque* e *umbrosa selva* vêm constituídos por vocábulos paroxítonos, o que explica a igualdade rítmica com que são pronunciados. Note-se, ainda, a simetria obtida no plano sintático, uma vez que os atributos em pauta antecedem seus respectivos nomes. Não se perca de vista outra apreciável coincidência, agora relativa ao nível semântico, pois não apenas as qualidades mas também as substâncias pertencem aos mesmos campos significativos. Tal fenômeno reforça a impressão, há pouco mencionada, de que a linguagem poética, entre tantas outras particularidades, caracteriza-se por utilizar combinações binárias, onde determinados atributos acompanham, com ligeiras variações, os mesmos nomes, ensejando, assim, a manutenção de certas alianças, que vão se perpetuando através dos tempos.

- diante de termos relacionados à idéia de **morte**:

E ouvi depois que em *fúnebre ataúde*
Me levaram a pálida violeta,
A minha enamorada Julieta,
A miragem da minha juventude. (G. Crespo, *O meu cachimbo*.)

Quando vem pois sua hora derradeira,
Saúda sem pavor a *muda campa*,
E sobre o leito do eternal repouso
Tranquilo se reclina. (B. Guim., *O destino do vate*.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cobre-me o coração a vaga mansa
De uma saudade que suspira e foge!
E lembro às vezes o palor da vida
Do *gélido cadáver* do suicida!

(A. de Azevedo, *O poema do frade*, III, 27.)

E eu saí, como quem tudo repele,
- Velho caixão a carregar destroços -

Levando apenas na *tumbal carcaça*
O pergaminho singular da pele
E o chocvalho fatídico dos ossos! (A. dos Anjos, *Solitário*.)

Ao teu *esquálido esqueleto*,
que tinha outrora de uma flor
a graça e o encanto do amuleto;
ao teu *esquálido esqueleto*
não voltará novo esplendor? (Cruz e Sousa, *Inexorável*.)

Ai! morrer – é trocar astros por círios,
Leito macio por esquife imundo,
Trocar os beijos da mulher – no visco
Da larva errante no *sepulcro fundo*. (C. Alves, *Mocidade e morte*.)

E então se no porvir o ardente culto
Que eu te votava, ó sombra idolatrada,
Tivesse de findar, antes sepulto
Seja todo este amor na *urna gelada*. (J. Dinis, *Junto a uma campa*.)

As galas da ventura e da esperança
Que um momento trajaste, se trocaram
Em *fúnebre sudário*!

E o véu de esposa cedo converteu-se
Em *crepe mortuário*! (B. Guim., *Nênia*.)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Poupem-me, quando morto, à sepultura: odeio
A cova, escura e fria.
Ah! deixem-me acabar alegremente, em meio
Da luz, em pleno dia. (V. de Carv., *Sonho póstumo*.)

Sai da larva a borboleta,
Sai da rocha o diamante,
De um *cadáver mudo e frio*
Sai uma alma radiante. (G. Dias, *Epicédio*.)

Com base nos fragmentos transcritos, pode-se verificar que o epíteto se associa ao nome para formar com este uma unidade de significação, na qual cada um dos termos, por assim dizer, contamina o sentido do outro, como se uma influência recíproca estivesse a imantá-los, a ponto de ambos parecerem indissolivelmente unidos. Os pares em destaque, bem como os demais em que se fundamenta a exemplificação deste trabalho, constituem o que se poderia chamar de *grupos fraseológicos*, onde tanto o adjetivo quanto o substantivo perdem algo de sua identidade, tornam-se meio flutuantes, em favor do sintagma por eles formado. Note-se que, por mais redundantes e supérfluos que pareçam, os atributos em questão emprestam, aos diversos nomes a que se agregam, um vigor, um realce, uma ênfase, cujo efeito estilístico é engenhosamente manipulado por autores de diferentes épocas e tendências. No penúltimo passo, de modo particularmente especial, registre-se a presença da vírgula entre o nome e seus correspondentes epítetos, fenômeno até então inusitado, desde o início da atual pesquisa. Neste caso, tais elementos acabam por romper, simultaneamente, a estrutura sintática e o ritmo prosódico que os vinculam ao nome anterior. Aqui, o valor atributivo, que tal reforço pleonástico apresenta em todos os outros contextos, cede lugar à função predicativa, além de a entonação se processar de forma diversa, pois o emprego do mencionado sinal indica que uma breve pausa deve ser observada entre o substantivo e os adjetivos seguintes. Acrescente-se, ainda, que essa pausa é responsável pelo fato de os mesmos adjetivos virem a adquirir relevo próprio, tal como se passassem a funcionar como um adendo explicativo.

No último exemplo, a intenção pleonástica se corporifica duplamente, já que não basta apenas realçar a mudez do cadáver, mas também adicionar-lhe a respectiva frialdade. Assim, estilisticamente qualificado de *mudo e frio*, o referido nome como que nos passa uma

impressão mais nítida do enregelamento característico da morte. A propósito, cabe lembrar que esse acréscimo redundante pode ser visto como um desvio do plano lógico, pois indica, a um só tempo, a parte e o todo. Repare-se que, no âmbito sintático, *um cadáver mudo e frio* designa, necessariamente, uma espécie de cadáver, porque a presença do artigo faz pressupor a existência de outros, aos quais não se apliquem tais adjetivos. Entretanto, na esfera semântica, a expressão em pauta denota todos os cadáveres, uma vez que ambos os atributos lhes são inerentes. Desta forma, a parte acaba por se igualar ao todo, o que nos permite concluir que se trata, com efeito, de um desvio de ordem lógica. Por outro lado, na hipótese de se fazer uso, por exemplo, da expressão *cadáver masculino*, este adjetivo se comporta autenticamente como tal, pois cumpre, na verdade, o papel de especificar o substantivo, visto que nem todo cadáver é masculino. Assim, o valor estilístico do epíteto consiste, precisamente, em provocar um desvio, dado que sua natureza adjetiva o predispõe a exercer uma função que se mostra incapaz de cumprir. Como elemento determinante, deveria delimitar uma espécie dentro do gênero *cadáver*, mas não está apto a desempenhar semelhante tarefa, em razão de acabar por situar no mesmo nível, como já foi dito, o que pertence ao particular e o que diz respeito ao coletivo. Tenha-se em mente, todavia, que seu conteúdo retórico reside no fato de chamar a atenção para o que parece evidente, de enfatizar o que se afigura supérfluo, de enaltecer, enfim, um fenômeno lingüístico cuja importância, certamente, passaria despercebida de espíritos menos afeitos a questões desse teor. Portanto, cabe aos poetas, como artífices da palavra, valorizar expressivamente uma modalidade pleonástica que, à primeira vista, não iria além de uma simples banalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, M. I. da Silva. *Obras poéticas*. Introdução, organização e fixação do texto por Fernando Morato. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ALVES, Castro. *Poesias completas*. Organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1960.

ANJOS, Augusto dos. *Toda a poesia*. Estudo crítico de Ferreira Gul-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

AZEVEDO, Álvares de. *Poesias completas*. Introdução, fixação do texto e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1962.

BOCAGE. *Poemas escolhidos*. Seleção, prefácio e notas de Álvaro Cardoso Gomes. São Paulo: Cultrix, 1974.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Notas de Antônio Soares Amora e outros. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

CARVALHO, Vicente de. *Poemas e canções*. 11ª ed. São Paulo: Nacional, 1942.

CASTILHO, A. F. de. *Obras – Poesias*. São Paulo: Cultura, 1944, vol. 1.

COHEN, Jean. *Structure du langage poétique*. Paris: Flammarion, 1966.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Poemas*. (Introdução, seleção e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos.) São Paulo: Cultrix, 1976.

CRESPO, Gonçalves. *Obras completas*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1897.

CRESSOT, Marcel. *Le style et ses techniques*. 12ª éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

DIAS, Gonçalves. *Poesias completas*. Organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1957.

DINIS, Júlio. *Poesias*. Porto: Civilização, 1976.

DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*. Introdução, organização e fixação do texto por Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELÍSIO, Filinto. *Presença da literatura portuguesa – era clássica*. Direção de Antônio Soares Amora. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, vol. 2.

GALVÃO, Jesus Belo. *O pleonasma e mais dois estudos de língua*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

portuguesa. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1949.

GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. 9ª ed. Barcelona: Bibliograf, 1970.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Prefácio, notas e estabelecimento do texto por Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Garnier, 1992.

GUIMARAENS, Alphonsus de. *Cantos de amor, salmos de prece – poemas escolhidos*. Seleção e nota editorial de Alphonsus de Guimaraens Filho. Rio de Janeiro: Aguilar – Instituto Nacional do Livro, 1972.

GUIMARÃES, Bernardo. *Poesias completas*. Organização, introdução, cronologia e notas de Alphonsus de Guimaraens Filho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

JÚLIA, Francisca. *Poesias*. Introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. [*Elemente der literarischenrhetorik*]. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. Seleção, introdução e notas de José Miguel Wisnik. São Paulo: Cultrix, 1976.

MAYORAL, José Antonio. *Figuras retóricas*. Madrid: Síntesis, 1994.

PÁDUA, Antônio de. *Notas de estilística*. Rio de Janeiro: Simões, [s.d.].

QUENTAL, Antero de. *Sonetos completos e poemas escolhidos*. Seleção, revisão e prefácio de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.

SOBEJANO, Gonzalo. *El epíteto en la lírica española*. 2ª ed. Madrid: Gredos, 1970.

SOUSA, Cruz e. *Obra completa*. Organização, introdução, notas, cronologia e bibliografia por Andrade Muricy. Rio de Janeiro: Agui-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lar, 1961.

VARELA, Fagundes. *Poesias completas*. Organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos. São Paulo: Saraiva, 1956.

ITALIANO VERSUS LATIM
IL CANNOCCHIALE ARISTOTÉLICO, CAPÍTULO VI

Carlos Eduardo Mendes de Moraes (UNESP)

RESUMO

Il Cannocchiale Aristotelico, de Emanuele Tesauro, é obra escrita em italiano, no ano de 1670. Trata de estabelecer um *modus faciendi* para a prática da escrita, tanto no que diz respeito à poética, quanto à retórica, respeitando, em todos os seus pormenores, as orientações do pensador grego. Apresenta-se na forma de um catálogo, que discute, no eixo horizontal do tempo, o conjunto (bastante amplo) de possibilidades de imitação / emulação para a composição de um texto “arguto”, recorrendo aos exemplos já explorados desde os tempos Aristotélicos, principalmente na literatura latina; enquanto no eixo vertical do tempo, trata de listar e ajustar este conjunto de regras (transformadas, no seu texto, em prescrições) segundo exemplos encontrados ao longo da própria existência da literatura praticada pelos romanos e pelos italianos que, sendo sucessores de Aristóteles, têm a função de ilustrar a exemplaria das ocorrências no presente da obra, fazendo convergir, desta maneira, os dois eixos para um ponto comum, que vem a ser a imitação dos antigos com objetivos de “melhora” do modelo. Quanto ao enfoque desta apresentação, será selecionado o capítulo VI “Delle figure ingeniose”, no bojo do qual Tesauro discute o uso da língua italiana em detrimento da língua latina, fazendo valer a importância e a maturidade que esta língua assume no conjunto das línguas nascidas do próprio latim.

Palavras-chave: Italiano, Latim, Prescrição, Aristóteles.

INTRODUÇÃO

Il Cannocchiale Aristotelico é obra composta em italiano (quase, ou ainda com resquícios de uma escrita antiga), do final do século XVII (1670). Apresenta-se na forma de um grande catálogo rico em discussão nas suas partes, que conjuga procedimentos sobre a arte de escrever no tempo de sua composição, e tem como referencial teórico, obviamente, as obras poética e retórica de Aristóteles.

O conteúdo diz respeito às formas de utilização dessas artes (esses “fazeres”) nas situações de representação, que englobam a declamação e a oração, segundo o rol de exemplos ali discutidos, que podem ser observados, imitados e emulados. Por emulação, da maneira que se praticou neste tempo na Europa, entendemos um procedimento, traduzido nos nossos dias, pela expressão (nem sempre fe-

liz) “o discípulo supera o mestre”, na prática dos seus ensinamentos. Isso porque, no tempo de Tesouro, o exercício da imitação dos modelos, assim como a emulação dos antigos foi, na expressão escrita e na fala, ponto de honra. Não cabiam originalidades que desprezassem um modelo consagrado.

O culto aos antigos existia como demonstração de erudição e de bom gosto, vindo a coroar os autores, os quais faziam bom uso do catálogo e desta maneira expunham o seu ponto e vista a partir de conceitos argutos, ou demonstravam a sua familiaridade com a “enciclopédia” dos modelos que estavam à mostra nesta relação entre o velho e o novo. (Aqui cabe um exemplo de nossa própria língua que, na retomada do universo literário antigo, vai “nomear seus versos” denominando, do ponto de vista contemporâneo, aqueles utilizados desde os seus primórdios como medida velha, e atribuindo aos resgatados da Antigüidade Clássica a denominação medida nova).

As matérias do *Cannocchiale Aristotèlico* defendem uma escrita pautada no modelo antigo, naquilo que se refere à estrutura do texto, mas que, aplicada ao presente da obra, atualiza os seus usos, regendo-se pela perspectiva própria do universo do escritor e, consequentemente, do leitor do século XVII. Nessa atualização se vê, como exemplo mais evidente, o mundo antigo substituído pelo mundo cristão. Nele, diversas figuras da retórica e da poética perdem seu espaço, dando lugar a outros tipos de apropriação que, por si, cumprem o papel da emulação referido acima. Vai, como ilustração, um conceito utilizado no subtítulo “Trattato Dei Emblemmi”⁸:

EMBLEMA é Metáfora para ornamento das Linhas, das Salas, ou dos Vasos, que significa algum Documento Moral, ou Ensino Doutrinário, por intermédio dos Hieróglifos, ou das Figuras Iconológicas, ou Fabulosas; ou de outras representações engenhosas mais livres que as Empresas: auxiliadas por palavras explícita, clara, ou por mais Versos, quando as expressões Eruditas são um pouco difíceis à compreensão dos Medíocres Engenhos, constituindo assim o Emblema um símbolo vulgar...

⁸ No original: EMBLEMA è Metáfora ad ornamento di Fregi, delle Sala, ò de' Vasi, significante alcun Documento Morale, ò Insegnamento Dottrinale, per mezzo di Geroglifici, ò di Figure Iconologiche, ò Fabulose; ò di altre ingeniose, & erudite rappresentationi assai più libere che le Imprese: aiutate da vn Motto chiaro, ò da più Versi; quando l'Eruditioni siano alquanto difficili a' Mediocri'ngegni. Essendo ancor l'Emblema Simbolo vulgare...(TESAURO, 1670, p. 734)

Esta remissão a um símbolo “complementar”, que classifica o Emblema como recurso de efeito explicativo ou esclarecedor, dirigido a *i Medriocri'ngegni*, demonstra o espaço que a erudição ocupa nas expressões agudas.

Muitos são os exemplos buscados, glosados, aludidos, discutidos na Antigüidade Clássica, que vêm a demonstrar a necessidade do seu conhecimento para o bom uso da matéria aristotélica. Entretanto, curiosamente, neste exercício de erudição Tesouro lança mão, apenas com parcimônia, das figuras mitológicas da Antigüidade. Este dado d'*Il Cannocchiale Arsitotèlico* é, portanto, revelador de compromisso com um outro modo de pensar, presente numa Europa moderna, cristianizada. É forma de atestar a atualização acima referida. A presença da mitologia antiga no *Cannocchiale* figura no final da obra, entre os recursos mais concretos na **Deffinitione, et essenza di tutti gli altri simboli in fatto**. Assim, fica apenas registrada a possibilidade de estudo das menções à mitologia, agrupadas no conjunto de formas de representação reservadas para os engenhos medíocres ou para as expressões mais concretas, ficando os conceitos mais agudos circunscritos às práticas mais elevadas. Todavia, este é um caminho que suplanta os objetivos desta exposição e cabe melhor em trabalho mais específico.

Os exemplos imitados / emulados no *Cannocchiale* não se restringem às obras de reflexão de Aristóteles. Fazem papel mais amplo, pois, tomando por base o pensador grego, arrolam uma tradição de imitadores que recorreram aos seus escritos, compondo, concomitantemente à sua exemplaria, uma história do uso de Aristóteles em cada um dos campos abordados. Constitui-se, assim, uma leitura vertical da obra aristotélica, com elementos de discussão que transitem no tempo, como, por exemplo, a **argutezza**, vista com exemplos dos antigos. Por outro lado, esta leitura fará par com uma leitura horizontal, que se evidencia com o fazer da própria obra, ao permitir a exemplificação dos aspectos do tipo **Uso Della Metáfora, Trattato Del Ridicolo, Trattato Del Panegírico**, etc., como prescrição, cujos objetivos são instruir seus contemporâneos na arte da escrita. Nesse aspecto, a metalinguagem da retórica permeia a obra, pois com a mesma linguagem que pretende ensinar / discutir, Tesouro compõe seu trabalho. Ressalte-se aqui o termo prescrição, pois o caráter especulativo que coube melhor na obra de Aristóteles, no seu tempo,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em consequência da apropriação e da atualização das suas idéias, transformou-se, aos poucos, em matéria prescritiva, cujas principais características, como bem se observa neste *Cannocchiale Aristotèlico*, são ensinar e imitar (ou ainda ensinar por meio da imitação).

No que diz respeito à divisão da obra, *Il cannocchiale Aristotèlico* compõe-se de 19 capítulos que tratam dos seguintes pontos:

1. Delle argutezze e suoi parti;
2. Cagioni efficcienti delle argutezze Iddio, Spiriti, Natura, Animalì et Huomini;
3. Cagioni Instrumentali delle argutezze oratorie simboliche et lapidarie;
4. Cagion formale dell'argutia circa le figure;
5. Delle figure poetiche o concertative;
6. Delle figure ingeniose;
7. Trattato della metáfora;
8. Delle metafore continuate: et prima delle propositioni metaforiche, lequali comprendono i più bei motti arguti et l'allegoria;
9. Degli argomenti metaforichi et dei veri concetti;
10. Causa finale: et materiale dell'argutezza;
11. Teoremi pratici per fabricar concetti arguti;
12. Trattato dei ridicoli;
13. Trattato delle inscritioni argute;
14. Passagio dalle argutezze uerbali a quelle dei simboli in figura, ò in fatti
15. Idea delle argutezze heroiche vulgarmente chiamate Imprese;
16. Trattato degli Emblemi;
17. Dei reuersi delle medaglie;

18. Deffinitione, et essenza di tutti gli altri simboli in fatto.

19. Insertivarii et ingegnosi di tutte lê specie simboliche fra loro: et dell'arte lapidaria com la simbólica.

A obra permite, ainda, resgatar, com o elenco dos dados discutidos à luz de tão rica exemplaria, escrita, língua, retórica e poética antigas, leituras essenciais para a sua discussão. O seu caráter metalingüístico faz entrecruzar informações, conceitos, práticas, desveladas muitas vezes no comentário, na construção e não somente nas linhas da prescrição que constitui a sua essência. Aqui se insiste no conceito “prescrição”, cujo sentido indica como se deve escrever, falar, representar, questão que está por trás de todo o universo da escrita na Europa dos Seiscentos e que se resolve (ou se desenvolve) com o recurso aos grandes mestres gregos e romanos: Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Júlio César, e outros tantos exemplos.

A DISCUSSÃO SOBRE A LÍNGUA NO CAPÍTULO VI DO CANNOCCHIALE ARSITOTÈLICO

Deste universo, enfim, destaca-se a matéria que interessa diretamente comentar: o uso da língua vulgar (*de vulgari eloquentia*, para Dante), como forma de expressão preferida. O capítulo VI d'*Il Cannocchiale Aristotélico* trata das figuras engenhosas (**Delle Figure Inggnose**). A discussão que Tesauro faz sobre o uso da língua marca a preferência explícita do uso do italiano ao uso do latim, justificando esta preferência pela maturidade da sua língua, em detrimento da senectude das duas latinidades experimentadas na Itália.

Esta preferência pode explicitar, também, outro aspecto da emulação enquanto prática de escrita, pois ao mesmo tempo em que o modelo está proposto como “melhor”, está, da mesma forma, fixado, permitindo aos seus imitadores / seguidores / “emuladores” a possibilidade de suplantá-lo no exercício contínuo da escrita. Orientação análoga está por trás da escolha da língua, pois tendo o latim experimentado dois importantes momentos no contato com o território italiano (a “fundação literária e intelectual” de Roma e o Renascimento cujo sustentáculo é a Antigüidade Clássica), muito maior é o campo de desenvolvimento do italiano, por confrontar a sua condição de língua em plena existência à estabilidade, à tradição e à imo-

bilidade do latim no século XVII.

Estão em debate, no conteúdo do *Cannocchiale*, as idades da língua latina e as idades da língua italiana, as quais são apresentadas segundo os seguintes recortes:

a) Sobre as idades da língua latina:

1. E tutte apunto quest'etati visse la Romana latinità: balbuti bambina:ingrandi fanciulla: inuigori giouine: maturo uirile: incanutì uecchiarella: & finalmente morì.

Passò la sua PVERITIA sotto a' Reggi, & sotto a primi Consoli: mentreche il Roman Popolo, (...). (p. 237)

2.. Allora i Cigni risuegliati al canto de' Galli; cominciarono à cantar più degnamente, quando cominciarono i Cittadini à far' imprese più degne: & ad vn tempo i Lauri de' Poeti, con quegli de' Scipioni, dalle Romane ceneri pullularono. Questa fu la florida GIOVINEZZA della Lingua Latina, che per dugent'anni andò scherzando nelle Poesie di Andronico, d'Ennio, e di Plauto ... (p. 237-238)

3. Succedè à questa cruda *Giouinezza* la robusta VIRILITÀ della Lingua; che andò maturando dal tempo de' Gracchi persino à quel di Tiberio (p. 238)

4. Questa fù adunque la rancida & cadente VECCHIEZA della Lingua Latina: laqual essendosi andata per alquanti secoli trascinando quà là, doue le Vittorie de' Cesari la chiamauano: & principalmente nella Gallia Cisalpina, doue la seggia dell'Imperio fù transportata (p. 239)

O tratamento dado por Tesouro é explícito no reconhecimento da herança formal e literária que italiano deve ao latim, considerada, entretanto, a partir de uma maneira “naturalista” de encarar a existência das línguas. Como fizeram os neogramáticos, no final do século XIX, compara a existência da língua à de um organismo dotado de vida perecível, quando afirma que o latim experimentou ‘la fanciulezza ò la pueritia’, ‘la giovinezza’, ‘la virilità’ e ‘la vecchiezza’, vindo a desaparecer – morrer – em detrimento do italiano.

b) Sobre as idades do italiano que, por sua vez, nascerá da morte do latim:

Morissi adunque la *Lingua Latina*: & morendo partori la *Lingua Italiana* sua matricida: null'altro essendo questa, che vna Latinità sporcata di Voce barbare: & principalmente delle Galliche, onde ancor prese gli articoli, e' piegamenti de' Casi Quinci, se tu leggessi quel primo idioma Italiano. (p. 240, grifo nosso).

O surgimento das línguas românicas, notadamente do italiano, é objeto de outra discussão, não tão pertinente neste contexto. Entretanto, quando o problema é tratado a partir da perspectiva de defesa do vulgar, aqui defendida por Tesouro, assim como de um enfoque distante dos estudos lingüísticos hoje postos em prática, a afirmação permite compreender a visão naturalista que orienta autor. Ademais, se for levado em consideração o processo argumentativo subjacente ao seu discurso, logo se entende que a perspectiva adotada se origina e se orienta pela estratégia de argumentação, persuasão e / ou convencimento do seu público leitor.

O *Cannocchiale*, enquanto tratado, segue o modelo dos discursos, recorrendo, principalmente, ao uso de provas, exemplos, com os quais constrói o seu processo argumentativo. Enquanto a discussão progride nos eixos horizontal (que abrange o conhecimento de todos os aspectos da retórica trabalhados por Aristóteles) e vertical (que faz um apanhado histórico e cultural das ocorrências consagradas pelo autor), o caráter metalingüístico da obra consolida com o próprio modelo aristotélico a discussão a seu respeito.

A abordagem do problema de uso da língua italiana, embora se restrinja à esfera da escrita, faz referências à fala quando “emenda” certos costumes superados no uso do latim e na prescrição feita pela sua gramática e concorda com a adoção, pelo italiano, de modelos contemporâneos, outrora condenados pela gramática de sua própria língua, fazendo integrar usos populares aos modelos gramaticalizados, modernizando e consolidando, assim, um estado de língua situado num estágio intermediário entre um italiano antigo (que aparece caracterizado pelo trecho seguinte, de escolha do próprio autor) e um italiano que hoje se pratica como língua oficial do território. O exemplo de que se vale Tesouro se encontra abaixo. Dele foram selecionados os termos assinalados em negrito para comentários:

Volendo io Poliphilo territo & **afflicto**, le optate aque sopra la verdo-se **riue exhaurire**: cum gli popliti **consternato**: & in clausura le dita riducendo, & la vola lacunata, feci vaso da beuere **gratissimo**: laquale infusa nel fonte, & di aqua impleta per offerire alla rabida & anelante bucca: & refrigerare la siccitudine dell'estuante pecto: più grate alhora ad me, che ad gli Indi Hypane & Gange: accadette che non cusi presto le expectate & appetible aque nella **caueata mano ad la bucca aperta** era per approssimarle; che in quello instante **audiui** uno Dorio cantare (che non mi suado che Thamiras Thracio el trovarße) perle mie cauerniculate

orecchie penetrante: & ad lo inquieto core tanto suaue, dolce, & concinno traiecto, **cum uoce** non terrestre, cum tanta harmonia, cum tanta incredibile sonoritate, cum tanta insueta porportione, quanto mais si potrebbe imaginare: la dolcezia dellequale molto più di oblectamento, che la potiuncula offerentesi, mi prestaua.

Os destaques do exemplo, para maior objetividade, referem-se à forte influência da língua latina nas expressões como ‘exhaurire’, ‘gratissimo’ (superlativo sintético de pouco uso entre as línguas românicas), ‘caueata mano ad la bucca aperta’, etc. Demonstram a presença de um estágio do latim nesta língua vulgar (considere-se, aqui, a expressão vulgar como oposição à língua seleta para o exercício da oratória e / ou da escrita; a língua praticada pelo vulgo, pelo povo). Trata-se, na verdade, de um estado superado no momento mesmo de elaboração da obra. Com este exemplo, gradativamente, vai desencadear todo o processo de argumentação em defesa das mudanças pelas quais passou o italiano, a “Língua Toscana”, saindo da fase nascitura em direção à maturidade, passível e capaz de representar a expressão do povo sem depender da *gramática sisuda* imposta pelos usuários do latim.

Como no latim, Tesauro mantém a comparação quanto à existência da língua, demonstrando as fases do italiano:

Visse adunque la *Lingua Italica* similmente sue periodiche vicende. Bagatellò BAMBINA sotto i Tiranni; come la Romana Latinità sotto i Regi: onde le Toscana medesima giudica gli suoi Scrittori di quel Secolo, indegni si esser letti, nonche imitati: corrispondendo il loro stile, allo delle dodici Tauole; dettato dall’vso più che dall’arte.

Fiorì poscia la sua GIOVINEZZA circa l’Anno MCCC. nel Secolo del Dante, del Petrarca, & del Boccacci: liquali possiam paragonare ad Ennio, Cecilio, e Plauto: (...) (p. 241)

Conchiudo, la perfetta VIRILITÀ dell’Italiano Idioma, esser questa, che incominciata nel passato Secolo, v’è tuttauia maturando: degna certamente di pareggiarsi à quell’aurea età della Lingua Latina: che di tutte le antipassate etadi, hauea carpito IL PIV BEL FIORE. (p. 242)

Os exemplos tomados desta apologia ao italiano não se restringem à listagem. Recorrendo à comparação, Tesauro traça um paralelo entre os nomes responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação do italiano, pondo-os lado a lado com as fases da existência (para ele já caduca) da língua latina. Cada fase recebe um referencial histórico que auxilia na clareza do tempo de amadurecimento e atesta a erudição do autor. Assim, vai tecendo, segundo a própria retórica

de Aristóteles, a sua teia argumentativa, rumo à conclusão favorável – e preferível – do uso da língua ‘vulgar’ para seus antepassados, no seu presente, a mais adequada. Na infância da língua, o contato com a Gália e com a Grécia; na Juventude, compara Petrarca, Dante e Boccaccio aos primeiros latinos, Ênio, Névio, etc.; na fase adulta, retoma os clássicos Cícero, Ovídio, e tantos outros; sem fazer, entretanto, um paralelo entre sua língua e a fase do ‘latim moribundo’, pois neste momento conclusivo da discussão, o autor assume a defesa da continuidade do italiano, trazendo para seu discurso (extremamente retórico), os argumentos que defende para justificar a impossibilidade de morte do italiano:

Che se il nostro Secolo hà potuto migliorar la Lingua Toscana, & correggere gli suoi Maestri: riducendo le lor licenze alle regole certe della origine Latina: dunque la Lingua Toscana è ancor viua: peroche viuo è ciò che vegeta e cresce in perfectione. Ilche della Lingua Latina non auuiene, lequale hoggiudi si regola dagli esempi, per non sapersi le antiche origini: senon forse de’ Grechismi, iquali non sono della vera Lingua Latina. (p. 244).

CONCLUSÃO

Tesauro, com a afirmação acima – síntese de sua discussão sobre as prescrições da escrita - adentra a parte conclusiva do capítulo em que a discussão sobre o uso da língua vernácula tem, segundo o autor glosado, preferência sobre o antigo. Está, assim, firmado o seu exercício de retórica aristotélica em defesa de um uso atualizado das reflexões do pensador grego. Este uso está pautado nos aspectos de desenvolvimento e maturidade de cada língua, atingido por intermédio do equilíbrio, tirado, na Antigüidade, das reflexões a respeito das práticas remotas, sistematizadas à custa de debates, rupturas e conclusões registradas nos textos dos pensadores, dos quais se destaca Aristóteles, enquanto para Tesauro, é prescrito pela experiência dos aproximadamente quinze séculos que documentam fases da escrita latina e posteriormente das línguas românicas (particularmente do italiano do estágio discutido no *Cannocchiale Aristotelico*).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TESAURO, E. *Il cannocchiale Aristotelico*. Berlin: Verlag Gehlen; Zürich: Bad Homburg v. d. H., 1968.

JOÃO RIBEIRO
ENTRE HISTÓRIA, GRAMÁTICA E FILOLOGIA

Roosevelt Araújo da Rocha Júnior

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, teve início um processo de gramatização da língua portuguesa falada no Brasil. A Filologia desempenhou um importante papel fornecendo a base teórica e científica para a produção de dicionários e gramáticas. Neste trabalho pretendo examinar de que maneira Gramática e Filologia se relacionam; que conceitos estão em jogo; de que maneira a Gramática lança mão da Filologia e como essa legítima a primeira. Para isso, escolhi como objeto a obra gramatical de João Ribeiro, importante intelectual daquela época.

Palavras-chave: Gramatização, Filologia e João Ribeiro.

A partir da segunda metade do século XIX, os estudos da língua portuguesa no Brasil começam a ganhar um caráter destacado e específico dentro do ambiente intelectual da época. Desde então, por um lado, muitos pensadores se dedicaram a demonstrar que o português falado no Brasil era diferente do português falado em Portugal e, por outro, desenvolveu-se um movimento de gramatização brasileira do português que produziu tecnologias e instrumentos lingüísticos tais como dicionários e gramáticas (Cf. Guimarães e Orlandi, 1996:127).

E dentro deste processo de gramatização, a Filologia desempenhou um papel importante, servindo de base teórica e científica para a preparação dos instrumentos lingüísticos que foram produzidos no final do século XIX e ao longo do século XX. Meu objetivo, com este breve trabalho, é entender um pouco melhor de que maneira Gramática e Filologia se relacionam; que conceitos estão em jogo; de que maneira a Gramática lança mão da Filologia e como essa legítima a primeira.

Para estudar essa questão, decidi ler alguns textos de um autor de grande relevância no contexto do processo de gramatização brasileira da língua portuguesa: João Ribeiro. Nascido no Estado de Sergipe, João Ribeiro chegou ao Rio de Janeiro em 1880. Escreveu algumas gramáticas e tinha grande aptidão para os estudos lingüísticos.

Era pintor, músico, poeta formado em direito, autor de uma *História do Brasil* e refinado escritor (Orlandi, 2002: 138).

JOÃO RIBEIRO E SUA GERAÇÃO

Mas antes de abordar a obra de João Ribeiro, cabe fazer um breve percurso acerca da época e da geração do autor aqui estudado. Nosso guia nesse caminho será Maximino Maciel (1996) que, no seu *Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, destaca os principais fatos e nomes que marcaram a história dos estudos da linguagem no Brasil na virada do século XIX para o XX.

Nesse texto, Maciel começa dizendo que, quando publicou sua *Grammatica Analytica* em 1887, a ciência da linguagem passava por um momento de transição. A orientação e o método de aprendizado de línguas estavam deixando de ser norteados pelas idéias dos antigos gramáticos portugueses, tais como Soares Barbosa, Bento José de Oliveira, Lage e outros. Havia importantes trabalhos feitos por brasileiros, porém eles se limitavam aos critérios filológicos, nos quais os fatos da língua estavam separados das doutrinas gramaticais. Ou, em outras palavras, os estudiosos da língua não estavam acompanhando a evolução, a transformação da linguagem contemporânea a eles.

Com isso, o ensino da língua encontrava-se imobilizado por causa dessa obediência aos moldes dos autores portugueses. Contudo, na Capital (Rio de Janeiro), estava em marcha o processo de valorização do método histórico-comparativo aplicado ao ensino das línguas, especialmente da vernáculo. O Colégio Pedro II era o centro de onde se irradiava a nova orientação, esta “verdadeira Renascença dos estudos philologicos no Brasil” que se deu principalmente sob a influência de autores alemães tais como Max Muller e Franz Bopp e de franceses como Darmesteter. A partir de então os intelectuais começaram a introduzir na lingüística o critério experimental e positivo e romperam com a tradição e a rotina dos antigos gramáticos portugueses.

Nessa época, Pacheco Júnior já vinha publicando seus primeiros trabalhos e o professor José M. Nunes Garcia se destacava no Pedro II na cátedra de português, embora não tenha escrito nenhuma

obra que deixasse alguma marca na sistematização doutrinária dos estudos da linguagem da época. Júlio Ribeiro publicou então sua *Grammatica*, sob forte influência de filólogos alemães, ingleses e franceses. Mas, mais do que uma obra em que se mostrasse a individualidade do autor com seus processos e métodos próprios, seu trabalho parecia mais uma adaptação das idéias daqueles mestres estrangeiros à nossa língua. Contudo, seu trabalho teve grande valor, porque foi o primeiro a levar a um livro didático a nova orientação, ajudando a subverter a rotina e servindo como modelo para gramáticas que seriam publicadas posteriormente.

A essa nova orientação estavam ligados, por exemplo, Fausto Barreto, Alfredo Gomes, Pacheco Júnior, Lameira de Andrade, Said Ali e João Ribeiro. E foi Fausto Barreto quem deu o golpe de misericórdia nas velhas idéias e irradiou os delineamentos gerais e o trabalho de síntese das novas concepções linguísticas. Depois de receber uma formação ampla em humanidades e no curso de Medicina, Barreto chegou à conclusão de que as línguas se comportam como organismos vivos e que, por isso, o método positivo das ciências biológicas deveria ser aplicado ao estudo delas. Tendo sido nomeado cateдрático do Colégio Pedro II e, depois, da Escola Normal, Fausto Barreto encontrou o ambiente propício para difundir e fortalecer as novas doutrinas e, assim, assumir o papel de orientador do ensino da língua vernácula.

Fazia-se necessário livrar o estudo da língua dos velhos defeitos e remodelar o aprendizado das humanidades, dando-lhe uma nova orientação, mais segura e mais consoante com as necessidades da época. Por isso, Fausto Barreto foi encarregado, em 1887, de remodelar o plano do ensino dos cursos preparatórios. Esse novo programa teve grande influência e marcou o início de uma nova época no ensino das línguas, emancipando a vernácula das atrasadas doutrinas dos autores portugueses até em então em uso.

Foi nesse contexto que Pacheco e Lameira, Alfredo Gomes e João Ribeiro, nomes já reconhecidos no magistério, escreveram suas gramáticas, baseadas no programa que Fausto Barreto elaborara, no qual se fazia notar o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que o ensino e o estudo da língua portuguesa deveriam tomar. A esse programa se subordinaram a orientação e a reforma do ensino

da língua vernácula.

Dentre as gramáticas que se basearam no programa de Fausto Barreto, a de Alfredo Gomes e a de João Ribeiro ganharam notoriedade e rapidamente foram adotadas pelos professores de língua portuguesa. Alfredo Gomes produziu trabalhos didáticos principalmente sobre a gramática portuguesa e sobre a francesa. João Ribeiro, como veremos, levará seus interesses a fronteiras mais largas. Suas gramáticas deram uma contribuição decisiva para a disseminação e a vulgarização das novas doutrinas, por causa do reconhecimento que seus trabalhos alcançaram. Porém, João Ribeiro recebeu algumas críticas de Maciel (1996:11-12). Segundo esse, Ribeiro demonstrava ser dono de grande erudição, mas lhe faltava capacidade de sintetizar e de sistematizar. Ele foi um analista perspicaz e um renomado filólogo, mas nunca elaborou uma teoria, uma doutrina coerente que apresentasse uma marca de originalidade.

Vale reforçar que, com a publicação do programa de 1887, aconteceu um verdadeiro Renascimento dos estudos da língua vernácula no Brasil. Na imprensa e nas escolas se discutiam os fatos da língua sob a influência das doutrinas modernas delineadas a partir do critério histórico-comparativo. Sucedeu a remodelação geral da gramática. Foram eliminados os defeitos e a metafísica característicos da escola *clássica* de Soares Barbosa, Bento José de Oliveira, Lage, Sotero dos Reis, Freire, Soares Passos e outros. Em contraste com essa escola, surgiu a *positiva* que estudava a língua vernácula como fenômeno natural, como um organismo destinado a evoluir e a apresentar o metabolismo glótico, cujos fenômenos são passíveis de ser sistematizados num corpo de doutrina.

JOÃO RIBEIRO E A HISTÓRIA

Grosso modo, esse era o quadro intelectual no que diz respeito aos estudos da linguagem da época em que João Ribeiro produziu suas obras. Mas, além de filólogo e estudioso da gramática, Ribeiro também foi historiador e sua atividade historiográfica está diretamente relacionada com seus estudos de língua. Por isso, penso que é importante lançar um rápido olhar sobre essa parte de sua obra.

Quando nossa historiografia começava a dar seus primeiros

passos, no século XIX, ela surgia eminentemente marcada pela influência de autores de origem inglesa e, sobretudo, de origem alemã. A história nacional passou a ser escrita com um maior senso de objetividade graças à contribuição do espírito germânico. Esse espírito se expressa na maior preocupação com os dados objetivos, na leitura atenta das fontes documentais (objetividade dos documentos) e através da isenção de preconceitos e orientações tendenciosas.

Porém, autores como Southey, Armitage, von Martius, Handelman e Varnhagen, historiadores que introduziram esses novos métodos e orientações, ainda tinham uma concepção limitada do campo de ação da sua disciplina. Eles ainda acreditavam que o papel da História era reconstituir os quadros da política e da administração dos tempos passados e tinham seu pensamento profundamente marcado pela fórmula de Ranke, o qual afirmava que a História deve gravitar em torno do Estado. Esse tipo de orientação é o que comumente é chamado de ‘história política’, na qual os ocupantes e a luta pelo poder político estão no centro das atenções.

João Ribeiro surgiu na historiografia brasileira para romper com esse ponto de vista limitado. Aconteceu, então, uma verdadeira cisão entre ele e os historiadores que o precederam. Seu ponto de vista tinha origem em um movimento renovador, a *Kulturgeschichte*, que, não por acaso, surgiu na Alemanha. Em viagem àquele país, ele estudou os processos de ensino de história e desenvolveu um método em que a disciplina histórica passou a ser entendida como processo de desenvolvimento social que abrange todas as formas de expressão cultural. O povo deixa a posição de fundo decorativo e passa a ser o elemento principal do quadro. Nossa história, a partir de então, “deixou de ser a história de governadores, vice-reis e imperadores para ser a história natural do povo brasileiro”, segundo as palavras do filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro (1960: III-VI).

Com isso, João Ribeiro deixa de considerar como mais importantes a noção de Estado e os acontecimentos políticos e administrativos e valoriza todas as formas da cultura, sob influência da *Kulturgeschichte* germânica, da qual ele foi o divulgador no Brasil. Por isso, em sua *História do Brasil*, ele tratará da formação do povo brasileiro; evidenciará as tendências e características da nossa coletividade; traçará as linhas gerais do nosso desenvolvimento histórico e

mostrará a relação da nossa história com o desenvolvimento da cultura ocidental.

Ao propor tal mudança de perspectiva, ele opera uma virada política no modo de observar a história e, como veremos mais à frente, faz o mesmo com suas propostas para o estudo da gramática. Com João Ribeiro, como afirma Orlandi (2002: 139), “nossa história deixa de ser a história dos governantes para ser a história do povo brasileiro”. Da mesma maneira que seu conceito de história não exclui a cultura e o povo brasileiros, sua gramática significa um esforço de inclusão e de afirmação da nossa identidade, constituindo-se num instrumento lingüístico para a sociedade brasileira, utilizado primeiro no Colégio Pedro II, onde ele era professor de história, e depois adotado extensivamente no sistema educacional brasileiro.

JOÃO RIBEIRO E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO

Em relação à gramatização, haveria muito a dizer acerca de João Ribeiro, mas nos limitaremos aqui a comentar somente duas de suas obras. A sua *Grammatica Portugueza*, dirigida ao curso superior, na sua 22^a edição, apresenta algumas características interessantes que nos fazem pensar sobre a ligação entre a Gramática e a Filologia. Ela foi reformulada pelo autor, “que buscou elevá-la ao nível das informações da philologia romana”, como aparece nas primeiras linhas da ‘Advertencia’. Além disso, o autor declara ter consultado obras de autores (muitos deles, filólogos consagrados) de variadas nacionalidades: brasileiros, portugueses, espanhóis, alemães, franceses e ingleses, o que demonstra que João Ribeiro estava aberto à influência de diferentes tradições, em contraste com a atitude de intelectuais de épocas anteriores que se colocavam sob a influência somente da tradição lusitana. Ribeiro diz também que a sua não é uma gramática histórica, pois esta ainda não poderia ser ensinada no Brasil por se tratar de um tema mais adequado ao ensino universitário, o qual não existia na época. Entretanto, ele deixa claro que a sua *Grammatica* foi inspirada no método histórico-comparativo de A. Bain.

Já podemos observar que é grande o valor que João Ribeiro atribui à explicação histórica dos fatos de linguagem. Ele tinha forte interesse pela gramática histórica porque essa era a disciplina que

concedia valor científico ao estudo sobre a linguagem, como sublinham Orlandi e Guimarães (2001: 29-30) e Baldini (2002: 33). É nessa ponte com a gramática histórica que aparece a ligação com a Filologia, pois, em certa medida, esta se constitui como campo dos estudos histórico-gramaticais, como lembra Câmara Jr. (1972: 183).

Mais à frente, nos “Prolegomenos” de sua *Grammatica*, João Ribeiro apresenta sua definição de gramática: “é a coordenação e exposição das regras da linguagem”. Nota-se aí o acento colocado nas ‘regras’. Segundo ele, sua definição decorre da observação dos fatos da linguagem e diz que toda língua tem uma gramática, porque as idéias tomam variações suscetíveis de serem generalizadas, colocadas sob a forma de ‘leis’ ou ‘regras’. A gramática seria, de acordo com ele, o sistema geral destas leis. Entretanto, ele deixa claro que estas leis não têm um caráter imperativo, mas representam ‘tendências’ em um grupo étnico e lingüístico específico. Alguns parágrafos depois, Ribeiro explica que “não são os factos, mas as suas relações que constituem a grammatica”. A meu ver, é a partir justamente da observação destas relações entre os fatos da linguagem que se podem depreender as regras, as leis, as tendências. E me parece que a explicação histórica (método histórico-comparativo) está pressuposta nesta observação.

Em seguida, nosso autor diz que existem dois tipos de gramática: a geral e a particular. Gramática geral, segundo ele, é a que expõe os princípios lógicos da linguagem. Este era o conceito da gramática filosófica. E gramática particular é a que expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma. Mas além dessas, há também a gramática histórica que é a que estuda os fatos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até o período atual. E existe a gramática comparativa, que, segundo João Ribeiro, é a verdadeira *gramática geral*, e estuda os fatos comuns ou diferentes, em grupo de línguas que têm a mesma origem. Ele diz ainda que o estudo histórico e o comparativo são inseparáveis e são aplicações do método histórico-comparativo, que é essencial à ciência das línguas.

Algumas linhas depois, ele deixa clara sua ligação com a Filologia ao declarar que a antiga gramática geral ou filosófica caiu em desuso, mas que, contudo, seu estudo não seria estéril se estivesse fundado no conceito da história e da comparação, cuja contribuição

seria indispensável ao estudo superior das línguas.

Até aqui João Ribeiro não apresenta um conceito de gramática que traga a idéia da prescrição. Essa idéia vai aparecer na concepção de gramática descritiva, também chamada de expositiva ou prática, que é a arte que ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas doutas. Nesse ponto também aparece uma valorização da explicação histórica, científica, pois, certos fatos da língua que a gramática prática chama de irregulares, o método histórico-comparativo elucida sem problemas demonstrando a regularidade etimológica primitiva. Em outras palavras: o que a gramática prática não consegue explicar, a gramática histórico-comparativa, de base científica, consegue.

Além da *Grammatica Portugueza*, João Ribeiro escreveu também um *Diccionario Grammatical*, no qual ele apresenta os conceitos de gramática e de filologia. Sobre a gramática, ele começa dizendo que o seu conceito varia de acordo com o entendimento e com o progresso das épocas. Ela pode ser considerada sob muitos aspectos e, por isso, as definições são variadas. Mais uma vez aparece o conceito de ‘gramática prática’ que é o conjunto de regras que definem o uso correto do idioma, isto é, conforme o uso das pessoas doutas ou dos escritores clássicos. Esta gramática prática seria equivalente ao que nós chamamos, hoje em dia, de gramática normativa.

Mas a gramática pode ser considerada também como a ciência cujo objeto são os fatos da linguagem. E ligada a essa concepção estaria o conceito de ‘gramática geral’, que seria a ciência dos princípios comuns a todas as línguas. Esse tipo de estudo estaria mais ligado à Lógica e à Psicologia. Ele apresenta também o conceito de ‘gramática comparativa’, que estuda os fatos de uma língua em relação aos de outra, destacando o que há de comum e de diferente entre elas. Em seguida aparece o conceito de ‘gramática histórica’, que é “a sciencia dos factos da linguagem, estudados na sua evolução total, a partir das suas origens”. Porém, como não se pode estudar a história das línguas modernas sem compará-las, é preferível, segundo João Ribeiro, adotar a denominação ‘gramática histórico-comparativa’ quando se trata da história das línguas românicas. Esse tipo de estudo, baseado na história e na comparação, teve suas origens nos estudos filológicos que surgiram na Antigüidade Clássica e a importân-

cia dessa origem sempre foi grande.

Sobre o conceito de filologia, é interessante notar que não há um verbete específico para o termo no *Diccionario Grammatical* de João Ribeiro. A definição desse conceito aparece no verbete ‘lingüística’, o que parece indicar que, para ele, a filologia e a lingüística estariam próximas. O problema está em saber que nome usar para designar o “estudo methodico da linguagem”. A distinção se estabelece no uso dos termos ‘espontâneo/popular’ e ‘literário’: a lingüística seria a ciência dos fatos da linguagem espontânea, popular, e a filologia seria a ciência dos fatos literários das línguas. A filologia tem uma abrangência maior, pois abarca a crítica textual, o comentário a textos antigos e a história das línguas (por isso podemos dizer que a gramática histórico-comparativa é um estudo de caráter filológico). A lingüística, por outro lado, estuda apenas a linguagem como expressão do pensamento, como manifestação da inteligência humana em ação. Depois destas colocações, a distinção entre lingüística e filologia fica clara.

CONCLUSÃO

Assim, vimos que, nas obras estudadas de João Ribeiro, a filologia não aparece diretamente relacionada à gramática, mas a ligação se dá através da presença marcante da gramática histórico-comparativa, a qual aparece como garantia do caráter de cientificidade atribuído aos estudos gramaticais. É a contribuição da filologia, na forma dos estudos histórico-comparativos, que permite que os estudos gramaticais possam ser considerados científicos. Cabe lembrar que o conhecimento científico, no final do século XIX e princípios do XX, estava experimentando uma evolução vertiginosa e, por isso, o conceito de ciência ganha proeminência, inclusive no domínio dos estudos da linguagem. A recorrência da palavra ‘sciencia’ na *Grammatica Portuguesa* e no *Diccionario Grammatical* poderia ser explicada pela necessidade de legitimação da gramática como ciência dos fatos da linguagem. E é esse o papel da gramática histórico-comparativa: conceder essa legitimidade aos estudos gramaticais em geral.

É importante também colocar outras questões. Primeiramente, o que há de comum, no pensamento de João Ribeiro, entre a História, a Gramática e a Filologia? A meu ver, um conceito básico, extensivamente empregado pelas três disciplinas é o de ‘fato’, seja na expressão ‘fato histórico’, seja na combinação ‘fato de linguagem’. Mas o que é um ‘fato’? O conceito de ‘fato histórico’ começou a ser empregado pelos historiadores influenciados pelo Historicismo de Ranke, corrente profundamente marcada pelo Positivismo da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, ‘Fato’ é um acontecimento ou fenômeno cuja veracidade pode ser comprovada através do estudo ou exame de documentos. Por isso, notamos a valorização do documento (primeiramente, o escrito) na virada do século XIX para o século XX. Essa maneira de considerar o documento como elemento primordial que garante a confirmação da veracidade de um fato está presente nos textos dos gramáticos brasileiros daquela época, inclusive nos de João Ribeiro. Basta lembrar que Maciel (1996: 6) critica Júlio Ribeiro porque esse não utiliza “exemplos hauridos aos monumentos literários”, dando em seu lugar exemplos cunhados por ele próprio.

E daí surge a discussão acerca da normatividade. A norma, em João Ribeiro, está baseada no uso que pode ser estudado nos documentos que são as obras dos grandes autores da literatura de língua portuguesa. Como os hábitos de linguagem desses autores acabam sendo absorvidos pelas pessoas que travam contato com suas obras (geralmente, pessoas das classes média e alta), a linguagem empregada por essas pessoas que têm uma boa formação intelectual e cultural também é considerada como padrão definidor da norma.

Desse ponto de vista, é necessário perguntar qual a importância da língua do povo? João Ribeiro foi o divulgador no Brasil do movimento da Kulturgeschichte, o qual passou a dar um lugar de proeminência para a cultura e o povo. Entretanto, cabe lembrar que ‘cultura’ aqui não se confunde com o conceito moderno de cultura, preconizado pela antropologia do século XX, o qual engloba todos os hábitos e tradições reproduzidos e reinventados por um grupo de seres humanos ao longo de gerações. O conceito de ‘Cultura’, para os pensadores alemães que influenciaram João Ribeiro, estava mais próximo do conjunto das altas manifestações do espírito, isto é, as artes, a religião, as ciências e a filosofia. O que

interessava não era toda e qualquer realização de um grupo populacional, mas os produtos intelectuais valorizados por uma elite letrada e detentora de certo *status*.

Dessa maneira, quando João Ribeiro fala em ‘povo’, ele certamente não está pensando em todos os habitantes do Brasil irrestritamente, mas o que ele tem em mente é uma entidade idealizada que está na base do conceito de ‘nação’, que é um conceito central tanto para europeus como para brasileiros naquele momento. ‘Povo’, então, assim como a ‘nação’ e a ‘língua nacional’, ainda é algo por se fazer, por se constituir, por se afirmar. E nesse processo de criação e afirmação da identidade do povo brasileiro, a gramatização terá um papel muito importante.

É possível afirmar, então, que, no pensamento de João Ribeiro, História, Gramática e Filologia se encontram na adoção de certos métodos (o método histórico-comparativo, mais especificamente) e conceitos (alguns deles tomados ou adaptados das ciências biológicas, por influência do Positivismo dominante no final do século XIX e no início do século XX) e também na defesa da especificidade da cultura e da língua do povo brasileiro que, há pouco, se tornara independente e estava se constituindo como nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDINI, Lauro. “João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem”. **In:** ORLANDI, Eni P. e GUIMARÃES, Eduardo (orgs.). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*. Campinas: Pontes, 2002.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1972.

GUIMARÃES, Eduardo e Orlandi, Eni P. (orgs.). *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

MACIEL, Maximino. Breve Retrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa. **In:** *Relatos*, nº 3, junho. Campinas: IEL-UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cortez, 2002.

———. (org.). *História das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

RIBEIRO, João. *Diccionario Grammatical*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

———. *Grammatica Portuguesa*. 22^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

RIBEIRO, Joaquim. A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional. **In:** RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LATIM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Amós Coêlho da Silva (UERJ e UGF)

RESUMO

O presente artigo apresenta alguns pontos das vantagens do estudo de Latim, apoiado na trajetória histórica do povo romano, na sua gramática e literatura clássica, como um instrumento importante no ensino fundamental e na formação social do cidadão.

Palavras-chave: gramática tradicional; morfologia; preposição; posição de palavras na oração.

INTRODUÇÃO

Não raro ouvimos na escola que o aluno não aprende português ou porque ele vive sob opressão gramatical, ou a culpa é do professor ou outros desvios. Continuamos a pensar que o aluno deveria ser atraído para os estudos de Língua Latina através de recursos como as narrativas míticas, a exemplo do eterno Monteiro Lobato que ainda está no ar na TV Globo há quantos anos? Ora, se a mídia tão devoradora e desgastante das coisas não conseguiu corromper *O Sítio do Picapau Amarelo*, por que não explorar o recurso narrador de histórias?

Pensamos que também a culpa do fracasso escolar esteja nos desvios do verdadeiro objetivo de estudo do português. Vamos passar a examinar alguns desvios historicamente.

A singularidade na trajetória histórica da civilização romana nos legou alguns subsídios. Por exemplo, a gramática tradicional, que é *o corpo de doutrina gramatical elaborado na Europa e na América, antes do aparecimento da lingüística moderna no século XX.* (TRASK, 2004: GRAMÁTICA TRADICIONAL)

Qual é a origem do nosso alfabeto? É uma herança de Roma, mas o seu ponto de partida é da Grécia. Os antigos romanos tomaram contato com o alfabeto grego bem antes de entrar em franca relação com a Grécia, seja a Hélade do Peloponeso, seja a Magna Grécia da Península Itálica. Foi com o povo etrusco que assimilaram em momento anterior o alfabeto dos gregos e passaram aos romanos, além

de marcar a civilização latina com a sua engenharia: o arco arredondado, estrutura fundamental dos aquedutos e outras construções romanas. Mas porque conheceram através de outrem, em relação ao alfabeto grego, que, por sua vez, foi tomado emprestado aos fenícios, o nosso abecedário atual é tão distante da sua forma helênica, daí na Idade Média dizer-se: *Graecum est, non legitur, está em grego; não se lê ou não se pode ler*. Julgamos este desvio um não grave afastamento do principal escopo: o uso da escrita.

Outro ponto da História: a escola é conhecida pelos romanos pela sua capacidade de dominação militar. Isto é, um escravo Lívio Andronico, prisioneiro, proveniente da próspera cidade grega de Tarento, em Roma continuou sua vida como pedagogo, palavra formada com os elementos gregos ‘ped-’, *criança*, ‘-agogo’, *que conduz*. Humor à parte, eis a origem ideológica do professor: um escravo condutor de crianças para aprender a ler e a escrever grego, já que era isso que o escravo Lívio Andronico poderia ensinar: os poemas *Ilíada* e *Odisséia*, com o tema de Tróia de Homero. Daí, a helenização de Roma.

Este ponto nos demonstra uma tendência ideológica na educação. Nisso, concordamos com os autores Marcos Bagno, Michael Stubbs e Gilles Gagné (2003: 28 e seqüência). Quer dizer, havia na formação do cidadão greco-romano aspectos políticos ideológicos, que, na abordagem deles, *para receber o título de cidadão, para poder exercer o poder político de voto e de governo, a pessoa tinha de preencher alguns requisitos. Primeiro: ser do sexo masculino. (...) Segundo: tinha de ser livre*. No entanto, tal tendência de posse, domínio – enfim, ser senhorio, é, na verdade, muito humana. Mas é bom que se estude isso na História em múltiplas circunstâncias a fim de se criar um mecanismo de defesa contra tal qualidade humana negativa. Na verdade, a escola não deveria ensinar o que é “bom”, mas também o que “mau”, evidentemente como elemento prejudicial.

Na constituição da gramática havia característica ideológica também, embora de outra ordem: os desvios, como o de acreditar na subserviência da gramática ou à retórica, ou à filosofia. Algumas vezes, a interpretações alegóricas. Por exemplo, a partir do domínio de Alexandre Magno, a Grécia ingressa numa nova era, que é a Época Helenística. Essa nova idade costuma ser datada a partir da morte de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Alexandre em 323 a.C. Surgiram duas grandes cidades, do adas de bibliotecas admiráveis.

A de Pérgamo era representada pelos filósofos estoicos, defensores da origem natural da linguagem, interpretando desse modo as estâncias paradigmáticas da linguagem, ou seja, as categorias formais e suas significações. Por exemplo, como pode uma única cidade ter um nome no plural, como *Athenai*, *Atenas*, *Thebai*, *Tebas*.

A rival de Pérgamo, a biblioteca de Alexandria, era representada pelos filólogos, como Erastóstenes, que foi um dos diretores da biblioteca de Alexandria. São os editores de Homero que construíram princípios de metodologia da ecdótica, a ciência da edição de livros.

Mas foram suas pesquisas consideradas exemplares pelos romanos, como o foi para Júlio César, o ilustre estadista, além de nos legar a obra *De Analogia*, adotou a regularidade (= analogia alexandrina), *rationem adhibens, acolhendo a regularidade*, o que quer dizer: elegeu o uso de *flumen*, *rio*, abandonando os sinônimos *fluvius* e *amnis* – pois estas duas têm terminações anômalas, ao passo que a terceira declinação é dotada de uniformidade na terminação *-men*, como *numen* - *divindade*, *carmen* - *hino*, *poesia*, *acumen* – *ponta*; *ferrão* e outras. O particípio *mortuus* – *morto* é abandonado, porque *-uus* é mais característico em substantivo, como *equus* – *cavalo*; ora, substantivo é uma classe e particípio é outra. Empréstimos gregos receberiam flexão analógica a *Cato*, *-onis* - *Catão*, como há de acontecer com *Calypso*, *Calypsonis*, *Calypsonem* – *ninfa Calipso da ilha de Ogígia*... semelhante ao termo *Iuno*, *-onis* – *irmã e esposa de Júpiter*, porque seriam nomes próprios...

Mas tanto o caráter patriarcal como o escravocrata, insinuados acima, estão no ato falho da civilização greco-romana, enquanto for uma construção humana. Nada disso impede que a ferramenta didática da gramática tradicional seja viável para o estudo de uma língua. Por outro lado, às vezes esquecemos que a gramática tradicional, evidentemente forjada pelos gregos e romanos, foi estabelecida, em princípio, para o estudo da língua grega e latina. E Demóstenes ((384 - 322 a. C.) e Cícero (106 – 44 a.C.) foram estudantes dela! A generalização em *Língua Materna Letramento, Variação e Ensino* não cabe:

Ora, assim como a famosa democracia grega era democracia somente para uns poucos, também o que se chamava então de “a língua” era a língua usada por alguns desses poucos, por uma parcela dessa já minoritária aristocracia política e econômica, esse grupo seleto homens livres que comandavam a vida de todos os demais seres humanos. (p.28)

Tais atos falhos fazem parte da natureza da língua como implícitos equivocados, ou, então, interpretando com S. Freud atos falhos humanos. Por exemplo, os gramáticos romanos concebiam como gênero gramatical a realidade natural e como gênero neutro alguns objetos inanimados, os quais não eram nem seres masculinos nem seres femininos, eram, pois, *neuter*. E na lista dos neutros registraram *mancipium*, *-ii*, um tipo de escravo, ou seja, um ser animado.

A.S.C. Ross inicia sua abordagem sobre etimologia afirmando que “*A Etimologia é um assunto esotérico e é, portanto, impossível definir seu escopo em poucas palavras; nem mesmo, certamente, seria isso proveitoso*”.⁹

Foi a hipótese estoíca que considerou as palavras dotadas de sentido das realidades naturais, como já vimos, (*phýsis*), e, com eles, foram aprofundadas as pesquisas estoícas de Pérgamo, remontou a Platão.

Os estoícos formalizaram a oposição que existe entre forma e sentido, distinguindo na linguagem o “significante” e o “significado” em termos que surpreendentemente lembram a dicotomia ‘signifiant’ e ‘signifié’ de Saussure. (Robins, 1979: 12)

Elas, portanto, por força da natureza (*phýsei*), têm um elo conseqüente de lei necessária ou até mística entre o som vocal e o significado. Mas este ponto de vista é uma oposição a Aristóteles, *un capovolgimento della predominante concezione aristotélica*. (Della Corte, F., p. 22). Aristóteles, no *De Interpretatione*, julga a linguagem como conseqüência de uma imposição arbitrária (*nómos*): um produto da convenção, ‘*thései*’: *A fala é a representação das experiências da mente e a escrita é a representação da fala*. (Robins, 1979:15) O Estagirita, ao admitir a força da convenção da lingua-

⁹ Etymology is an esoteric subject and it is therefore not possible to define its scope in a few words; nor, indeed, would this be desirable. (Ainda acresce o seguinte comentário como nota: *The English word etymology*, which is a borrowing of Greek (etymologia), which is compound of (etumos, ‘true’ and logos ‘world’).

gem, o fez por método dedutivo; como no silogismo, *O homem é mortal; eu sou homem; logo, sou mortal*, que contém premissa maior, menor e conclusão. Portanto, partiu do geral para o particular.

Os estóicos recusam a distinção do universal e condicionam não simplesmente termos, porém proposições: *Se A, B*. Onde: *Quando A, logo B*. À guisa de ilustração: *Se bom tempo, eu passeio. Quando não passeio, deduz-se mau tempo*. A proposta platônica no *Crátilo* fora um exame etimológico, no sentido pontual: ‘étymos= verdadeiro; ‘-logos’ = palavra, discurso; sufixo ‘-ia’, direcionando o escopo de sua pesquisa para a filosofia, o que não deixa de ser um desvio. Como ar em grego tem a forma ‘aer’, foi relacionada a sua etimologia ao verbo levantar, por causa de sua forma ‘aírei’, pois o ar levanta as coisas do chão; o nome ‘héros’, herói, ligando-se a ‘éros’, amor, pois este seria filho do amor – sem levar em conta a substancial oposição entre as respectivas vogais longas do primeiro nome em relação às breves do segundo.

Há conquistas da investigação da linguagem realizada pela sucessão cronológica: Platão aos estóicos de Pérgamo e Aristóteles aos pesquisadores de Alexandria. A doutrina, encadeada desde Platão aos estóicos, ainda que nos pareça caricatural à luz da ciência filológica moderna, em Nigídio Fígulo (final do século II a.C.), (*apud* Aulo Gélio, II d.C.), foi seguida e até fundamenta com explicação onomatopaica. Por exemplo, a palavra é mime-se do objeto denotado através da articulação vocal sonora. De modo que, em “uos” o ar vai para frente, porque é pronome de segunda pessoa e o seu significado com quem se fala: portanto, de acordo com a expiração do ar. Desse modo, lê-se no *De Lingua Latina*, V, de Varrão (116 – 27 a. C.) certa herança de abordagem estóica, introduzida por Élio Estilão, contemporâneo de Nigídio, tais como *anas, pato*, porque ele sabe nadar, *nare* (§78), *viteira, videira*, de *vis, força* (§37) – já que as gavinhas da videira agarram com força, *cura, cuidado*, de *cor urere, coração arder* (*livro VI, §46*)- pois as pessoas preocupadas sobrecarregam o coração com emoções. São os mesmos trocadilhos gregos, mas há listas etimológicas válidas nos dias de hoje; além disso, os estudos gramaticais entre os gregos não se restringem à etimologia.

As bases científicas de pesquisas etimológicas ficaram delimitadas a partir do comparativismo. Em 1786, *Sir William Jones*

apresentou uma comunicação na *Royal Asiatic Society* de Calcutá, em que descreveu o parentesco entre *o sânscrito, a língua clássica da Índia, o latim, o grego e as línguas germânicas*. (Robins, 1979: 106) Às elaborações descritas nas indagações de J. G. Herder, J. Grimm, A. W. von Schlegel e W. Humboldt e principalmente Franz Bopp e A. Shchleicher, devem-se as bases teórico-científicas e a formulação lingüística moderna. Assim, confrontaram-se elementos como no exemplo (Dubois *et alii*, 1978: 119):

no ingl. ‘son, mother, brother, six, seven e have e no al. Sohn, Mutter, bruder, sechs, siebn e haben’; propõe-se então para cada uma dessas palavras a hipótese de que remontam a uma forma única que evoluiu...

Nesta altura da História, tomou-se um atalho com os neogramáticos e o nome deste atalho é ‘leis fonéticas’. Com isso, vieram as classificações positivistas como ‘evolução, parentesco, família de palavras, família de línguas’ e passamos a ter que (Dubois *et alii*, 1978: 119): *a gramática comparada confundiu-se com a gramática histórica*.

Apesar do corte epistemológico do século XIX e início do século XX, com todo lucro científico, houve interpretações inadequadas, oriundas das ‘leis fonéticas’. Na escola, as regras gramaticais dos puristas reprovaram galicismos, brasileirismos (colocação de pronomes átonos, emprego de tupinismos, etc.)

Outro ponto a ser considerado é o fato de alguns professores ensinarem a linguagem buscando nas avaliações da aprendizagem conhecimento sobre as doutrinas lingüísticas, inclusive indagando em questões de prova termos da lingüística, recém cunhados. Tal procedimento levou Carlos Drummond de Andrade a compor um poema intitulado *Libera nos, Domine*. E o mais grave: essa militância continua.

Enfim, sabemos que:

A lingüística moderna apresenta tal variedade de temas, concepções e hipóteses (formuladas muitas vezes numa linguagem que não hesitáramos em classificar de esotérica), que o iniciante, apesar de fascinado, não deixa de ficar aturdido. (Coseriu, 1980: 1)

A propósito, de múltiplos exemplos de assuntos retomados pelos estudos lingüísticos, um deles foi a distinção entre ‘significante’ e ‘significado’, retomada por Ferdinand de Saussure – como mencionamos mais acima, e abordada por Engenio Coseriu, a respei-

to de “Premissas Históricas da Linguística Moderna”, cabe a citação do próprio Coseriu (1980: 5):

Trata-se ainda de um retorno a questões já existentes; isto nos deveria convencer de que muitos motivos e problemas da linguística atual não são ‘novos’ mas, retomados e redescobertos no curso da história, voltam hoje a ser postos à luz.

Eugenio Coseriu (1980: 11) faz interessante observação sobre os avanços da linguística:

Se em certo sentido se pode considerar que a linguística atual volta a posições já assumidas em outras épocas – se não exatamente por uma disciplina específica que, além do mais, não existia, pelo menos no que concerne à problemática da linguagem –, duas observações, porém, devem ser feitas a esse propósito: freqüentemente não se trata senão de tentativas não desenvolvidas posteriormente, e os laços aos quais nos referimos são fortuitos. Em outras palavras não se trata de um retorno efetivo a uma linguística já existente, malgrado aquelas tentativas se tenham tornado motivos fundamentais da linguística atual.

Há conflitos pedagógicos, porque o que se pretende é estar na moda. Se Roman Jakobson estiver sendo comentado nas universidades, desencadeiam-se tiragens de livros didáticos sobre a metodologia das funções da linguagem; se for o Chomsky, novos livros didáticos sobre a transformacional. E assim, outros. A propósito, (Routlet, 1978: 85-6) nos ajuda a esclarecer que:

A linguística, de Saussure a Chomsky, não foi imaginada de forma a poder fornecer as informações necessárias para o ensino de língua como instrumento de comunicação.

Mas a gramática, forjada na Grécia e em Roma, o foi. Concordamos com Maria Helena de M. Neves (1987: 106):

Saltando para a época helenística, tem-se uma ‘grammatiké’ que é especificamente um exame dos textos escritos, pois seu objetivo é permitir a memória das obras que representam a criação do espírito grego. É uma disciplina de intuito didático. Constitui um exame de fenomenologia da linguagem, um exame dos fatos de língua. Por isso, ela é definida por Dionísio o Trácio como ‘empeiria’, conhecimento empírico.

Temos aí um levantamento de pontos problemáticos na aquisição cultural de um idioma. Precisamos direcionar a visão do nosso aluno para o sistema linguístico, no sentido de Eugenio Coseriu, como

Em essência sistema de possibilidades – uma língua não é apenas

aquilo que está feito por meio da sua técnica, mas é também aquilo que, mediante esta mesma técnica, se pode fazer. O italiano, por exemplo, como o português, são o italiano e o português “existentes” (já realizados) e ainda sua possibilidade infinita de ulteriores (e em parte inéditas) realizações. (1980: 125)

O ENSINO DO LATIM

Dessa última ilação, podemos afirmar o Latim não é uma língua morta, porque dele se retira recursos para formar muitos termos técnicos. E mais: ele serve de intermediário para que o grego chegue até nós. O grego tem a sua vocação em especial para batizar os elementos científicos modernos e nesse sentido F. Martin (1938: Préface) tem razão: *La clef de l'étude du grec, c'est l'étude des mots; et la clef du vocabulaire, c'est l'étymologie. A chave do estudo grego é o estudo das palavras; e a chave do vocabulário é a etimologia.*

Assim, o ensino de ampliação vocabular nunca deveria deixar os quadros numa de aula de Língua Portuguesa, porque os elementos sufixais, prefixais são oriundos do latim e do grego, bem como os radicais. O domínio desse vocabulário é fundamental.

Veja o quadro abaixo. O que se tenta demonstrar é o dicionário português nas suas possibilidades:

		<i>Abreviaturas:</i>	
F.s. – formas simples;		S. - substantivo	
Adj. – adjetivo		V. – verbo	
1)(-prem-/ -prim-/ -press-)= apertar			
V.	S./Adj. -or		S. -ivus
F. s.→	premo, -is /pressi	vago	vago
*Cum-/co-/col→	comprimo, -is /compressi	compressor	vago
De→ →	deprimo, is / depressi	vago	vago
Ex→ →	exprimo, is / expressi	expressor	vago
In-/ im- /il- /ir- /i-→	imprimo, is /impressi	vago	vago
Pro→ →	vago	vago	vago
Re-, red→ →	reprimo, is /repressi	repressor	repressivus
*antigo <i>com-</i>			

2 – (-deuk-/ -duk-) = conduzir

V.	S./Adj. -or	S. -ivus		
Formas simples→→	duco, -is / duxi /ductum	ductor	vago	
Cum-/com- /co→	conduto, -is /conduxi	conductor	vago	
De→ →	deduco, -is /deduxi	deductor	vago	

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ex- / e- / ec- → →	educó, -is / educo,-as vago /educator	vago
In-/ im- /il- /ir- /i-→	induco, -is /induxi	inductor vago
Pro-→→→→→	produco, -is /produxi	vago vago
Re-, red-→→→→	reduco, -is /reduxi	reductor vago

3 – (-pel- /-puls-)= impelir

V.	S./Adj. -or	S.-ivus	
F.s.→	pello, -is / pepuli / pulsum	vago	vago
Cum-/com- /co-→	compello, -is /compuli	compulsor	vago
De-→→→→→	depello, is /depuli	depulsor	vago
Ex-→→→→→	expello, is / expuli	expulsor	expulsivus
In-/ im- /il- /ir- /i-→	impello, is / impuli	impulsor	vago
Pro-→→→→→	propello, is /propuli	propulsator	vago

4 – (-spec- / -spect-)= olhar

V.	S./Adj.-or	S.-ivus	
F. s.→	specio, -is / spexi / spectrum	vago	vago
In-/ im- /il- /ir- /i-→	inspicio / inspecto	inspector	vago
Cum-/com- /co-→	conspicio,-is /conspexi	consector	vago
De-→→→→→	despicio /despecto	despector	vago
Re-, red-→→→→	respicio / respecto	vago	vago

Assim é o dicionário da língua portuguesa também. Apresenta espaços vagos. É um eixo de possibilidades. O que não se usa agora, um dia virá a ser norma, no mesmo sentido de Eugenio Coseriu. Ou seja, temos 0 sufixo –ismo, como doutrina, para budismo e budista, mas não temos o par mínimo para o termo cristianismo.

Ainda seria útil formar um quadro latino ou português com a demarcação do papel de sufixação como elemento formador de substantivo, adjetivo, verbo e advérbio, a fim de destacar o que é palavra primitiva.

A intenção é sempre conduzir o discente ao dicionário: português ou latino.

Dáí, o trabalho de iniciação frasal. Devemos levar o aluno a descobrir que lê em *Ad majorem Dei gloriam, Errare humanum est, Qui bene amat, bene castigat, Agnus Dei, Dura lex, sed lex, Mens sana in corpori sano, Fiat lux, Exit etc.* múltiplos elementos em comum com o Português, como *major, glori-, errar- human-, bene-, ama-, castiga-, dura, san-, corpor-,* mas também outros tantos diversos, como *agn-, -us, De-, -i, -am, sed, lex, -i* – respectivamente em duas leituras lineares. Além de observar que já leu ou ouviu isso mesmo em algum momento. E se o aluno não o descobrir, basta pro-

por a leitura...

Ainda sobre as formas diferentes e semelhantes, pode-se propor uma simples frase *Lupus agnum lacerat* (*dilacera – observando imediatamente que o prefixo é que foi colocado mais tarde, como ocorre com turbare, perturbar, nuntiare, enunciar...*) com várias alternativas de consulta a um paradigma verbal de primeira conjugação: *Lupus agnum* (*lacerabit, dilacerará – sendo ‘rá’ o equivalente de ‘bi’/ laceravit – dilacerou...*) Ao invés de *lupus* poderia ser *leo* e em lugar de *agnus* pode ser *cervus* (*cervo*), *gallina* (*galinha*), *palumba* (*pomba*) – sendo que haveria formas novas para estes termos: *cervum, gallinam, palumbam*, etc. Passando da primeira conjugação para a segunda, como *Pirata statuam delet* (*O pirata destrói a estátua*) e a sua alternância *Pirata statuam delebit / delevit / debebat* (*destruirá / destruiu / destruiu*). Assim, poderia também propor *Miles oppidum delet* (*O soldado destrói a cidadela*) etc.

Na verdade, nos surpreendemos com o que os alunos assimilam de língua portuguesa ao longo do secundário, porque, no terceiro grau, projetando ser professores de português, em Universidades públicas, encontramos alunos com dificuldades incríveis em português. Daí rejeição ao latim. A quem cabe a culpa? Aí começam as hipóteses, ou melhor, as petições de princípio ou círculos viciosos, como “se para aprender latim, tenho de saber português, então por que estudá-lo?”, “ora, se não se vai dar aula de latim, por que devo estudá-lo?” E não é paralogismo! É sofisma mesmo! Porque isso nada mais é que o eco de professores que se enredaram numa falsa modernidade e envolvem o aluno num *non sequitur*.

E a ordem? A posição das palavras numa oração nunca é estudada nos *curricula* das escolas secundárias pelas quais passei ao longo desses trinta anos de magistério, embora, particularmente, nos momentos de coordenação, se tenha proposto insistentemente, quer dizer, epistemologicamente, já que citei até mesmo a célebre questão lingüística de André Martinet: a economia da linguagem e dupla articulação.

Os nossos alunos conhecem o papel da preposição? Teria importância saber que são todas oriundas do latim? Não é o que também constatei. Eles julgam que se trata de um inventário infinito. Impossível de memorizar. Daí, pouquíssimos são os que aprendem

regência e, por conseguinte, crase. Tem razão o Professor C. Torres Pastorino, em 1946, quando diz que a “análise é necessária, essencial, indispensável. Sem fazê-la, a versão será impossível.

Há necessidade, primeiro de convencer os alunos da indispensabilidade e da vantagem de uma análise, antes de ser tentada a versão.” Ainda orienta o saudoso Professor que deve haver uma graduação de complexidade de sentença, cujo fim único será visto no domínio que se há de adquirir na língua vernácula, que é ao que se visa sempre como escopo: “Estarão aprendendo, ao lado do latim, o português; penetrarão em muitos segredos do próprio idioma (...)” Esta e outras vantagens são defendidas também “por todos os mestres dos mais variados países, sejam de língua novilatina, saxônica ou eslava.” Tal procedimento didático conduzirá o aluno pelas veredas da reflexão “do que lê e ouve.”

O apego excessivo à moda, soterrando a tradição, pode ser perigoso. Como se justifica que outras nações do mundo, sem um vínculo tão direto, estudem a língua latina e nós, que somos a continuidade dele o abandonemos?

Mesmo sem levar em conta:

1) a produtividade lexical que pode ser a possibilidade de passar de cem mil verbetes num dicionário (como o publicado por Antenor Nascentes há cerca de 50 anos) para quase trezentos (como o publicado por Antônio Houaiss no ano 2001) - valendo-se apenas praticamente de prefixação, sufixação, radicais gregos e latinos, cujo inventário – fundamentalmente os prefixos, que são advérbios e posições oriundos do grego e latim - não é incomensurável. E registre-se que é através da estrutura latina que um termo grego ou de outra origem (africana ou indígena) se aportuguesa, porque para tal há de se pautar na formação estrutural herdada do Latim Vulgar, que inclui, como substrato, o elemento ibérico, céltico e fenício, bem como, o elemento superstrato germânico e adstrato árabe, em termos estruturais, a partir de aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos;

2) a estruturação mórfica do nome e principalmente do verbo que se prende ao latim;

3) os arranjos disponíveis dos termos oracionais, introduzidos ou não por preposições nas estruturas sintáticas, as quais são mais evidentes quando em cotejo com a antiga síntese gramatical latina e

4) as significações nas formações de vocábulos a partir de estudos etimológicos. Ainda há retalhos de latim embutidos até na nossa vida cotidiana, como nomes até de casas comerciais de todo gênero, marcas de produtos industriais, sentenças proverbiais, etc. Tudo isso não é percebido pelos alunos, antes de uma iniciação ao latim.

OBJETIVOS

Não se defende o estudo do latim pelos muitos séculos de registro em textos dos avanços científicos. Seria truísmo, se alertássemos que ainda hoje é do latim e do grego que nos abastecemos com arsenal de termos para a designação de novidades, mesmo que venha através do Inglês, como *mídia*, *exit*, *deletar* ou *site*? O latim não é um mero instrumento que tivesse tão-somente ornado o Cristianismo. Evidentemente, foi levado ao exagero incompreensível de se rezar toda uma missa em latim, mas, exageros à parte, ainda é através dele que se realizam não só solenidades sagradas, resgatando a fé como também outras quaisquer, a exemplo disso, o discurso de declaração de guerra a Bin Laden por George Bush temos a seguinte sentença de pano de fundo: *Pace ac bello merita, Na paz e na guerra há méritos*.

O conhecimento do mundo é empírico, no sentido de se realizar entrelaçamento de intuições, deduções, introjeções, antecipações e correções, formando uma rede densa. Assim como um profissional detém um código lingüístico, a atividade social do homem também é codificada no âmbito da comunicação. Há múltiplos códigos de discurso, consagrados e novos: discurso esportivo, religioso, relativo à indumentária ou alimentação etc. A Sociologia é uma ciência recente, mas sempre houve o fato social, implícito nas atividades sociais do cidadão; por isso, as novas ciências podem ocupar espaços ao lado do latim. Quando se enfatiza a recomendação do estudo do latim, deve-se ter em mente o latim como linguagem, e não somente como sistema lingüístico, ou seja, gramática, ainda menos pelo método tra-

dicional, porque há estagnação dentro das muralhas latinas dos elementos lingüísticos, literários e culturais.

Na escola tradicional, devido ao prestígio religioso, o ensino do latim se fazia com sentenças escolhidas e carregadas de recomendações moralistas. Não se examinaria um poema como o de Lucrecio, pelo seu cunho aparente de materialismo e contrário a fé em Deus, que na sua época seriam deuses. Só que o Poeta na realidade refuta a repressão religiosa, quando a mesma recomenda a morte, como local de punição, e a divindade religiosa como ameaçadora e punidora. A ânsia de recomendação espiritual era tal, que o quarto livro das *Bucólicas* de Vergílio foi interpretado alegoricamente como sendo uma profecia da vinda de Cristo, mas não era esta a intenção do Poeta em conformidade com os estudos filológicos, baseados em historiadores da antiga Roma.

O próprio nome deste Poeta, ao longo de séculos, foi submetido a uma deformação etimológica. A partir da Idade Média a forma *Virgilius* se propagou em francês *Virgile*, em inglês *Virgil*, porque, para alguns, devido à timidez, melancolia ou candura do Poeta, o seu nome tanto foi relacionado com *uirgo*, *-inis* (*virgem*, *mulher pura*), quanto ao termo *uirga*, *-ae* (*ramo flexível e delgado*), relação esta inexplicável. *Vergilius* é o verdadeiro nome e sua etimologia está longe das especulações formuladas. Ele provém da raiz indoeuropéia **wergh* > *érgon* (*trabalho em grego*) **werk* > **uerg* ('*verg-*', de *Vergilius* em latim) > *work* (*trabalho em inglês*). Com o exemplo destes dois poetas acima, por medida de economia, pretendemos demonstrar o desvio que se formou aos estudos latinos.

A exploração da rede simbólica de um texto latino pode oferecer várias leituras: mítica, histórica, filosófica, literária, religiosa etc. e gramatical.

INTERDISCIPLINARIDADE

Aprofundemos apenas a vantagem interdisciplinar ou transdisciplinar de alguns pontos da parte gramatical.

No *site* <http://www.acclassics.org> havia a pergunta: *Latin.....Why study it at all?* Ora, quanto ao *acusativo com infinitivo*, se concordarmos com a comparação da frase inglesa “he says that this is true” com a latina “*Ait hoc verum esse*”, analisando o conectivo inglês “that” presente, mas muito mais freqüentemente dispensável – *He say it is true*, o que propícia, segundo avaliação do editor, um depoimento jurídico que pode ser posto em suspeição e classificado como boato perante tribunais, tanto em Roma antiga, como na atualidade. Mas a síntese da forma verbal no infinitivo *esse, ser*, a desinência “t”, equivalente de “he”, em *Ait, ele disse*, e o acusativo *hoc, isto* – mesmo se tomados em separado, ainda assim exprimem os elos de relação sintática e, portanto, um depoimento inofismável.

Ainda neste mesmo *site*, comenta-se o desaparecimento de elementos mórficos indo-europeus no inglês, como o modo subjuntivo. Em inglês, afirma o comentarista, não há esclarecimento mórfico de gradação da realidade ou irrealidade. De fato, rigorosamente o que se afirmou lá foi, conforme o texto em inglês: “The problem is that almost no attention has been given to the actual grammar of English on a secure linguistic basis, and we usually model English grammar on Latin grammar from the schools.”, isto é, “O problema é que quase nenhuma atenção tem sido dada para a atual gramática de inglês numa base segura de lingüística, e nós (particularmente) modelamos comumente a gramática de inglês pela gramática de latim nas escolas.” E continua afirmando que os romanos tinham esta informação fundida nas várias formas verbais de modo subjuntivo. Do ponto de vista dele, logo que se examinem realmente os meios (lingüísticos) para definir a irrealidade no latim, volte-se para o inglês para averiguar exatamente como se faz isto lá. “Haveria algumas surpresas em ambos os lados no latim e no inglês, o que é para minha mente exatamente uma espécie de processo de aprendizagem. É o que o estudo do latim elucidaria.”, isto é, “There should be some surprises on both the Latin and the English sides, which is to my mind exactly the sort of learning process which the study of Latin should elicit.”

Depois de apresentar um quadro de verbos que exprimem a noção de modo real ou irreal de uma lista do trabalho de C.J.Bailey, o qual considera uma publicação disponível, faz a seguinte restrição: “Reflexão viajando no trenó é como é esta declaração. (...) acolhe exatamente o uso de verbos especiais em inglês, incluindo aí uma série de elementos do subjuntivo em latim e vários outros verbos igualmente.”, quer dizer, “ Though sledding as this statement is, (...) it covers accurately the use of the special English verbs which cover the range of the Latin Subjunctives and several other verbs as well.”

O que se aborda lingüisticamente acima? É a expressividade analítica do inglês em relação à expressão sintética do latim. Há, pois, valorização do estado sincrônico do inglês. É o que Michel Bréal (1992) chama de *lei da especialidade*, ou seja, o valor cumulativo de uma desinência verbal ou nominal passa a ser expressa e denotada por uma palavra, uma forma plena e não tão discreta quanto à desinência, que se camufla no final de um termo oracional. Para ilustrar, comentemos aqui que, em Latim Clássico, dever-se-ia redigir em dativo singular, desinência ‘-o’, o termo *templum*, *-i*, *templo*, o seu determinante *id* seria *ei* e não haveria emprego de preposição, na frase: *Si pecunia ad id templum (=seria ei, templo) data erit...*, *Se um donativo for dado a este templo...* Ora, a preposição *ad* absorveu o sentido gramatical do dativo “-o” e “-i”, respectivamente, e nos facilitou o entendimento da oração. “Entre as línguas modernas, a mais analítica é, sem dúvida alguma, o inglês.”

CONCLUSÃO

O suíço Ferdinand de Saussure, com suas aulas em Genebra, no início do século XX, revolucionou a abordagem gramatical. As dicotomias saussurianas iniciaram uma constante modificação na descrição lingüística. Hoje em dia, temos diversos enfoques que se opõem aparentemente entre si, como é o caso da linha de estudo de Bloomfiel em relação ‘a de Chomsky, quando, na verdade, o segundo é um descobrimento do primeiro. Define-se, desde Saussure, o princípio estruturalista pela relação de cada elemento lingüístico não isoladamente, mas em função de um outro ou de outros, de modo que está presente em todas as doutrinas lingüísticas modernas uma sustentação estruturalista.

Nisso também pensamos como Robins, quando afirma: *Qualquer que seja a interpretação dada ao termo 'estruturalismo', hoje em dia poucos lingüistas admitiriam não terem em suas obras um embasamento estruturalistas.*(1979: 163)

Assim, encontra-se em Eugenio Coseriu qual é a diferença entre estruturalismo e o transformacionalismo: o primeiro sublinha a estrutura paradigmática e o segundo, a estruturação sintagmática ou combinatória. Finalmente, *É clássico o exemplo da oposição entre oração ativa e passiva.* (Coseriu, 1980: 55)

...o transformacionalismo, embora se oponha à lingüística americana imediatamente anterior formalizou, explicitou e desenvolveu certas idéias e métodos que eram implicitamente admitidos no ensino tradicional de línguas e que já haviam sido incorporados. (Robins, 1979: 163)

O professor precisa ter o conhecimento lingüístico como suporte que lhe forneça uma visão panorâmica da língua. Ele deve debater o conhecimento lingüístico com os devidos termos necessários, mas sem utilizar nomenclatura exageradamente sofisticada.

Para fecharmos este artigo, escolhemos o que lemos acima no mesmo *site* já mencionado sobre o *ablativo absoluto*, que é uma cláusula oracional dotada de extrema síntese e que o estudante de inglês, tendo ultrapassado o grau dos fundamentos mais fluentes no plano discursivo da redação, poderá aprender a inserir este atalho de pensamento oracional num parágrafo, o que facilitará a função fática da linguagem no âmbito da comunicação, porque dá curso ao pensamento ao sintetizar e incluir um fato de questão aparentemente solto, mas profundamente procedente, no momento.

O *ablativo absoluto* é naturalmente apenas um pensamento à parte, uma observação separada, como se fosse um virtual par de parênteses. É tão excessivamente encapsulado e condensado que perde os caracteres mórficos de pessoa, número e gênero (nos participios há gênero), dispensando conectivo oracional e se justapondo ao parágrafo unicamente com uma vírgula. Apresenta as formas de participio presente ou passado em ablativo. Tem força de persuasão tanto quanto um silogismo. E Aristóteles, em sua *Arte Retórica*, se o examinasse, talvez lamentasse o fato de a língua grega tê-lo perdido e concentrado no genitivo este papel gramatical. É que o ablativo é o

caso genuinamente latino, por isso, os outros idiomas podem imitá-lo, estabelecendo interfaces, mas não emparelhá-lo absolutamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; STUBBS, M. & GAGNÉ, Gilles. *Língua Mater-
na, Variação & Ensino*. São Paulo: Parábola, 2003.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Tradução de Aída Ferras et
alii. São Paulo: EDUC, 1992.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de
Janeiro: Acadêmica, 1970.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de la Langue
Grecque: Histoire des Mots*. Paris: Klincksieck, 1999.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire Ethymologique de la
Langue Latine: Histoire des Mots*. Paris: Klincksieck, 1985.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna: Aprenda a
Escrever, Aprendendo a Pensar*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HAUTERIVE, R. G. d'. *Dictionnaire des Racines de Langues Euro-
péennes*. Paris: Larousse, [s/d.].

LAFREUR, Rick. Disponível na Internet. <http://www.acclassics.org>.
23/06/2002.

MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e Didática : as Concep-
ções de Conhecimento e Inteligência e a Prática Docente*. São Pau-
lo: Cortez, 2000.

MARTIN, F. *Les Mots Grecs*. Paris: Hachette, 1938.

MARTINET, André. *Éléments de Linguistique Générale*. Paris: Ar-
mand Colin, 1970.

PASTORINO, C. Torres. *Chave da Versão Latina*. Rio de Janeiro:
Imprensa Nacional, 1947.

ROBINS, R.H. *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz
M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ROULET, Eddy. *Teorias Linguísticas, Gramáticas e Ensino de Lín-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guas. Trad. de G. Cintra. São Paulo: Pioneira, 1978.

SANTOS, Júlio C. F.dos. As Desaprendizagens do Professor. *Abeu*. Rio de Janeiro, V. 1, n.º. 3, 9-20, jan./jun. 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *O Ensino da língua Portuguesa Hoje: Desafios e Dilemas*. Rio de Janeiro: Confluência, V. 1.

**LÍNGUA PORTUGUESA
DA GENERALIDADE À ESPECIFICIDADE**

Célia Maria Paula de Barros (UFF)

Fernanda de Oliveira Marconi da Costa (UFF)

Maria Antonia da Costa Lobo (ABRAFIL)

Washington da Silva Reis (UFRJ)

RESUMO

A priori, o processo de comunicação é um ato provisório e dependente de uma hierarquia interacional, baseada na expressividade que visa a alcançar objetivos amplos, em função de um contexto no qual o referido processo se insere.

Este contexto passa por um processamento cognitivo que envolve conhecimentos prévios recorrentes a uma memória do cotidiano, através de imagens ineridas em mensagens explícitas ou implícitas – intenções comunicativas não faltam!

Desde que percebidas e identificadas, essas intenções são, em verdade, integradoras de sentido e de significação para uma efetiva expressividade, em diferentes áreas de conhecimento que da língua portuguesa se servem.

Palavras-chave: Língua portuguesa, Lexicologia, Semântica, Significado

INTRODUÇÃO

A língua não é uma nomenclatura, mas um instrumento de comunicação que nos permite a análise da realidade que lhe é exterior, ressaltou Martinet em Éléments de Linguistique Générale.

Essa comunicação efetivamente passa por um processo que tem por base a Semântica – o termo técnico usado para designar o estudo do significado.

Consoante F.R.Palmer (s/d.):

O termo semântica foi recentemente introduzido na língua inglesa. Embora se verifique uma ocorrência do termo semantic na frase semantic philosophy (filosofia semântica), onde surge como o significado de divination (adivinhação ou previsão), frase essa que data do século XVII, só voltou a surgir com a forma semantics, num trabalho apresentado na Associação Filológica Americana, em 1854, com o título Reflected meanings: a point in semantics (significados reflectidos: sua relação com a semântica). O termo francês sémantique tinha sido formado a partir do grego, por Michel Bréal, no ano anterior. No entanto, e nas duas ocor-

rências que acabamos de refletir, o termo não foi usado em relação ao significado, mas sim à sua evolução. (...) Em 1900, contudo, surgiu o livro de Bréal: *A Semântica: estudos sobre a ciência do Significado*; o original francês tinha sido publicado três anos antes(...).

Porém, o termo *semantics* só se impôs ao fim de algum tempo.

Contudo há um uso curioso porque, se as palavras têm um determinado significado, como é possível o indivíduo não ser capaz de dizer exatamente aquilo que quer, isto é, como é que as palavras podem não significar aquilo que significam?

Admite-se que existe a possibilidade de as palavras não terem o significado que, mais obviamente, se poderia pensar que tinham – existe um outro significado, além do literal.

Apesar de a linguagem ser considerada basicamente como um sistema de comunicação, nem sempre é portadora de mensagem propriamente dita, em especial se a mensagem tiver o sentido de informação; uma parte da respectiva função remete para relações sociais.

No estudo da linguagem, é fundamental que se considerem ainda a linguagem escrita e a linguagem falada. Alguns fatos são facilmente comprováveis:

- muito antes de escrever o Homem falou, e há ainda línguas às quais não corresponde uma escrita;
- muito antes de aprender a escrever, uma criança aprende a falar ;
- a linguagem escrita pode, na maior parte, ser convertida em discurso; mas o contrário não é verdadeiro: quando se escreve algo que foi dito, perde-se sempre muito; e
- passa-se muito mais tempo a falar do que a escrever.

ESPECIFICAÇÃO – O RECURSO MAIOR

Uma língua armazena experiências remotas, tão banalizadas pelo uso cotidiano, que as respectivas motivações iniciais são perdidas pelo caminho. Logo, é fundamental o conhecimento da história de uma cultura e da maneira de representar o cotidiano pelo uso das

palavras.

As palavras têm uma história. Elas nascem, evoluem, transformam-se e, às vezes, desaparecem. A história de cada palavra está ligada àquela do homem, da sua respectiva fala, da própria evolução, crescimento e transformação.

As palavras podem ser apre(e)ndidas, a partir de um simples olhar para um objeto e da necessidade de se penetrar na nomeação do mesmo (palavra-objeto), podendo uma conferência ocorrer em consulta(s) a dicionário(s).

Desse modo, é fundamental pesquisar os componentes de uma palavra, seja fracionando-a, seja reconstituindo-a. Trata-se, em verdade, de um trabalho que demanda esforço e um grau de conhecimento variado sobre múltiplos aspectos, não apenas lingüísticos, como antropológicos, notadamente sociais - o contexto em que surge ou se insere.

ESPECIFICIDADE: UMA QUESTÃO DE NECESSIDADE.

Especificidade Jurídica

Consoante Diniz:

Jurista (Teoria Geral do Estado).

1. Aquele que, por ser profundo conhecedor do direito, escreve livros ou monografias jurídicas com assiduidade.

2. Na linguagem comum: a) aquele que empresta dinheiro a juros; b) aquele que, tendo títulos de dívida pública, recebe os respectivos juros; c) aquele que vive da aplicação de capitais em mútuos de cujas operações tira juros; d) capitalista.

Lei (Teoria Geral do Direito) 1. Produto da legislação. 2. Norma jurídica, escrita ou costumeira. Em sentido amplíssimo, a lei é toda norma geral de conduta, que disciplina as relações de fato incidentes no direito e cuja observância é imposta pelo poder estatal, como, por exemplo, a norma legislativa, a consuetudinária e as demais, ditadas por outras fontes do direito, quando admitidas pelo legislador. 3. Em sentido amplo, abrange a norma jurídica escrita, seja

a lei propriamente dita, decorrente do Poder legislativo, seja o decreto, o regulamento ou outra norma baixada pelo Poder Executivo. Compreende todo ato de autoridade competente para editar norma geral, sob forma de injunção obrigatória, como: a lei constitucional, a lei complementar, a lei ordinária, a lei delegada, a medida provisória, o decreto legislativo, a resolução do Senado, o decreto regulamentar, a instrução ministerial, a circular, a portaria e a ordem de serviço. 4. Em sentido estrito ou técnico, é apenas a norma jurídica elaborada pelo Poder Legislativo, por meio de processo adequado.

De acordo com Houaiss:

Lei 1. regra categórica. 2. regra, prescrição escrita que emana da autoridade soberana de uma dada sociedade e impõe a todos os indivíduos a obrigação de submeter-se a ela sob pena de sanções (as l. do código civil) (as l. penais)(**a ninguém é permitido ignorar a lei**) 3. O conjunto dessas regras.

Comparando-se as informações contidas nas duas fontes de consultas, depreende-se que, para se entender o significado de LEI, é necessário *a priori* conhecer o significado de outras palavras utilizadas para conceituar ou definir LEI.

Logo, o que é norma? E o que significa regra (jurídica, costumeira, legislativa, consuetudinária e categórica)?

Segundo Diniz:

Norma (Teoria geral direito). 1. Preceito de direito. 2. Padrão de comportamento. 3. Fórmula abstrata do que deve ser. 4. Modelo. 5. Ação que se dirige a fim previsto.

Para Houaiss:

1. aquilo que regula procedimentos ou atos; regra, princípio, padrão.
2. Padrão representativo do desempenho usual de um dado grupo.

Depois de cotejos e confrontos, entenda-se o que é Lei – até mesmo pela obrigação de cumpri-la.

E no caso de um indivíduo ter necessidade de ser representado por alguém?

Será que qualquer indivíduo sabe conscientemente que se tornará um outorgante ou um outorgador?

Consoante Diniz:

Outorgador 1. Mandante. 2. Que outorga. 3. Que confere poderes. 4. Que autoriza ou permite a prática de um ato. 4. Aquele que transfere ou aliena uma coisa a outrem.

Considerando que não existe outorgante sem outorgado, logo:

Outorgado (Diniz) 1. Aquele em favor de quem se opera a outorga. 2. Mandatário. 3. Sujeito passivo da outorga. 4. Aquele que foi autorizado por outrem para realizar um ato.

E ainda mais:

Outorga (Diniz) (Direito civil) 1. Autorização; b) consenso; c) permissão para a pessoa praticar certo ato, sem a qual não seria válido; d) concessão de poderes por meio de mandato.

Em que *situação* (jurídica) as palavras **outorga, outorgante e outorgado** seriam, por exemplo, usadas?

Em especial, em caso de procuração.

Procuração (Diniz). (Direito civil). 1. Instrumento do mandato, contendo as especificações dos poderes conferidos ao mandatário para que este, em seu nome, pratique atos ou administre interesses. 2. Instrumento pelo qual uma pessoa física ou jurídica, outorga a outrem poder de representação (Pontes de Miranda).

A especificidade na informática

Ramo do conhecimento dedicado ao tratamento da informação mediante o uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados, a palavra informática data de 1962 (Houaiss).

Essa área de conhecimento também é responsável por uma especificidade, mesmo que seja via estrangeirismos.

Assim:

Baixar 5. Transferir para o computador que está sendo operado pelo usuário, estando dois computadores por linha telefônica ou por outro canal de telecomunicações. Ter acesso a.

Deletar: embora existente em latim, entrou no Brasil, em 1975, com uso, a princípio, informático, significando apagar.

Digitar: pelo uso de um teclado, que dispõe de letras, números e sinais, fazer aparecer, na tela do computador, caracteres, recor-

rendo-se ao uso das pontas dos dedos.

Outrora, era o datilografar; hoje, o digitar.

Mudam-se os instrumentos, mas o ato de escrever permanece.

Menu. 4. (1979) Lista de opções ou entradas posta à disposição do usuário que aparece em um vídeo de um terminal de um computador com as funções que ele poderá realizar por meio de um programa ou de um *software*.

Navegar consultar seqüencialmente diversos hipertextos, acionando os *links* neles contidos para passar de um para o outro.

Novamente, a necessidade de se saber o que é um hipertexto¹⁰ e o que é um *link*.

Software (1965) 1. Conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados; programa, rotina ou conjunto de instruções que controlam o funcionamento do computador, suporte lógico. 2. Todo programa armazenado em discos ou circuitos integrados de computador.

A especificidade matemática

Bem cedo, o indivíduo, sem percebê-lo, começa a se deparar com especificidades em escolas, no decorrer das aulas, chegando a travar contato até mesmo com a língua grega: é a presença do alfabeto grego(alfa (α), do beta(β)...), tão utilizado em aulas de geometria e de trigonometria...

Além de ter domínio desse alfabeto, será indispensável poder aceder a um léxico todo específico. Caso contrário, as informações transmitidas pelo Professor não serão apreendidas pelo aluno presente às aulas.

Logo, é fundamental identificar e decodificar toda uma termi-

¹⁰ Forma de apresentação de informações em um monitor de vídeo, na qual alguma elemento (palavra, expressão ou imagem) é destacado e, quando acionado (geralmente mediante um clique de mouse), provoca a exibição de um novo hipertexto com informações relativas ao referido elemento; hiperímida.

nologia específica, a saber:

- **anel**: conjunto com duas operações com determinadas propriedades;
- **base**: elemento que se repete na multiplicação em uma potência;
- **composição**: é transformação de duas funções em uma única;
- **conjunto**: reunião de elementos com características comuns;
- **demonstração**: comprovação que determinada afirmação é verdadeira;
- **domínio**: conjunto que compõe uma função.
- **elemento**: cada componente do conjunto.
- **grupo**: conjunto onde está definida uma operação com determinadas propriedades;
- **imagem**: elemento do contradomínio associado ao elemento do domínio;
- **neutro**: elemento que operado com o outro o resultado é o outro.
- **operação**: função que associa um par ordenado de elementos de um conjunto a um terceiro elemento;
- **potência**: corresponde a um produto de fatores iguais;
- **raiz**¹¹: é o inverso da potência.

A aprendizagem não poderá prescindir do conhecimento linguístico.

¹¹ Quadrada: um número elevado ao quadrado representa a área de um quadrado, cujo lado é esse número.

Cúbica: um número elevado ao cubo representa o volume de um cubo, cuja aresta é esse número.

Especificidade médica

Na área médica, em função de um significado que apresente maior adequação, verificam-se, muitas vezes, mudanças linguísticas, conforme as apresentadas a seguir:

1. aparelho digestivo passou a ser designado por sistema digestório.

Considerando-se que aparelho é a soma de sistemas e que a digestão envolve só um, daí a substituição de aparelho por sistema. Se digestivo é aquilo que facilita, digestório é o local onde ocorre a digestão. Logo, **surge sistema digestório**;

2. perônio foi substituído por **Fíbula**. Perônio é, em verdade, diminutivo de peroné (cravelha¹² (ponta), em francês), botão que ajusta as cordas do violino; fíbula corresponde à união, conforme é o caso do osso que une a parte superior e a inferior da tibia;

3. o tão conhecido Pomo-de-Adão passou à **Proeminência laríngea**. Pomo foi associado à maçã e na simbologia teria migrado para o pescoço do homem por alusão ao pecado original (Adão teria se engasgado com um pedaço de maçã) (fato alusivo à religião);

4. trompa de Falópio também não escapou à mudança e se transformou em **tuba uterina** (epônimos foram abolidos);

5. tendão de Aquiles *transformou-se* em **tendão calcâneo** – calcâneo é o osso ao qual o tendão é preso. E a Mitologia foi superada pela Ciência!

6. rótula, rodinha em Latim, passou a **patela**, disco chato. A opção deve-se ao fato de disco chato lembrar melhor o formato do osso localizado no joelho.

7. Amígdala passou à **Tonsila** (tonsilla,-ae) **palatina**. A primeira forma oriunda de amygdāla, tem uma extensão no clássico amugdālē (em grego = amêndoa). As duas formas têm origem em idiomas diferentes e interfluentes na Língua Portuguesa. Por que optar pela forma latina?

¹² De origem latina (clavícula, -ae), dentre os significados possível encontra-se: Exigir o máximo de alguém.

8. Cúbito passou a **Ulna**, isto é, o osso vai do punho ao cotovelo (cúbito em latim). Mas outro osso do antebraço, o rádio, faz o mesmo.

Ulna no sentido próprio corresponde a antebraço; no sentido poético, a braço.

Há mais: AVC (Acidente Vascular Cerebral) *virou* AVE (Acidente Vascular Encefálico)!

E cálculo renal? Pedra nos rins?

Tem razão: cálculo é para a Matemática, a Engenharia ...

O uso lingüístico produz as mais imprevisíveis situações: imagine alguém mandando o outro calcular (sem máquina, sem números) ao invés de imaginar!

CONCLUSÃO

As palavras são nomes ou rótulos em relação às coisas.

Está mais do que comprovado a relação direta entre as palavras e as coisas por elas designadas. Com um substantivo frequentemente é possível desenhar/representar um objeto denotado.

Isoladamente, uma palavra pouco representa, mas, em conjunto, sofre influências de significado(s) e pode influenciar, contribuindo para a constituição de novos significados, com base em associações.

Sintagmas são constituídos e a presença do uso adjetival indica não uma qualificação, mas sim uma especificação, como é o caso de **mercado** – lugar público coberto ou ao ar livre onde negociantes expõem e vendem gêneros alimentícios e artigos de uso rotineiro.

Desse modo, surgem:

- **mercado aberto**: sistema adotado pelo Banco Central de um país, no qual título, especialmente letras do tesouro, são comprados e vendidos;

- **mercado cambial**: operação efetuada em bolsas;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- mercado de trabalho: estado da oferta e procura de emprego num país, numa região;

- **mercado financeiro**: conjunto formado pelo mercado de capitais e pelo mercado monetário;

- **mercado negro**: venda clandestina de produtos raros ou racionados por preços acima daqueles oficialmente estipulados...

De que modo as palavras podem significar?

A palavra passa a significar realmente não de modo isolado, mas a partir de um uso estrutural.

Saber, por exemplo, que duas frases são semelhantes, quanto ao significado, é saber que podem ser usadas em contextos semelhantes.

Estabelecer um conjunto de relações abstratas entre as frases, sem considerar aquilo a que se referem, seria o mesmo que descrever equivalências de um sistema. Determinar equivalência de significado não é determinar o significado e não há provas de que o conhecimento do significado de uma frase implique o conhecimento do contexto em que é usada.

Aquilo que, gramaticalmente, é uma afirmação, semanticamente pode ser uma ordem:

- Tu vens amanhã.

Pode-se, no caso, provocar uma ação, ao invés de dar uma informação.

É preciso observar ainda a falta de correspondência entre a função gramatical e a diferença existente entre afirmar, perguntar e ordenar.

Recorrendo-se à Semântica, adquire-se a capacidade de explicar as várias leituras possíveis de uma frase.

Conforme afirmou Wittgenstein (Cf. Palmer, [s/d.]: 42), *não procurem o significado de uma palavra, procurem o uso que dela se faz.*

De fato, as palavras têm poder e a função de influenciar com-

portamentos, modos de agir e de pensar, a partir de uma linguagem adequada com a capacidade de transmissão de mensagens. Existe uma grande variedade daquilo e naquilo que se chama *atos de fala*, dentro de uma especificidade e de uma finalidade.

Em verdade, é indispensável que os usuários de uma língua (idioma) tenham plena consciência de uma prática específica, a partir de uma generalização.

Ao se deparar, por exemplo, com o significado de Lei e pensar-se que se deve cumpri-la, surge então imediatamente uma questão: como cumprir-se plenamente aquilo que não se conhece integralmente?

O causídico não pede, ele peticiona – nem sempre para ele próprio, sim, para terceiros.

Há, no caso, um discurso entre um causídico e um não-causídico. Este deseja ou pleiteia algo, que aquele deve traduzir para uma linguagem específica, híbrida – uma mescla de Português e Latim – eivada de *brocardos*.

Assim, propõe-se a devida atenção à Língua *Mater*, lembrando-se de que, segundo Horácio (*Ars poetica* – vol. 70):

Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o que quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- PALMER, F. R. *Semântica*. Lisboa: Edições 70, [s/d.].

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA INSTRUMENTAL
– LEITURA E ESCRITA PARA TECNOLÓGICAS –
O CASO DA UEZO**

Carmem Praxedes (UERJ e UEZO)

RESUMO

O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa Ensino e Práticas de Ensino em Línguas – línguas instrumentais e o universo do discurso tecnológico: caracterização, aplicações e produção de material didático, que faz parte dos estudos que estamos realizando desde 2003 sobre o ensino-aprendizagem de línguas. A nossa experiência educacional levou-nos a perceber a carência ainda existente na aplicação de teorias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, bem como a necessidade de organização de material didático que possa atender ao crescente número de estudantes com tempo reduzido para os estudos, numa sociedade do E-Learning. Neste sentido, o trabalho que ora apresentamos buscou associar às teorias lingüísticas e semióticas a sua aplicação no cotidiano escolar

Palavras-chave:

Ensino; Língua Portuguesa; Língua Instrumental; Leitura; Escrita

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9.394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, em especial a parte que se refere às Linguagens códigos e suas tecnologias, bem como o documento crítico produzido pelos Professores Luiz Paulo da Moita Lopes e Rosane Helena Rodrigues Rojo (p. 14-59) preconizam o enfoque que os professores de línguas devam dar ao seu ensino, ou seja, todo e qualquer cidadão deve saber lançar mão de estratégias lingüísticas e discursivas que tornem o seu texto (escrito ou falado) capaz de comunicar aquilo que outrem intencionou, convencendo o leitor de através de sua eficiência e eficácia. Pois, todo o profissional necessitará narrar, argumentar, descrever e dissertar em muitos momentos de sua vida laborativa.

Embora os PCN’s dêem destaque, primeiramente, para o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades de leitura e escrita, o artigo dos professores acima citados aponta para as quatro habilidades lingüísticas e para as incoerências existentes nos PCN’s.

É importante salientar que o caso brasileiro de ensino de línguas instrumentais para leitura tomou por base os estudos da PUC-SP, que caracterizou o ensino instrumental de acordo com a comunidade de ofício, dessa forma, temos as línguas para o Direito, Medicina, Economia etc.

No caso europeu, o ensino de línguas tem sustentação no projeto europeu do fazer a Europa, com vistas à superação da hegemonia mundial dos Estados Unidos, ou seja, para os Europeus o mais importante é o estudo de línguas em busca do reconhecimento de uma identidade européia sem o massacre das minorias populacionais e lingüísticas, por isso, a ênfase na oralidade, na comunicação direta entre os cidadãos desse continente, tão bem sinalizada no Quadro Comum Europeu para o Ensino de Línguas (Frameworks).

Atentando para a nossa realidade, mas sem perder de vista os processos globais, necessitamos propiciar aos nossos estudantes condições de superar as dificuldades históricas, para não sedimentarmos a estrutura social. Neste sentido, o ensino de línguas com o enfoque instrumental, caracterizado no Brasil a partir do levantamento das necessidades, vem colaborar substancialmente com todo o tipo de formação, seja ela técnica, científica ou humanística.

Assim, tão logo seja possível notar uma mudança de atitude didática na sala de aula da Educação Básica, poderemos conseqüentemente, adotar outro enfoque no Instrumental ensinado na Educação Superior. Enquanto isso, a realidade é a do binômio leitura e escrita, voltado para as línguas de especialidade, com vistas a possibilitar o entendimento de textos técnicos em línguas estrangeiras.

A chamada língua de especialidade nada mais é do que um recorte da língua geral, cujo léxico é direcionado para um tipo de trabalho. Como domínio da Lingüística, temos a Terminologia que se dedica à organização de termos, desde o processo de conceptualização, buscando atender às necessidades de designação das tecnologias e de seus componentes em intenso processo de desenvolvimento. Dessa forma, o professor de língua instrumental para leitura e escrita, quer seja de língua estrangeira ou de língua materna, não precisará, em boa parte dos casos, organizar um vocabulário terminológico para auxiliar o aluno no desenvolvimento das habilidades lingüísticas citadas, entretanto, os seus esforços estarão voltados para a cri-

ação/seleção dos caminhos possíveis ao desenvolvimento da aptidão de leitura e produção de textos. Isto posto, podemos concluir que os conhecimentos terminológicos organizados para as línguas de especialidades estarão a serviço dos utentes das línguas instrumentais.

A aptidão para ler e produzir textos com proficiência é o mais significativo indicador de bom desempenho linguístico (FIORIN & SAVIOLI: 2003: 3-4). Diferentemente daquilo que alguns pensam, saber usar a língua (e a linguagem) não se reduz ao saber dar nome aos termos gramaticais, para a maioria dos usuários da língua é muito mais importante saber usá-la – porque a significação ocorre em situação discursiva –, do que denominar as suas partes (classes gramaticais). Naturalmente que o conhecimento articulado da gramática proporcionará maiores êxitos discursivos, mas isto não ocorre a partir da segmentação estrutural e sim a partir da atualização das estruturas em situação discursiva. Outro aspecto que deve ser considerado para o aprimoramento das competências linguísticas e discursivas é a obrigação do fazer, ou seja, por qual motivo alguém precisa estar constantemente produzindo textos? Para se comunicar no mundo do trabalho. Diante deste imperativo, surge um outro: é necessário estar em constante processo de aprendizagem sobre a linguagem dos diversos ofícios, que, por sua vez, encontra-se em constante processo de retro-alimentação e (auto)-regulagem, pois o mundo do trabalho, aquele do fazer e da criação, não é estático. Ele está sempre se modificando em busca de atender mais rápida e satisfatoriamente às necessidades da humanidade. Diante de tal dinamismo, a instituição escolar em qualquer nível, precisa estar sempre disponível, ou melhor, acessível.

Sob os pressupostos do e-learning, a Educação não é mais aquela de outrora, mas as mudanças ocorrem principalmente nos instrumentos de difusão dos saberes, não em seus princípios, pois a Educação ainda objetiva propiciar condições para o desenvolvimento do homem-cidadão, internamente a um processo em que o conhecimento e o saber sejam instrumentos auxiliares ao desenvolvimento de sua identidade individual e social. A Educação aponta para uma espécie de autonomia articulada com o todo através da valorização das diferenças. Neste sentido, podemos entender que as diferenças contribuem para a construção e afirmação da identidade em um mundo bastante difuso e competitivo, em que as sociedades precisam

estar preparadas para atender as demandas tecnológicas e, ao mesmo tempo, reforçar o eu material e espiritual de cada pessoa em direção do seu próprio ser. Desta forma, temos a tensão entre o mundo do fazer e o do ser, muitas vezes ocultado por um poder-ter exacerbado.

Em busca de ocupar e definir o seu lugar no mundo do trabalho, o jovem segue na consolidação de seus conhecimentos ainda na Educação Superior, em crescente processo de democratização no Brasil.

As chamadas reformas educacionais¹³ são de fato uma nova ótica sobre o processo de ensino-aprendizagem, que está sendo bastante difícil de ser incorporado plenamente por aqueles que não aprenderam a conviver com o relativismo das ciências. Mas, como toda mudança tem seus adeptos, nós compartilhamos da visão de que uma aula é um movimento muito além dos limites de espaço.

Estamos falando da Educação à Distância e do long life learning, prática educacional que dura todo o percurso da existência, com vistas a atender a necessidade de atualização profissional e extra-profissional, bem como para viabilizar a capacidade de mudança interior e adequação às rápidas mudanças do ambiente natural e cultural.

Pensando em qual perfil de homem e de mulher queremos formar, para que servirá esta Educação, qual é o perfil de professor e qual projeto educativo se adequa a uma determinada realidade; nos damos conta de que o profissional que desejamos é aquele que possa lançar mão de sua autonomia de estudo, para além do tempo das aulas presenciais.

Surge, então, o professor-tutor, disposto a colaborar continuamente neste processo de aprendizagem, lançando mão das diversas modalidades de ensino (presencial, semipresencial e à distância). Neste contexto histórico, justificam-se as ações concretizadoras do acesso rápido e relativamente autônomo ao saber, como a tutoria *on-*

¹³ Discordamos do termo reforma, pois entendemos que as propostas educacionais que estão sendo postas em prática não devem ser consideradas apenas como um reorganizar das formas pré-existentes, mas um verdadeiro tirar os véus dos estudantes que outrora não tinham acesso espontâneo à informação, através da *www*.

line com a preparação de material didático que possa ser um dos elementos viabilizadores de tal proposta.

Este trabalho contempla parcialmente um dos objetivos do projeto citado no resumo: o de propor um modelo básico de ensino de Língua Portuguesa Instrumental – leitura e escrita para Tecnológicas para os alunos do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, no Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

O método será indutivo com uma abordagem pancrônica e uma visão sistema-estrutura dinâmica.

No início de 2006/1 organizamos um levantamento de necessidades que circulou pelas oito turmas iniciais, totalizando um universo de 360 alunos. Neste questionário, foram feitas perguntas em relação às possíveis dificuldades ainda existentes em relação à língua portuguesa, tais como: Você sente dificuldades no uso da crase? E Você seria capaz de descrever um objeto ou pessoa, através da língua escrita, em 20 min, usando uma lauda inteira de acordo com a variante padrão da língua portuguesa?

Para a elaboração das perguntas consideramos o relatório do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, de 2000, cujos resultados podem ser sintetizados em uma grande defasagem de leitura em nosso país, em decorrência de as escolas brasileiras andarem na contramão do que pede o PISA. Elas têm um ensino superficial, quilométrico, sem atenção para o detalhe e o uso cuidadoso da linguagem. (cf. Pisa 2000: 83). Neste questionário as competências gramaticais foram associadas às discursivas, com vistas a verificar o saber operacional da língua portuguesa necessário para ler uma bula, uma receita ou um texto literário.

Além deste material, analisamos as produções textuais dos alunos em torno do tema resumo científico, uma vez que o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste é um Centro Tecnológico, com foco em carreiras desta área do saber, optamos por uma produção textual com ênfase em resumos, artigos e relatórios científicos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nas turmas ingressantes, notamos uma diferença entre três e uma delas, que se destacava. Como boa parte dos alunos UEZO estavam cursando uma outra faculdade, possivelmente isto se refletia no tratamento que a turma destaque dava ao aprendizado e na capacidade de atenção concentrada e realização de perguntas no decorrer das aulas.

O terceiro material componente do *corpus* eram as avaliações, que foram elaboradas, inclusive, considerando o relatório do PISA e com parte das provas de 2000.

Consideramos para a análise do *corpus* os pressupostos de Coseriu (1980), principalmente aqueles referentes ao sistema, norma e falar concreto; a revisão de Pais (1993: 330-73) sobre os processos de estruturação do significado linguístico: da análise da experiência à manifestação discursiva, os estudos de Eco (2001) e os de Bechara (2001). Sinalizamos na produção textual acima os desvios normativos, suas implicações discursivas e as construções textuais incoerentes. Para tanto, foi criada uma tabela com os seguintes corretores:

ORTOGRAFIA, PONTUAÇÃO	OP
ACENTUAÇÃO, CRASE	AC
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VER.	CNV
REGÊNCIA NOMINAL E VER.	RNV
COESÃO	CS
COERÊNCIA	CR
ESTRUTURA DO PERÍODO	EPE
ESTRUTURA DO PARÁGRAFO	EPA
RELAÇÕES SENTIDO/SIGNIFICAÇÃO	RSS

Ainda não consideramos que a tabela acima, enquanto instrumento de avaliação, dê conta das competências discursivas, mas ela ainda se encontra em processo de organização.

RESULTADOS

Os resultados encontrados com esta amostragem contribuirão para a revisão das estratégias de ensino, tais como o iniciar as aulas por um texto mais geral e, a partir de sua discussão, apresentar a tipologia do discurso científico (relatórios, artigos, resumos etc.), a revisão dos autores dos conteúdos gramaticais selecionados e a proposição direta, ou seja, a escritura da tipologia do resumo e artigos científicos.

CONCLUSÃO

Validamos a nossa proposta, pois consideramos que o ensino da Língua Portuguesa em nível superior tenha de ter um caráter aplicado às necessidades de ofício dos alunos e que o professor comprometido deva, apesar das disfunções da estrutura educacional brasileira, associar as teorias de ensino-aprendizagem de línguas à prática em sala de aula. Sabemos, entretanto, que algumas Instituições de Ensino, principalmente as particulares, não viabilizam, minimamente, tal prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CASTAGNO, Eugênia L. M. (org.). *O que há de novo na educação superior*. Campinas: Papirus, 2000.

CASTRO, Maria Fausta Pereira de. (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1996.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem - estudos de teoria e metodologia lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1997.

———. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Bauru: EDUSC, 2001.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions semantico-syntaxiques et sémio-tiques de La productivite systemique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'Etat ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris: Université de Paris- Sorbonne (Paris IV), Lille, Atélier National de Réproduction des Thèses, 1993.

PISA 2000 Relatório Nacional. Brasília, INEP, 2001.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues & LOPES, Luiz Paulo da Moita.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”. In:

<http://www.mec.gov.br/seb/pdf/02linguagens.pdf>

06/02/06.

Acessado em

POLISSEMIA E/OU HOMONÍMIA¹⁴

Rosana de Vilhena Lima (UFES)

RESUMO

O léxico da língua portuguesa expande-se em um processo dinâmico. Os processos de expansão do léxico, por vezes, geram dificuldades quanto à definição da existência de um item lexical dotado de múltiplos sentidos (polissemia) ou de itens lexicais distintos com formas idênticas (homonímia), essas dificuldades são objeto deste estudo. O trabalho apresenta conceitos de polissemia e homonímia na concepção dos gramáticos Rocha Lima e Evanildo Bechara e dos linguistas Matoso Câmara, Mário Perini e Margarida Basílio, expõe a necessidade da investigação de critérios que definam a ocorrência de polissemia e/ou homonímia e sugere uma forma prática de apresentação do tema aos aprendizes da língua portuguesa.

Palavras chaves: Polissemia. Homonímia. Ensino.

INTRODUÇÃO

A necessidade de se nomear elementos e fatos novos que se inserem em determinado contexto colaboram para a expansão do léxico. Esse processo de expansão do léxico pode ocorrer de diferentes formas, entre elas o desenvolvimento de homofonias. A extensão de significado e outras alterações semânticas são, também, fatos observados na língua. A flexibilidade do léxico da língua portuguesa do Brasil e as alterações semânticas propiciam a ocorrência da polissemia ou/e homonímia, fenômeno(s) amplamente discutido(s) por gramáticos e linguistas. Neste trabalho a questão é apresentada através dos conceitos de polissemia e/ou homonímia propostos pelos gramáticos Rocha Lima e Evanildo Bechara e pelos linguistas Matoso Câmara, Mário Perini e Margarida Basílio bem como a problemática abordada por esses estudiosos. São consideradas as divergências entre gramáticos, linguistas e lexicógrafos e apresenta-se uma pro-

¹⁴ * Este artigo é resultado dos estudos desenvolvidos no curso Os processos de formação de palavras e as relações morfossintático-semânticas na leitura de textos literários, acadêmicos, jornalísticos, charges, tiras e propagandas, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Auciene Smarsaro, realizado no período de março de 2005 a março de 2006 e apoiado pelo CLC/DLL/CCHN/UFES no desenvolvimento de Projetos de Pesquisas, Ensino e Extensão

posta de abordagem da polissemia/homonímia para o ensino fundamental e o ensino médio.

UMA ABORDAGEM À LUZ DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

A polissemia e a homonímia são estudadas em Rocha Lima (2005: 485-487) no capítulo que trata das *Funções da linguagem Gramática e estilística*, a abordagem da polissemia é feita no âmbito da denotação. A polissemia é apresentada como a “multiplicidade de sentidos imanente em toda palavra” que possui estrita dependência do contexto e que tem como resultado a sinonímia. Os exemplos propostos são os sentidos do verbo *romper* em:

- Rompeu a roupa no arame farpado. (*rasgou*)
- Romper um segredo. (*revelar*)
- Romperam as músicas! (*princiariam*)
- O senador *rompeu* com o governo. (*brigou com, desligou-se de*)
- A cavalaria *romperá* as hostes inimigas. (*destróçar*)

Ou os do adjetivo *grave*, em:

- Doença *grave*. (*séria, capaz de ocasionar a morte*)
- Voz *grave*. (*baixa*)
- Vocábulo *grave*. (*paroxítono*)
- Homem de aspecto *grave*. (*circunspecto, sisudo*)

O autor sugere dois procedimentos para a averiguação da conotação ou denotação entre uma ou mais palavras:

- a substituição de uma palavra por outra ou outras em um dado contexto e
- a determinação do antônimo comum ou distinto de cada uma dessas palavras.

As questões enfatizadas são as relações conotação/denotação e sinonímia/antonímia, não é trabalhada a noção ou o conceito de polissemia, propriamente dito.

A homonímia é descrita por Rocha Lima (2005: 487) como “fator de perturbação da boa escolha das palavras”, o autor afirma que deveriam ser consideradas homônimas as palavras “que, tendo origem diversa, apresentam a mesma forma, em virtude de uma *coincidência* na sua evolução fonética”. É considerada também a homonímia entre palavras

que, possuindo forma idêntica, designem coisas distintas:

cabo (posto militar) cabo (acidente geográfico)

real (verdadeiro) real (de rei)

É mencionada a existência de homônimos homófonos (palavras que apresentam os mesmos fonemas, mas são escritas de forma distinta) e de parônimos (palavras de formas semelhantes, por isso, freqüentemente confundidas).

A questão da contigüidade entre homonímia e polissemia e as semelhanças entre esses dois fenômenos não são explicadas, sequer são mencionadas por Rocha Lima (2005).

Na *Moderna gramática portuguesa* Evanildo Bechara (2004) trata da polissemia e da homonímia na parte destinada à *gramática descritiva e normativa* no item *alterações semânticas da estrutura das unidades: análise mórfica*. Para Bechara (2004: 402) a polissemia

É o fato de haver uma só forma (significante) com mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes. [...] cada um desses significados é preciso e determinado:

[...]

cabo (cabeça, extremidade, posto na hierarquia militar) – *cabo* (= parte de instrumento por onde esse se impunha ou utiliza: *cabo* da faca)

O autor considera esse fato da língua (polissemia ou homofonia) distinto de variação semântica, relacionada ao sentido diverso das palavras em determinado contexto. É ressaltada a necessidade de se conferir se há ocorrência de homofonia / polissemia ou uma variação semântica.

O conceito de homonímia bem como a questão dos homófonos (palavras que apresentam os mesmos fonemas, mas são escritas de forma distinta) e homógrafos (palavras que se escrevem com as mesmas letras, mas que correspondem a fonemas distintos) é apresentado de acordo com o *Dicionário de lingüística e gramática* de J. Mattoso Câmara Júnior (1977). Bechara (2004: 403) salienta a dificuldade de se distinguir polissemia e homonímia, apresenta os seguintes critérios para indicar a ocorrência de um item lexical com significados distintos (polissemia) ou dois itens lexicais distintos com fonemas idênticos (homonímia):

- a) critério histórico-etimológico – é o que fazem, em geral, os nossos dicionários;
- b) a consciência lingüística do falante;
- c) critério das relações associativas;
- d) critério dos campos léxicos.

destacando que estes critérios estão todos sujeitos à crítica.

UMA ABORDAGEM À LUZ DA LINGÜÍSTICA

No *Dicionário de lingüística e gramática*, J. Mattoso Câmara Júnior (1985: 194), polissemia é definida como “propriedade da significação lingüística (v.) de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto” e essa propriedade, presente em todas as formas da língua não se confunde como a homonímia, descrita por Câmara Júnior (1985: 139) como a

propriedade de duas ou mais formas, inteiramente distintas pela significação ou função, terem a mesma estrutura fonológica: os mesmos fonemas dispostos na mesma ordem e subordinado ao mesmo tipo de acentuação; ex.: a) *um homem são*; b) *São Jorge*; c) *são várias as circunstâncias*,

os critérios diacrônico e sincrônico são apresentados como apropriados para distinguir polissemia e homonímia, não são consideradas as dificuldades advindas da aplicação desses critérios nem as críticas a eles dirigidas.

A problemática de estabelecer uma distinção entre polissemia e homonímia é apresentada por Perini (1995) na *Gramática descritti-*

va do português. No capítulo destinado à semântica Perini (1995: 250-1) considera a polissemia uma “propriedade fundamental das línguas humanas” e afirma que “a maioria das palavras são polissêmicas em algum grau”. O autor ressalta a importância, para a descrição gramatical, de se estabelecer uma diferenciação entre os seguintes fatos linguísticos: um item lexical com mais de um significado e dois itens lexicais com a mesma pronúncia e grafia, polissemia e homonímia respectivamente. Segundo Perini (1995: 250) a proposta tradicional para a resolução do problema é estabelecer um limite entre “duas palavras (dois itens lexicais) quando há uma diferença de classe gramatical, ou então quando há uma diferença semântica grande e nítida.” A primeira solução, para o autor, é relativamente simples ao passo que a segunda torna-se problemática por não definir o que é uma diferença semântica “grande e nítida” nem tratar dos casos intermediários. Perini conclui que a dificuldade em delimitar polissemia e/ou homonímia aponta para a falta de um conceito mais preciso de item lexical.

A questão homonímia e/ou polissemia também é discutida na obra *Formação de palavras no português do Brasil*, onde Basílio (2004:15-6) afirma:

Quando os significados de uma palavra são relacionados, damos à situação o nome de *polissemia*. Quando os significados não são relacionados, em geral é preferível considerar que se tratam de palavras distintas, ainda que com a mesma forma fonológica. Nesse caso, denominamos a situação de *homonímia*.

Basílio considera a problemática de estabelecer posições definitivas quanto às diferenças no comportamento relativo ao gênero das palavras que apontariam para a classificação das mesmas como homônimas e/ou polissêmicas e afirma que:

A questão homonímia/polissemia continua sendo discutida tanto teoricamente quanto em termos de casos particulares. Temos, portanto, um problema permanente em relação ao conceito de palavra.

A autora, numa análise mais aprofundada aponta, à semelhança de Perini, o problema subjacente à questão primeiramente apresentada (homonímia/polissemia).

A PROBLEMÁTICA
ENTRE GRAMÁTICOS, LINGÜISTAS E LEXICÓGRAFOS

Pode-se constatar a fragilidade de alguns critérios utilizados para determinar a existência de um ou mais itens lexicais ao observar que Rocha Lima (2005: 487) apresenta como exemplo de *homonímia* a distinção entre as palavras *cabo* (posto militar) e *cabo* (acidente geográfico), Câmara Júnior (1985: 140) também adota essas palavras como homônimas ao explicar a utilização do critério sincrônico na distinção entre homonímia e polissemia. Bechara (2004: 402), por sua vez, exemplifica a polissemia com a palavra *cabo* – posto militar – e *cabo* – “parte de instrumento por onde esse se impunha ou utiliza: *cabo* da faca”.

Considerando que o posto de *cabo* situa-se numa extremidade da escala hierárquica militar; *cabo* “parte de instrumento por onde esse se impunha ou utiliza”, é uma extremidade de um instrumento; assim como é uma extremidade o acidente geográfico *cabo*, ou seja, uma “ponta ou porção de continente que avança mar adentro, formando prolongamento ou saliência do litoral” (Houaiss *et alii*, 2004), pode-se admitir uma relação de sentido entre as três acepções da palavra *cabo*.

Entre os dicionaristas também não há consenso quanto à existência de um ou mais itens lexicais. Luft (2001:131) registra, em seu dicionário, apenas uma entrada para a palavra *cabo*, contudo, Houaiss (2004) e Ferreira (1993:83) registram mais de uma entrada para o substantivo masculino *cabo*. Observa-se o seguinte fato: Houaiss e Ferreira registram duas entradas para a palavra *cabo*; Rocha Lima (2005) e Câmara Júnior (1985) consideram *cabo* (posto militar) e *cabo* (acidente geográfico) homônimos, ou seja, admitem a existência de dois itens lexicais; contudo Houaiss (2004) e Ferreira (1993) consideram *cabo* (posto militar) e *cabo* (acidente geográfico) acepções de uma mesma entrada lexical, ou seja admite a existência de um item lexical (polissemia).

UMA PROPOSTA DE ENSINO

Diante da divergência que ocorre com relação à determinação da ocorrência de polissemia e/ou homonímia é imprescindível que os

professores de Língua Portuguesa exponham a questão de forma equilibrada enfatizando as possibilidades e efeitos produzidos pela utilização da polissemia/homonímia, tornado assim a produção e compreensão do texto escrito e oral mais criativo e atraente.

No gênero publicidade encontram-se diversos textos que utilizam a polissemia/homonímia, a fim de tornar o enunciado mais atraente, exemplo deste fato é a propaganda do governo do estado da Paraíba veiculada na revista *Isto é* de 08 de dezembro de 2004:

“Entre Recife e Natal, entre em João Pessoa.”

A empresa responsável pela publicidade certamente não se ateve às questões teóricas que envolvem polissemia/homonímia, mas utilizou, de forma criativa, esse fato da língua para divulgar os atrativos turísticos do estado da Paraíba. O enunciado “Entre Recife e Natal, entre em João Pessoa” ocupa lugar de destaque na propaganda. A localização geográfica da capital da Paraíba, João Pessoa, é dada no enunciado que apresenta a topicalização da preposição *entre*. O verbo *entrar* convida o leitor a conhecer a cidade. Na parte inferior da página há um retângulo com a seguinte informação: “RECIFE/JOÃO PESSOA – 120 Km / NATAL / JOÃO PESSOA – 185 Km” e logo abaixo, lê-se o texto: “**Entre**, fique à vontade e descubra o que o mundo está descobrindo: [...] Um lugar tranqüilo **entre** o rio e o mar [...]. Aproveite que você está pertinho e **entre** [...]”, (grifo nosso). Alterna-se assim a preposição *entre*, que aponta a localização geográfica de João Pessoa e o verbo *entrar* que convida o leitor ao turismo naquela localidade. Observa-se assim, a importância da utilização da polissemia/homonímia na linguagem publicitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade e o volume das pesquisas sobre polissemia e/ou homonímia, realizadas pelos estudiosos da língua portuguesa do Brasil, são notórios, assim como o é a dificuldade de se estabelecer uma distinção precisa entre polissemia e/ou homonímia e a necessidade de uma descrição gramatical detalhada que permita a apreensão dos fatos da língua de forma mais esclarecedora e que sirva de instrumento para outras pesquisas. Tendo em vista que não há um consenso entre gramáticos, linguistas e lexicógrafos quanto à existência de

um ou mais itens lexicais, em determinados casos, e que os critérios propostos para a diferenciação de polissemia e homonímia são questionáveis, sugere-se que o ensino do tema para os alunos do ensino fundamental e do ensino médio privilegie a exposição dos conceitos de polissemia e/ou homonímia sem a imposição de uma postura rígida e a exposição desse(s) fato(s) lingüístico (polissemia/homonímia) como instrumento(s) para a produção de textos orais e escritos e uma leitura mais completa dos textos/fatos que o circundam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Melo, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>
Acesso em: 04 de junho de 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 20ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática da língua portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

**TOPOI ARGUMENTATIVOS
NOS PROVÉRBIOS E DITOS POPULARES**

Tatiana Souza Magioli (UFF – FAMA)

RESUMO

Este trabalho inclui-se no estudo da Linguística da Enunciação. Focalizar-se-á a teoria da argumentação e as formas tópicas que a ela se atribui. A partir das inferências dos provérbios, com a presença de conectivos e operadores, tem-se a finalidade de se descobrir a gradualidade do “lugar comum argumentativo” – o *topos*, que especificarão a forma tópica a ser utilizada. Pode-se dizer que antes mesmo da palavra expirar seu significado, esta se associa a um *topos*, porque a argumentação está na língua, uma vez que todo enunciado possui, seguramente, uma conclusão, fundada na invocação de um *topos*.

Palavras-chave: Provérbio. Argumentação. Topos.

**A MARCA DA GRADUALIDADE
NOS PROVÉRBIOS POPULARES**

Como objeto deste trabalho, serão abordados, minuciosamente, alguns provérbios populares, a fim de mostrar que estes possuem o valor de verdade também fundamentado num *topos*¹⁵ argumentativo.

A definição de provérbio encontrada nos dicionários faz-se necessária para este estudo. Encontra-se como definição nos dicionários: *frase curta, de origem popular que sintetiza um conceito a respeito da realidade ou uma regra social ou moral; ditado popular; sentença moral; máxima expressa em poucas palavras; anexins, rí-fão etc.*

¹⁵ **tópos** — A palavra *topos* (plural, *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *lócus communis*, de que resultou *lugar comum*. (1) Fundamentalmente, um *topos* é um *elemento de uma tópica, sendo uma tópica* heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergirem argumentos. (2) Um *tópos* é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base. (Charaudeau, 2004:474)

“Compreendo os *topoi* muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de *topoi* (“paquet de *topoi*”), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis”. (Ducrot, em entrevista à Revista Delta, em fevereiro de 1998)

Tais definições nos conduzem a algumas verdades: a *moral*, por exemplo, é um conjunto de valores como a honestidade, a bondade, a virtude, considerados universalmente como norteadores das relações sociais de conduta dos homens. Os provérbios são, em geral, moralizantes; *ditado popular*, ditado é uma verdade de valor geral, que unido à palavra popular, tem-se como a verdade do povo, a voz do povo; *máximas* são regras ou princípios morais.

Devido ao caráter popular dos provérbios, estes são considerados a “voz do povo”, a “voz da verdade”, o qual se pode comprovar com um provérbio bastante comum: “A voz do povo é a voz de Deus”. Todavia, não só a história e o reconhecimento popular conferem ao provérbio um caráter persuasivo, há também elementos importantes, que reforçam o poder de argumentação do enunciado proverbial. É bastante provável que um mesmo provérbio possua diferentes argumentações de acordo com os vários contextos em que são empregados.

Incontestavelmente, a origem dos provérbios se fixa na sabedoria popular, porquanto estes fazem parte do folclore cultural de cada povo. Os provérbios não possuem data nem autor. Suas manifestações vêm de geração a geração concretizando-se do passado ao presente.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O corpus utilizado para este estudo são provérbios do discurso cotidiano. Deter-nos-emos no estudo da lingüística da enunciação, da pragmática e da semântica discursiva, com base nos trabalhos de Bakhtin, Koch e Fiorin, sobretudo, Maingueneau e Ducrot.

A partir dos estudiosos relacionados, verifica-se que a relação entre enunciação e interação social é inseparável, primordialmente no que diz respeito ao estudo dos provérbios.

Os provérbios são formas cristalizadas pela comunidade, evidenciando, como chama Maingueneau (1987), uma “citação de autoridade”, visto que são enunciados conhecidos por uma coletividade e, não podem ser abreviados, nem reformulados, pois “constituem a própria palavra em sua fonte”. Em “A justiça de Deus tarda, mas não

falha”, além do provérbio, como uma máxima, há a figura de Deus como autoridade, que denota valores de verdade, expressando a voz do povo, manifestando a sabedoria popular num determinado meio social.

Os enunciados proverbiais constituem um tipo de gênero discursivo, formado, em sua maioria, por estruturas curtas e binárias, o que facilita a memorização, pois possuem, além da estabilidade temporal, rimas, figuras de linguagem e simetria sintático-semântica.

Para que o provérbio não perca sua verdade absoluta e seu caráter de citação de autoridade, é preciso ser reconhecido e compartilhado por seus interlocutores, que devem ser capazes de desvendar os implícitos para revelar seu sentido.

No exemplo do provérbio “macaco velho não mete a mão em cumbuca” é cristalizada a idéia de que aquele que tem experiência de vida não comete imprudências; assim também “gato escaldado tem medo de água fria”, refere-se às lembranças de que más experiências nos tornam, com o passar do tempo, cautelosos e prudentes.

Essas são, portanto, as mensagens convencionalizadas as quais dependem da interpretação adequada do destinatário. Como diz Maingueneau (2004) “os provérbios permanecem estáveis através dos tempos”, “sendo interpretáveis fora de qualquer contexto singular”, caso não ocorra a interpretação, o provérbio não alcançará seu valor.

Destarte para que os provérbios sejam entendidos como tais é preciso que haja uma competência discursivo-pragmática, inclusive naqueles que possuem operadores argumentativos, dos quais se fará valer o *topos* inferido, uma vez que este é, assim como os provérbios, uma verdade institucionalizada, um lugar comum.

Ducrot introduziu o termo ‘operadores argumentativos’, para se referir, na Semântica da Enunciação, aos conectores da Sintaxe. Para tanto, analisar-se-ão os provérbios e seus respectivos *topoi* sob a óptica deste autor, na qual o semanticista teoriza que “a argumentação está na língua”, tendo como foco de interesse a questão da argumentação.

A PERSUASÃO

Persuadir é a tentativa de levar o outro a aceitar determinada questão, assunto, conhecimento, aceitando-a como verdade. Segundo Fiorin (2004:52),

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.

Os provérbios possuem importância no contexto social por serem eles mesmos, verdades absolutas de conhecimento universal e trazem ora explícita, ora implícita essa tentativa de persuasão. Os provérbios são invocados como tradição e autoridade, na qual o enunciador não possui voz, fazendo-se omitir diante da opinião geral, contrariando a posição superior e de responsabilidade que exerce junto ao destinatário. O falante não tem a voz, mas passa a autoridade - Característica da propriedade da generalidade, prevista por Ducrot.

Há provérbios que possuem um teor de verdade tão forte, que não há espaço para contestação. A sua argumentação é tão absoluta e precisa que o destinatário não oscilará em aceitar a mensagem, que será recebida sem refutação, devido ao seu caráter convincente.

Vejam-se alguns provérbios que possuem seu caráter inflexível:

(1) Contra a morte não há reza forte.

Por ser a morte, algo inevitável, esse raciocínio não admite ponderações.

(2) De grão em grão a galinha enche o papo.

A economia também é um meio de enriquecimento e, mesmo que seja de pouco em pouco, um dia se consegue o que quer.

(3) A verdade é como o azeite, sempre vem à tona.

A presença das palavras *verdade* e *sempre* transmite ao provérbio um caráter rígido e concludente, característica irretocável nos provérbios.

Pode-se observar que as palavras contidas nos provérbios, em sua maioria, possuem sentido conotativo e não-literal. São as chamadas figuras de retórica ou figuras de linguagem, característica importante nos provérbios para despertar interesse no destinatário.

Em alguns provérbios, percebem-se características de caráter variante, todavia, a idéia como é colocada pelo enunciador ratifica apenas uma idéia, mesmo havendo a impressão de mais de uma possibilidade. Esses são, principalmente, os provérbios com operadores argumentativos.

Vejam-se os exemplos:

(4) A língua não é de aço, mas fere.

Com a presença de figuras de linguagem, pode-se ter, no exemplo (4), a conclusão de que, por não ser de aço, a língua não causará estragos, contudo, o conectivo “mas” carrega na segunda oração a verdade imposta pelo enunciador, de que a língua “fere”. De acordo com o livro dos provérbios (Souza, 2001) “As feridas causadas por uma língua maledicente são difíceis de cicatrizar”.

Nos exemplos (5 e 6) abaixo, percebe-se um implícito na primeira asserção de base, o qual é refutado com a presença da contra-expectativa, representada pelo operador argumentativo “mas”.

(5) A justiça tarda, mas não falha.

(6) Deus dá farinha, mas não amassa o pão.

Em (5) há a possibilidade de que a justiça demora a acontecer, todavia, a verdade imposta é a de que ela sempre acontece. Em (6), a contra-expectativa mostra que cada um deve buscar o seu próprio sustento com as oportunidades recebidas. O operador “mas” transporta um argumento mais forte em contradição ao que fora mencionado anteriormente.

Há ainda, provérbios que figuram no caráter emocional e racional do destinatário. Nestes estão associados sentimentos, emoções, cautela, e possuem, também, caráter rígido, devido à imposição atribuída.

(7) Quem ama o perigo nele perecerá.

Essa máxima extraída da Bíblia (*Eclesiástico*, 3, 27) adverte aos que vivem com audácia, sem medo de correr riscos e, por isso, acabam por encontrar o mal. (Quem o mal procura o mal encontra). Os outros exemplos abaixo também remetem para razão e/ou emoção, mantendo implícito algum valor ou verdade.

(8) Vão-se os amores, ficam as dores.

(9) A paixão cega a razão.

(10) As aparências enganam. (Quem vê cara não vê coração).

A persuasão é presente na argumentação, porque é “o modo de convencer alguém sobre a verdade de certos fatos ou a necessidade de tomar certas atitudes” (Guimarães, 2005: 78).

A argumentação é vista como o dito que não foi dito no acontecimento, um implícito, que será levado à questão do *topos*.

Para Koch (2003: 64),

Ao usar-se um provérbio, produz-se uma “enunciação-eco” de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico, representante da opinião geral, da *vox populi*, do saber comum da coletividade.

A VOZ DO POVO: A QUESTÃO POLIFÔNICA

Polifonia pode ser entendida como o fenômeno pelo qual, num mesmo discurso, é possível reconhecer várias “vozes”. Esta idéia foi introduzida, nas ciências da linguagem, por Mikhail Bakhtin e desenvolvida ordenadamente por Oswald Ducrot.

O primeiro considera que “a língua é deduzida da necessidade do homem de auto-expressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho se reduz à criação espiritual do indivíduo” (Bakhtin, 2003: 270).

Para Bakhtin (*Apud* Koch, 2003: 64), “a palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído”.

Em ambos os autores, o termo polifonia constitui vozes do eu e do outro no processo do enunciado. Nos provérbios, essa polifonia ocorre de forma especial e menos visível, visto que se trata da ‘voz do povo’, nos quais não há originalidade no discurso.

Segundo Maingueneau (2004: 169), “o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inumeráveis enunciações an-

teriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio”. O provérbio é, portanto, de natureza polifônica, já que seu enunciado fora produzido outrora por distintos enunciadores, conferindo à voz do povo, toda a obrigação e a responsabilidade por proferi-lo.

Ducrot (1987) inicia uma teoria que distingue “sujeito falante”, “locutor” e “enunciador” do enunciado. O sujeito falante se encaixaria no produtor físico do falar, possibilitando criar o enunciado através do processo físico-mental. O locutor seria o responsável pelo ato ilocutório¹⁶, pela enunciação, aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade das intenções do que é produzido.

Nos provérbios, o enunciador pode, em seu ato ilocutório, fazer relações de certos elementos lingüísticos às pessoas do discurso, inclusive, fazendo referências na situação comunicativa. O enunciador pode ser também, concomitantemente, o locutor e o sujeito falante.

A presença do pronome QUEM é marca comum nos provérbios, tendo em vista que estes são enunciados cabíveis de referência a qualquer pessoa, a impessoalidade do pronome marca diferentes vozes, conferindo-lhe a questão da polifonia. Atente para análise dos provérbios:

- (11) “Quem não arrisca, não petisca”.
- (12) “Quem não se comunica, se trumbica”.
- (13) “Quem não tem cão, caça com gato”.
- (14) “Quem nasceu para força não morre afogado”.
- (15) “Quem vê cara não vê coração”.

Em (11), (12), (13), (14) e (15), se o pronome estiver se referindo ao enunciador, com valor de ‘eu’, sendo o enunciador, também o enunciatário, o discurso é proferido na intenção de avisar, prevenir e até incutir valores pessoais. Já, se o pronome proferido representar o ‘tu’, outro que não seja, ao mesmo tempo enunciador e enunciatário, além de avisar, prevenir e incutir valores morais pode censurar e

¹⁶ Atos ilocutórios correspondem às diferentes ações que se podem realizar por meios linguageiros: prometer, ordenar, agradecer, criticar etc. (Charaudeau & Maingueneau, 2004: 73)

também ameaçar, caso seja utilizada uma entonação ríspida. Portanto, percebe-se que uma mesma enunciação pode trazer variadas vozes. A primeira avisa e previne, a segunda moraliza e a terceira voz censura e ameaça.

A negação proverbial

A polifonia vista por Ducrot, possui como exemplo de exceção, a negação. Logo, se há uma negativa, subentende-se que há, também, uma afirmativa. Há “vozes” do enunciador (E), que é, para Ducrot, o principal da polifonia, estabelecendo a perspectiva da enunciação. Essas “vozes” E1 e E2 possuem pensamentos com distintos pontos de vista.

Para marcar a negação proverbial, foram selecionados exemplos que apresentam operadores negativos como “não”, “nem”, “ninguém”, “nada”, a fim de se confirmar a hipótese de Ducrot de que “um enunciado traz, na sua significação, duas perspectivas opostas” (Guimarães, 2005: 60).

(16) Águas passadas não movem moinhos.

No exemplo acima, há vozes distintas, a primeira diria “água passada move moinho” e a outra que nega esta perspectiva, sendo esta última correspondente ao responsável pelo provérbio – o locutor (E2). Observa-se outro exemplo:

(17) Nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança cai.

Tal provérbio pode ser comparado a outro: “As aparências enganam” e mesmo sendo sedutoras, são ilusórias na maioria das vezes. Há também, nesse provérbio, duas vozes distintas, a que afirma que aquilo que parece é; e a que nega essa afirmação. No exemplo (18) é natural a insatisfação do ser humano em relação ao que lhe fora reservado.

(18) Ninguém está bem com a vida que tem.

Há, no enunciado acima, uma perspectiva que diz “estar bem com a vida que tem” e outra oposta a esta como sendo a posição do locutor. Assim também é o próximo exemplo.

(19) Quem tudo quer, nada tem.

A primeira “voz” (E1) afirma: “Quem tudo quer” – tem tudo. No entanto a outra “voz” nega essa possibilidade – “nada tem”, opondo-se a opinião de E1.

Pode-se verificar, nos enunciados proverbiais negativos mencionados, a presença de uma terceira voz. Além das vozes do enunciador – lugar do qual se enuncia (E1) e do locutor – responsável pela negação (E2), há a voz do sujeito falante outrora citado como produtor físico.

Guimarães (2005: 61) afirma que

A importância da consideração dos enunciadores é crucial, pois são os enunciadores que marcarão a mobilização dos topoi na argumentação. A perspectiva enunciativa é que convoca um topos, e de tal modo que uma mesma forma pode convocar topoi diferentes, segundo as perspectivas constituídas na enunciação de um enunciado

A Semântica da Enunciação apresenta a negação como fator primordial para marcar a polissemia cuja diferença de significado será explicitada pela Semântica Discursiva e pela Pragmática.

A ARGUMENTAÇÃO ESTÁ NA LÍNGUA

Ducrot, precursor da semântica enunciativa, foi o responsável pelo estudo que trata da força argumentativa nos enunciados, denominando-as “operadores argumentativos”. Atribuiu-se aos argumentos um *topos* (lugar comum argumentativo) que possui três propriedades: a universalidade, a generalidade e a, considerada pelo autor a mais importante, gradualidade a qual implicará ao enunciado formas tópicas.

Nos exemplos (11, 12, 13, 14 e 15) citados no capítulo anterior estão presentes elementos que se sobressaem nos provérbios, relacionando um fato A que se dirige para uma conseqüência B, acompanhados do advérbio de negação que funciona como um operador argumentativo.

Em (11), há negação dupla: “Quem não A, não B”, em (12) e (13), tem-se a estrutura “Quem não A, B”, já em (14) e (15), a negação é inversa: “Quem A, não B”.

Sendo o provérbio uma fala cristalizada, uma verdade universal, a afirmação é fundamentalmente demonstrada na enunciação, podendo permitir um *topos* argumentativo.

O topos proverbial

Nos exemplos (20), (21), (22) e (23), abaixo relacionados, convivem vozes que representam um *topos*. Sendo estes, provérbios, já implicam a *universalidade* e a *generalidade* características próprias desse tipo de gênero. A primeira característica diz que o *topos* é universal, pois constitui que “uma comunidade linguística admite partilhá-lo, uma comunidade à qual pertençam pelo menos aquele que realiza a *demarche* argumentativa e aquela a quem ela é proposta” (Ducrot, 1987: 24). É o conhecimento de mundo que levará os interlocutores a compartilhar os provérbios.

(20) Uma andorinha só não faz verão.

É apontada, neste exemplo, a importância da coletividade, da ação em grupo, mostrando que a ação isolada não consagra um costume.

(21) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

Neste exemplo, a universalidade é atribuída, quando os interlocutores interpretam o *topos* como: as coisas faltam, onde deveria haver em demasia.

A segunda é a característica geral uma vez que “o princípio deve ser reputado válido, além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações análogas” (*idem*, p. 25).

(22) O que os olhos não vêem, o coração não sente.

(23) Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

(24) Cada um por si, e Deus por todos.

Nos exemplos (22, 23 e 24) acima, os enunciados podem ser produzidos em diversas situações equivalentes. Em (22) é de conhecimento geral que, quando alguém não possui consciência do que está ocorrendo, seja bom, seja ruim, não haverá sentimento. Em (23) qualquer escolha abarca o perigo e em (24) reconhece-se que Deus

está ao lado de todos, mas cada um precisa fazer a sua parte.

A gradualidade é a característica “que relaciona duas escalas, duas gradações, entre as quais se estabelece uma correspondência” (*idem*, p. 26), obtendo-se, a partir da gradualidade a noção de formas tópicas distintas.

O caráter gradual dos enunciados apresenta-se através de escalas de forças graduais. Vejam-se os exemplos:

(25) Quem ama o feio, bonito lhe parece. (A beleza não está nos olhos, mas no coração)

Topos: Aquele que ama não vê a imperfeição. O amor só enxerga o belo.

As formas tópicas respectivas para esse provérbio seriam quanto maior o amor, menos importa a beleza; quanto menor amor, mais importa a beleza.

(26) Quem não tem competência, não se estabelece.

Topos: Aquele que não é competente, não cresce, não conquista louros.

No enunciado (26), as formas tópicas que comprovam o *topos* argumentativo são: quanto menos competência, menos se posiciona e se compromete e quanto mais competência maior é o posicionamento, o comprometimento.

(27) Quem planta vento colhe tempestade (Oséias, 8, 7).

Topos: Aquele que busca confusão, recebe problemas.

Neste, há uma advertência àqueles que deliberadamente prejudicam os outros. Quanto mais se prejudica alguém, “cultivando vento” (= tumulto, indecisão), mais será prejudicado, “colhendo tempestade” (= problema) e quanto menos prejudicar, menos será prejudicado. Esse provérbio pode ser ratificado com outro de igual intenção: “Cada um colhe conforme semeia”.

(28) Quem tem telhado de vidro, não joga pedra no vizinho.

(29) Quem tem rabo de palha não se sente junto ao fogo.

Topos: Aquele que possui defeitos, não deve se preocupar

com os defeitos dos outros.

Em (28) e (29) as formas tópicas partem de uma repreensão aos que criticam os defeitos alheios sem olhar os próprios defeitos. *Quanto mais defeitos alguém possui, menos se deve falar dos defeitos alheios. Quanto menos defeitos, mais se pode falar.*

Não só esse tipo de estrutura confere ao provérbio a gradualidade do *topos* argumentativo. Há construções em provérbios com a presença do morfema “até”, acompanhados ou não de “mesmo” ou “que”, que funcionam como operadores que se orientam para o argumento mais forte, como nos exemplos abaixo:

(30) De graça até (mesmo) injeção na testa.

Topos: O que é de graça, ninguém rejeita.

O ditado popular acima relacionado mostra, particularmente, essa gradualidade, possuindo suas formas tópicas em *quanto mais barato produto, melhor, mais as pessoas vão desejá-lo; quanto mais caro, menos as pessoas vão desejá-lo*. Se for de graça, melhor ainda. Nesse caso aceita-se qualquer coisa, até mesmo “injeção na testa”. Não há contestação, pois o enunciador está recebendo sem ônus. Este ditado pode ser comprovado com outro provérbio no qual mais uma vez, por ser de graça, não se deve reclamar: “Cavalo dado não se olha os dentes”.

No próximo exemplo, o operador argumentativo “até” vem acompanhado do conectivo “que”, atribuindo-lhes a graduação desejada para marcar o *topos*.

(31) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Topos: Com a persistência, alcança-se o desejo almejado.

Esse provérbio representa que, com insistência e tenacidade, conquista-se o êxito. Suas formas tópicas são representadas por “quanto maior a persistência, mais rápido se obtém o êxito; quanto menos insistência, menor é o êxito.”

O exemplo (32) apresenta o operador “até” desacompanhado de outros conectivos. Vem significando limite, entretanto possui também formas tópicas: “quanto menos se fala, melhor; quanto mais se fala, pior”.

(32) Bom é saber calar até o tempo de falar.

Topos: Deve-se ter certeza antes de falar.

Platão e Fiorin (1991: 281) também mencionam os conectivos “até”, “mesmo” e “até mesmo” como “elementos de coesão” que “servem para estabelecer gradação entre componentes de uma certa escala”, e ainda acrescentam que estes estão no topo da escala.

Além dos operadores “não” e “até”, existem outros que mantêm nos provérbios uma relação de comparação, que deriva uma determinada conclusão. Estes são os que contêm o operador argumentativo “do que” e podem se apresentar em: *Antes A do que B; É melhor A do que B; Mais A do que B*; como se apresentam nos exemplos abaixo:

(33) Antes tarde do que nunca.

Topos: Não se devem perder as esperanças.

(34) Antes perder um amigo (do) que uma boa piada.

Topos: As pessoas piadistas não poupam nem os amigos.

(35) Antes só do que mal acompanhado.

Topos: É preferível estar sozinho a estar acompanhado de alguém desinteressante e problemático.

(36) Antes ser invejado (do) que lastimado.

Topos: O sucesso traz a inveja, o fracasso lástima, compaixão.

(37) É melhor prevenir (do) que remediar.

Topos: Ter cautela é melhor que pagar pelo erro.

(38) É mais fácil aconselhar que ajudar.

Topos: As pessoas querem ajuda, não conselhos.

(39) É melhor uma má acomodação (do) que uma boa questão.

(40) Mais vale um mau acordo que uma boa sentença.

Topos (39 e 40): O acordo é sempre mais vantagem que o litigioso.

(41) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando.

Topos: Não se deve desprezar o pouco que se tem, pela esperança de conseguir mais.

(42) Mais vale amigo na praça que dinheiro na caixa.

Topos: Verdadeiras amizades superam riqueza.

Pode-se obter a gradualidade dos provérbios acima citados. Vejamos dois exemplos atribuindo-lhes formas tópicas.

No enunciado do exemplo (35), *quanto mais desagradável é a companhia, menos as pessoas querem ficar perto; quanto mais agradável é a companhia, mais as pessoas querem ficar perto.* No (37) *quanto mais cuidado, menos problemas; quanto menos cuidado, mais problemas.*

A partir dos exemplos acima, observa-se que o valor atribuído a “A” é positivo em relação a “B”, isso ocorre devido à construção da segunda parte dos provérbios com a presença do operador comparativo “do que”.

Toda argumentação deve assentar-se na coerência interna dos argumentos, deste modo o exemplo (43) é um importante modelo de autoridade para quem já não possui mais argumentos.

(43) Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

Esse exemplo possui um operador argumentativo que contrapõe os argumentos, consistindo-se na perspectiva do enunciador generalizado E1, representando um *topos* que direcionará E1 e E2 para conclusões contrárias. O argumento “A” leva a uma conclusão r, mas o argumento “B” é mais forte, levando a uma conclusão não-r.

Em “A”: Faça o que eu digo, tem-se a hipótese da conclusão r: Faça o que eu faço. Entretanto em “B”, com a presença do conectivo, o argumento é decisivo e mais forte em favor de não-r. Outro exemplo pode comprovar a hipótese acima:

(44) Falem mal, mas falem de mim.

Segundo Mira Mateus *et alii* (2003:566), o *mas* é a conjunção mais representativa da contra-expectativa “As conjunções adversati-

vas ou contrajuntivas exprimem prototipicamente um contraste entre os membros coordenados” Na primeira asserção, se alguém vai falar mal, espera-se que não fale de quem está enunciando, todavia esta hipótese é contestada em prol da outra parte do provérbio, a qual possui uma contra-expectativa.

Pôde-se perceber a partir dos exemplos proverbiais citados, que se há como inferir diversas escalas graduais, para justificar o *topos*. Há escalas representativas de “quanto mais, mais”; “quanto menos, menos”; “quanto mais, menos”; “quanto menos, mais” e diversas variações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto ao longo deste estudo, a linguagem proverbial é vista como interação social do meio ao qual estamos inseridos, possuindo gratuitamente o caráter persuasivo.

Variadas estratégias são utilizadas como argumentos persuasivos, e muitas delas mesmo sendo indispensáveis para alcançar o resultado esperado pelo enunciador, não são percebidas pelos interlocutores. Ademais, os provérbios e ditos populares em geral não se referem apenas ao folclore de um povo, eles também denunciam o preconceito linguístico, pois se mantêm vivos cada vez que são utilizados num determinado contexto, atualizando-se.

A partir da polifonia proverbial podem-se verificar as várias vozes que argumentam, inferindo aos provérbios e/ou ditos populares a força persuasiva, principalmente com a asserção negativa em que as vozes atribuem opiniões opostas, atribuindo-lhes um *topos*.

Ducrot (1989) revela que o problema apresentado na Teoria da Argumentação é que “as possibilidades de argumentação não dependem somente de enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação”. (Ducrot, 1989: 21)

Tais princípios mencionados por Ducrot (1989) referem-se ao senso comum, a crenças compreendidas numa mesma sociedade. Desse modo, o caminho percorrido da argumentação à conclusão é feito, como se intencionou mostrar, através do *topos*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CHARRAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUCROT, Oswald. Linguagem, Metalinguagem e performativos. **In:** —. *O dizer e o dito* (revisão e tradução). Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- . Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. **In:** GUIMARÃES, Eduardo (org). *História e sentido da linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-38.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2005.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- . *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- . *Elementos de Linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- . *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOUZA, Josué Rodrigues de. *Provérbios e máximas: coletânea de provérbios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

ESTUDOS FILOLÓGICOS DE ANTENOR NASCENTES

José Pereira da Silva (UERJ)

NASCENTES, Antenor. *Estudos filológicos*. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes, organizado por Raimundo Barbadinho Neto. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: [Academia Brasileira de Letras], 2003. Coleção Antônio de Morais Silva: Estudos de Língua Portuguesa, vol. I, 2003. 746 p. ilus.

publicacoes@academia.org.br

Escolhido em 2006 como o filólogo homenageado do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Instituto de Letras da UERJ, de 21 a 25 de agosto, numerosas particularidades da vida e da obra de Antenor Nascentes vieram à tona por meio de depoimentos de seus amigos, discípulos, admiradores e familiares.

Naturalmente, a edição dos *Estudos Filológicos* de Antenor Nascentes, organizados pelo acadêmico Raimundo Barbadinho Neto foi uma das jóias de sua produção que mais brilhantemente se apresentou como novidade bibliográfica, visto ser esta a primeira vez que saem publicados em um único volume, graças ao empenho de Evanildo Bechara e da Academia Brasileira de Letras, que o fez portal de abertura da COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA: ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA.

O volume foi organizado em três partes. Na 1ª parte, estão a apresentação do diretor da Coleção (Evanildo Bechara), o prefácio do organizador do volume (Raimundo Barbadinho Neto) e a bibliografia do e sobre o autor (Antenor Nascentes). É numa carta [fictícia] “a propósito da 2ª e 3ª séries destes *Estudos Filológicos*” (5-11), escrita a Nascentes vinte e nove anos depois de sua morte, que o organizador desses dispersos descreve o *modus faciendi* deste volume, antes de relacionar cronologicamente a bibliografia (13-132), com 483 itens de sua produção e 208 escritos sobre ele.

Segundo Bechara (3-4)

Esta série de *Estudos Filológicos*, de Antenor Nascentes, graças ao

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

zelo e dedicação do Prof. Raimundo Barbadinho Neto, traduz bem o espírito extraordinário da figura humana do grande Mestre, desaparecido há já alguns anos, mas sempre presente na memória e na saudade dos seus parentes, amigos e discípulos.

Nascentes pertencia à estirpe daqueles homens admiráveis cuja curiosidade intelectual estava sempre pronta a trilhar novos caminhos. Deixou-nos em letra de forma numerosos livros e artigos pioneiros, e agora, o joeiramento de sua biblioteca pelo Professor Barbadinho (em tão boa hora designado para, no Colégio Pedro II, organizar e dirigir a Sala Antenor Nascentes) vem-nos fazer conhecer não só outros estudos – alguns inéditos – do saudoso Amigo e Mestre, mas ainda facetas de sua cultura muito pouco divulgadas, como a do Nascentes turista e do Nascentes literário. O exaustivo levantamento da bibliografia nascentina, devido ao suor e lágrimas do Professor Barbadinho substituiu, corrige, completa e enriquece tudo o que se tinha feito antes neste sentido.

Na 2ª parte, são editados três estudos feitos sobre o autor: “Três aspectos da obra de Antenor Nascentes (Zdenek Hampejs, 135-148)”, “Presença de Antenor Nascentes (Cunha, 149-169)” e “Homenagem ao Professor Nascentes” (Oiticica, 170-174).

Na 3ª parte, dividida em 12 tópicos temáticos, está a obra dispersa de Antenor Nascentes reunida e organizada por Barbadinho:

1 – Filologia Portuguesa e Românica: Seu estudo – Instituto de Filologia (179-185); A Filologia Portuguesa no Brasil (186-204), Filologia Românica – Lição Inaugural da Cadeira (205-218), Colégio Pedro II e a Filologia Portuguesa (219-224), Panorama atual dos Estudos Filológicos no Brasil (225-233), Métodos de estudo e de pesquisa em matéria de Filologia Portuguesa (234-255), A Filologia Românica no Brasil (256-264) e Diretrizes atuais da Filologia (265-270);

2 – Linguística teórica e descritiva – Estruturalismo (273-288) e Conceito estruturalista de Modo (289-293);

3 – A Língua Portuguesa: História externa – Expansão da Língua Portuguesa no Brasil (297-302), Independência literária e unidade da língua (303-308), Língua brasileira (309-316) e Que língua falará Brasília (317-321);

4 – A língua Portuguesa e outras línguas – Esbozo de comparación del Español con el Portugués (235-241), O Português em boca de estrangeiros (342-352), Estudos africanistas (353-357) e O Helenismo no Brasil (358-369);

5 – Fonética e Fonologia do Português – Questões de Fonética: Carta ao Professor José Oiticica (373-391) e A pronúncia brasileira da Língua Portuguesa (392-401);

6 – Morfologia e Sintaxe da Língua Portuguesa: Sincronia e Diacronia – El tratamiento de Señor en el Brasil (405-413), Além, aquém (414-416), Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX (417-433), O tratamento de “Você” no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Brasil (434-445), Lheísmo no Português do Brasil (446-451) e A origem do Artigo (452-457);

7 – Lexicologia e Lexicografia do Português – Nomenclatura mineralógica e geológica (461-463), O Helenismo em Camões (464-498), Aportuguesamento de alguns nomes próprios gregos (499-508), Linguagem do teatro (509-536), O pão (537-541), Nomenclatura química (542-547), Três brasileirismos (548-554), Quatro brasileirismos (555-563), A saudade portuguesa na toponímia brasileira (564-569), LaToponymie au Brésil (570-580), L'Anthroponymie au Brésil (581-586), O adstrato luso-espanhol na América do Sul (587-592), A gíria carioca (593-598) e Alguns brasileirismos (599-609);

8 – Dicionário Etimológico – Carta ao Exmo. Sr. Jorge Guimarães Daupias (613-621), Uma crítica ao meu *Dicionário Etimológico* (622-625), Resposta às observações críticas ao *Dicionário Etimológico* (626-633), Em defesa do meu Dicionário (634-637), Em defesa de um Dicionário (638-647) e Apêndice: (Prefácio de W. Meyer-Lübke ao *Dicionário Etimológico*) (648-651);

9 – Ortografia do Português – Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional (655-662) e Origem das letras (663-674);

10 – Dialectologia brasileira – Études dialectologiques au Brésil (677-690), Divisão dialectológica do território brasileiro (691-704) e O Atlas Lingüística do Brasil (705-710);

11 – Dois estudos de Literatura Brasileira – *Usina*, de José Lins do Rego (713-717) e Manuel Bandeira e as *Cartas Chilenas* (718-722);

12 – Personalidades – Quarenta anos de amizade (Homenagem a Manuel Bandeira) (725-731), Adolfo Coelho e a Etimologia (732-735), Figueiredo, esse mal julgado (736-741) e Leite de Vasconcelos e o Brasil (742-46).

Nesta resenha, a avaliação da obra em questão é mera indicação de sua excelente contribuição para os estudos lingüísticos e filológicos brasileiros, pois seria impossível analisar com detalhes um *corpus* de tal extensão num trabalho limitado de uma única resenha técnica.

Bastaria, entretanto, a informação nominal de Evanildo Bechara e Raimundo Barbadinho Neto como seus credenciadores e as avaliações positivas de Celso Cunha e José Oiticica para que nenhuma dúvida pairasse sobre o trabalho apreciado.

Concluindo estas páginas com chave de ouro, transcrevo as palavras de Celso Cunha, reproduzidas na quarta capa do volume:

nenhum lingüista brasileiro teve como Antenor Nascentes o senso da oportunidade de uma obra.

Muito haveria ainda de falar da sua abundante e qualificada produ-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção lingüística e filológica. A leitura de suas obras veio aviar a saudade de alguns momentos bem vividos e fez-nos sentir fundo o que lhe ficamos a dever. Essa gratidão – agravada em nosso caso por naturais emoções que brotam do privilégio de nos havermos beneficiado longo tempo de seu afeto paternal – devemos-la todos os que puderam conhecê-lo em sua grandeza.

É um sentimento muito intenso, porque uma lição permanente.

Na sua área do saber ele nos servia de exemplo. Era o nosso orgulho, o nosso abrigo. Com ele todos aprendemos que não há fulgores da inteligência que possam substituir o trabalho metódico, a pesquisa minuciosa, em qualquer construção honesta no terreno científico.

Em julho de 2006, comemorou-se o centenário da publicação de seu primeiro trabalho, que foi “A origem do Artigo”, no número 3 da revista *A Epocha*, reeditado agora nas páginas 452 a 457 deste volume.

INVESTIGAÇÕES FILOLÓGICAS DE MANUEL SAID ALI

José Pereira da Silva (UERJ)

ALI, Manuel Said. *Investigações filológicas*. Com estudo e organização de Evanildo Bechara. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. 320 p.

info@lucerna.com.br e (21) 3393-3334

Dedicado discípulo de Said Ali, o Professor Evanildo Bechara encarece o prestígio de seu mestre, rerepresentando as *Investigações Filológicas* que foram editadas pela primeira vez também sob a sua tutela, em 1975, pela Grifo Edições, apresentando-nos uma excelente biografia acadêmica do grande filólogo, escrevendo “A contribuição de M. Said Ali à lingüística portuguesa” (p. 13-31).

No “Prefácio da 3ª edição” (p. 9), escreve que

No tempo em que vem sendo avassaladoramente orientada a pesquisa lingüística com a preocupação única para o estudo da dimensão textual ou supraoracional em injustificável detrimento de outra área, também importante, de análise das unidades que funcionam e se articulam no espaço da dimensão oracional – a gramática propriamente dita –, esta nova edição das *Investigações Filológicas* vem patentear o quanto falta estudar da língua portuguesa temas análogos aos aprofundados pelo pesquisador admirável que foi M. Said Ali.

Logo abaixo, Bechara lembra que, nessas três décadas que separam a primeira edição desta terceira, esse grito de alerta deve ter resultados mais positivos, dados os avanços dos estudos lingüísticos no Brasil e no mundo.

Nesta terceira edição, o volume se apresenta, continua:

...enriquecido com o complemento do primeiro artigo, com referência bibliográfica das fontes citadas [que não estavam na primeira edição], com um índice de palavras e assuntos tratados, além de beneficiar-se de revisão mais atenta... (*Idem, Ibidem*).

O livro foi organizado em sete partes ou capítulos, cada uma dividida em número variável de sub-capítulos, conforme relaciono a seguir, para lhe dar uma síntese do que estuda o autor nestas investi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gações:

Na parte I – GRAMÁTICA – Said Ali escreve sobre “Questões de português” (33-59), “Emprego do gerúndio” (60-66), “Curiosidades do nosso idioma” (79-1040), “De *eu e tu a majestade* (tratamento de familiaridade e reverência) (105-120), “As formas *quer e perguntar* e emendas” (121-126), “Histórico das formas *quer, vale e perguntar*” (127-136), “*Aguar* e outros verbos terminados em *-uar*” (137-141), “Verbos de significação e sintaxe variáveis” (142-152), “Três preposições” (153-157) e “Pessoas indeterminadas” (158-164);

Na parte II – FONÉTICA – escreve sobre “Entre árabe e português” (165-175) e “Alterações fonéticas de *senhor, senhora*” (176-178);

Na parte III – MEIOS DE EXPRESSÃO E ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS – escreve sobre “O verbo *assistir*” (179-188), “Coronel” (189-195), “Refeições” (196-203), “Vocábulos esquecidos” (204-206), “De *falir a faltar*” (207-212), “Nomes de cores” (213-228), “Nomes de animais marinhos” (229-238), “Três *sapeças*” (239-240) e “*Amo, criado e criança*” (241-246);

Na parte IV – ETIMOLOGIA – escreve sobre “Perspectivas etimológicas” (247-255), “*Bicho, Bicha*” (256-259), “Nomes de partes do corpo” (260-264) e “*Há dias que*” (265-274);

Na parte V – COMENTÁRIOS A TEXTOS LITERÁRIOS – Said Ali escreve sobre “A linda Inês” (275-283) e “Ilhas e mares nos Lusíadas” (284-293);

Na parte VI – ESTILO – escreve sobre “Prosa e verso” (294-300);

Por fim, na parte VII – APÊNDICE: ENSINO DO IDIOMA – escreve sobre “Juízo crítico à *Sintaxe da língua portuguesa* de Leopoldo da Silva Pereira” (301-302)

Temos certeza de que este terceiro volume da série DISPERSOS, da Editora Lucerna, traz uma importante contribuição para a valorização dos estudos lingüísticos e filológicos no Brasil, neste momento em que a Filologia começa a ressurgir com dificuldade, depois de longo período de ostracismo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Usando mais uma vez as palavras de Evanildo Bechara, transcrevo a quarta capa do volume:

Nestas **Investigações Filológicas** fica-nos difícil dizer o que mais nos surpreende: se a extensão dos conhecimentos, se o rigor do método científico, se as lições, novas ainda, a serem incorporadas ao repertório do professor de Língua Portuguesa.

O olhar crítico do nosso mais perspicaz sintaticista nos convida a descobrir particularidades outras do idioma, ao mesmo tempo em que nos instiga a curiosidade para investigar outros aspectos da língua, quer no âmbito literário, quer na modalidade espontânea e rica do falar coloquial.

Estamos, sem dúvida, diante de um clássico na bibliografia especializada sobre o nosso idioma, e na sua leitura temos muito que recordar e aprender.

Concluindo esta breve resenha, cabe-nos apenas agradecer ao prezado mestre pelo zelo que vem demonstrando na divulgação e apoio dado aos estudos filológicos no Brasil, não somente na Academia Brasileira de Filologia e nas salas de aulas de nossas universidades, mas também na Academia Brasileira de Letras, onde vem desenvolvendo importantes atividades de incentivo aos estudos e às pesquisas filológicas.

LEXICOGRAFIA LATINA: UMA NOVA PERSPECTIVA

Mariza Mencalha de Souza (UFRJ)

SILVA, Amós Coêlho da & MONTAGNER, Aírto Ceolin. *Dicionário latino-português*. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ingráfica Editorial, 2006.

(21) 3276-7301 e amosc@oi.com.br

Há muito tempo, os latinistas vínhamos sentindo a falta de um dicionário latino-português. Isso se explica porque os dicionários em língua vernácula estão esgotados, e os estrangeiros, além de caros, são difíceis de serem encontrados e exigem, sobretudo dos iniciantes em latim, o conhecimento e domínio de uma outra língua que nem sempre eles têm.

Quem é da área sabe que os dois últimos dicionários de latim publicados no Brasil datam da década de noventa. Um de autoria do filólogo e latinista F. R. dos Santos Saraiva, e o outro do célebre latinista Ernesto Faria, homenageado recentemente num colóquio organizado pelas Universidades Federal do Rio de Janeiro e Federal Fluminense. O do professor Ernesto Faria, lançado pela Fundação de Assistência ao Estudante, órgão do MEC, nunca mais foi reeditado, e o do professor Saraiva, da Garnier, está esgotado há mais de dez anos.

Essas edições, quando disponíveis, são vendidas como raridade pelos livreiros, tornando-se, desse modo, difícil adquiri-las, devido ao preço elevado que passam a ter, principalmente se bem conservadas. As edições mais antigas, tanto dos autores estrangeiros quanto dos nacionais, são encontradas, só com muita sorte, escondidas num cantinho das prateleiras empoeiradas de um sebo e por preço nem sempre acessível ao estudante de Letras.

Conscientes dessas dificuldades e pensando nos docentes e alunos de latim, Amós Coêlho da Silva e Aírto Ceolin Montagner, doutores em língua e literatura latinas, professores da Universidade do Estado Rio de Janeiro, tiveram a louvável iniciativa de trazer a

público o *Dicionário latino-português*. A obra resgata os estudos clássicos e revaloriza os diacrônicos, hoje praticamente abandonados em nossas Faculdades de Letras e, entretanto, tão importantes para a compreensão do funcionamento sincrônico de nossa língua.

O dicionário, destinado aos alunos de latim específico e dos ciclos básicos do curso de Letras, poderá também ser útil aos especialistas em língua e literatura latinas e a todos aqueles que manifestarem interesse em ter um primeiro contato com a cultura clássica romana ou sentirem necessidade de consultar algum termo ou expressão, por força do curso que fazem, caso em que se enquadram os estudantes de Direito, que poderão então exclamar: quem nos livrará dos gregos e romanos!

O dicionário, cuidadosamente elaborado, apresenta diversos aspectos positivos: é didático, inovador, de rica e confiável bibliografia e de preço acessível.

Por que didático? Porque busca ensinar, usando recursos visuais que facilitam a aprendizagem, tais como o destaque dos verbetes em negrito, a separação dos prefixos e radicais nas palavras da mesma família ou cognatas: *de-populatio*, *de-populator*, *de-popular*. O mesmo critério é aplicado em relação aos verbos compostos, nos quais preverbios e radicais são separados, *de-cerno*, *de-duco*, *de-tego*, etc, de forma didática, para facilitar o aprendizado do aluno. O didatismo está presente também na apresentação dos substantivos e adjetivos, cuja aprendizagem é igualmente facilitada pela decomposição de seus constituintes imediatos, como se observa em *corni-ger*, *corni-pes*, *frugi-fer*, *de-populatio* e em outros nomes. A reunião das preposições e prefixos num único verbete (*ab* e *de*), assinalando sua dupla função, leva o aluno a obter já na primeira consulta duas informações.

O caráter inovador da obra é outro ponto a ser destacado. Está centrado, sobretudo, na lista de sinônimos de diversos verbetes, inseridos entre colchetes, numa ampla relação de campos semânticos, não encontrada em nenhum de nossos dicionários. Serve de exemplo, a par de outros, o termo *immanis*, para o qual os autores catalogam como sinônimos *magnus*, *ingens*, *immensus*, *grandis*, *amplus*, *magnificus*, *vastus*. É uma iniciativa inteligente, uma vez que amplia o léxico dos professores e alunos de língua e literatura latinas, ao ofere-

cer-lhes a oportunidade de conhecer e aprender em latim novos significados para as palavras que estão consultando.

Igualmente inovadora e original é a substituição do *j* ramista pelo *i* consonantal, visto que resgata o uso de uma letra que já existia no alfabeto latino. Em vez de *jaceo* e *jam*, encontram-se, portanto, *iaceo* e *iam*. O *j* ramista, registrado nos dicionários anteriores aos dos professores Amós e Aírto, é criação do gramático francês Pierre Ramée (Petrus Ramus), tendo sido introduzido na escrita do latim somente no período renascentista.

A bibliografia, selecionada com cuidado, inclui obras clássicas, como o *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, de Ernout & Meillet, o *Novíssimo dicionário latino-português*, de Francisco Saraiva, dentre outras, não menos importantes, inclusive o *Dicionário escolar latino-português*, do professor Ernesto Faria, já mencionado.

Nota-se também uma preocupação com o registro sistemático dos sinais diacríticos, isto é, com a indicação das vogais longas e breves: *dē-pōpŭlātīo*, *dē-pōpŭlātor*, *dē-pōpŭlōr*.

Há ainda uma série de termos, não só do latim clássico, mas também do latim medieval e do cristão, o que veio enriquecer o livro. Do medieval, servem de exemplos *caritas* ou *charitas*, *Elias* ou *Helias*, *purpuratus*. Do cristão, citam-se *ecclesia*, *ecclesiasticus*, *episcopus*, *carnalis*.

Os termos jurídicos são iluminados com tradução e explicação, constituindo, por esse motivo, também uma fonte de consulta para os alunos de Direito. *Alibi* (p. 435), *habeas corpus* (p. 439), *uti possidetis* (p. 445) incluem-se nessa relação, dentre outros exemplos.

Os verbos foram ordenados do *infectum* para o *perfectum* (*amo*, *as*, *are*, *avi*, *atum*), assemelhando-se, nesse particular, ao critério adotado pelo professor Ernesto Faria.

As célebres expressões, frases e provérbios latinos, extraídos todos de autores consagrados, vêm acompanhados da pronúncia tradicional, de sua significação e de outras informações valiosas esclarecendo o contexto e as obras em que foram empregados. Ex.: *ecce homo* (p. 438), *in vino veritas* (p. 440), *morituri te salutant* (p. 442),

pulvis et umbra sumus e ridendo castigat mores (p. 444). São, portanto, dados relevantes e enriquecedores.

Ressalte-se ainda a feliz idéia que tiveram os autores ao incluir, nas páginas 6 e 446-463, algumas noções básicas da gramática latina, tais como o quadro da declinação dos substantivos, os radicais de *perfectum* e as formas regulares, irregulares e defectivas do verbo latino. A iniciativa é boa porque pode auxiliar tanto os alunos de curiosidade insaciável, quanto os autodidatas e aqueles que desejam apenas dirimir uma dúvida ou testar seu conhecimento em um dos pontos de gramática relacionados na obra. Desse modo, o dicionário tem dupla finalidade, servindo de manual de consulta sobre o significado dos verbetes latinos e de minigramática, na qual foram priorizadas as duas partes básicas do ensino e aprendizagem do latim: a declinação e a conjugação.

Tudo foi feito, como afirmam os autores, “com amor ao latim e à cultura clássica”. E isso é tudo, porque já dizia Virgílio que “*Omnia uincit Amor*”. É desse amor e do trabalho, acrescentaríamos, citando ainda o autor das *Geórgicas*, “*labor omnia uicit improbus*”, que nasceu o dicionário dos professores Amós e Airto, cuja fortuna crítica se antecipa promissora. Parabéns aos autores.